UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM MUSEOLOGIA

Ana Carolina Xavier Avila

Museus Históricos e Pedagógicos no Século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas

Versão corrigida

São Paulo
2014

Ana Carolina Xavier Ávila

MUSEUS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS NO SÉCULO XXI: PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Museologia.

Área de concentração: Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos.

Linha de Pesquisa: Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos.

Versão corrigida.

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: carolxavier@usp.br

Ávila, Ana Carolina Xavier
Museus históricos e pedagógicos no século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas / Ana Carolina Xavier Ávila; orientador Camilo de Mello Vasconcellos. -- São Paulo, 2014.
198 fl.: il. color.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – Universidade de São Paulo, 2014.

1. Municipalização. 2. Museus (Organização e Administração) – Século 21. 3. Museologia Histórica. 4. História Social. 5. Rede Paulista de Museus Históricos e Pedagógicos. I. Vasconcellos, Camilo de Mello. II. Título.

CDD 069

ÁVILA, Ana Carolina Xavier. **Museus Históricos e Pedagógicos no Século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos (Orientador)

Instituição: Museu de Arqueologia e Etnologia/ Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Renata Vieira da Motta

Instituição: Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dra. Heloisa Maria Silveira Barbuy

Instituição: Museu Paulista/ Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Àquele que é capaz de fazer infinitamente mais
do que tudo o que pedimos ou pensamos.

AGRADECIMENTOS

À minha preciosa mãe, Maria, que juntamente ao meu pai, não mediu esforços para que eu chegasse até aqui.

Ao meu amado irmão e melhor amigo, Marco, por sempre estar ao meu lado.

Aos queridos colegas do PPGMUS-USP, Agda Sardinha, Beatriz Cavalcanti de Arruda, Davidson Panis Kaseker, Karina Alves Teixeira, Luiz Fernando Mizukami, Mirian Midori Peres Yagui, Patrícia Maciel Gazoni**,** Paula Coelho Magalhães de Lima, Paulo José Nascimento Lima, Thaís Fernanda Alves Avelar e Viviane Wemelinger Guimarães, por todo o companheirismo e apoio mútuo ao longo dos últimos dois anos.

Aos queridos amigos: Luiz, pela generosidade e carinho, e Agda, por toda paciência e gargalhadas nos momentos difíceis.

À Josy, pelo carinho, apoio e compreensão em todos os momentos.

À Renata, pelo incentivo e confiança em todos os momentos.

À Sandra Ramos e Mirian Yagui, pelas preciosas contribuições e apoio ao longo de toda a pesquisa.

À ACAM Portinari, por me proporcionar a oportunidade de conhecer e vivenciar o tão rico universo museológico do interior paulista.

Ao Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, por todas as oportunidades, incentivos e aprendizado.

Aos colegas da Equipe Técnica ACAM Portinari, Adriano Tardoque, Bárbara Paulote, Janderson Brasil e Joselaine Mendes Tojo, pelo apoio, incentivo, compartilhamento e paciência durante estes dois anos de pesquisa.

À Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, por abrir seus arquivos para o levantamento de informações vitais à pesquisa.

Às gentis colaborações de Ana Maria da Costa Leitão Vieira, Beatriz Augusta Correa da Cruz, Cecília de Lourdes Fernandes Machado, Diná Terezinha Camarinha Queiroz Jobst e Maria Ignez Zuccon Mantovani Franco, que tão generosamente dividiram suas memórias e conhecimento para a elaboração desta pesquisa.

Às equipes do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina, Museu Histórico e Pedagógico Dr. Cesário Motta Júnior e Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, pelo especial apoio e colaboração.

À banca de qualificação, Heloísa Barbuy e Renata Motta, que propiciaram novas reflexões e caminhos nesta pesquisa.

Finalmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos, pela extrema paciência, apoio e confiança ao longo de toda a pesquisa. Por seus sábios conselhos e generoso olhar.

Pelo contrário, tal medida ***(municipalização)*** toca em cheio nas questões: a quem compete gerir um patrimônio cultural? Deve o Estado determinar a coleta e a preservação da memória local?

Beatriz Cruz, 1990.

RESUMO

ÁVILA, Ana Carolina Xavier. **Museus Históricos e Pedagógicos no Século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas**. São Paulo, 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

No decorrer dos últimos vinte e oito anos, o governo do Estado de São Paulo vem empenhando esforços para o que, atualmente, tem chamado de "municipalização" da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. Tal conjunto, reconhecido como a primeira e maior rede de museus do País, criado, em sua grande parte, por Vinício Stein Campos – profissional da educação –, ao longo dos anos foi entendido como de caráter eminentemente municipal; a partir disto, compreendeu-se no cerne da Secretaria de Estado da Cultura, que tais acervos deveriam ser legitimamente devolvidos a seus municípios, dadas as suas características e significado junto às comunidades locais. O texto *Museus Históricos e Pedagógicos no Século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas* pretende levantar, registrar e analisar o desenrolar do processo de municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo, ainda em andamento, e as possíveis modificações que poderá trazer a estas instituições, tanto em aspectos administrativos quanto técnicos e conceituais. A partir de um panorama geral da constituição da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, desenvolvida no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970, examinam-se, inicialmente, as motivações para a transferência de tutela dos acervos estaduais, localizados no interior de São Paulo, aos municípios que os sediam. Posto isto, pondera-se, por meio da realização de estudos de caso, sobre os impactos que tal processo gerou e vem gerando nestas instituições museológicas, bem como avaliam-se as possíveis perspectivas a elas oferecidas sob o aspecto da gestão, tanto museológica como de equipamentos municipais de cultura.

Palavras-chave: Museu, Museus Históricos e Pedagógicos, Municipalização, Rede, Gestão.

ABSTRACT

ÁVILA, Ana Carolina Xavier. **Historic and Pedagogical Museums in the 21st century: municipalization process and new perspectives** 198 p. Dissertation (Master of Museum Studies) – Postgraduate Studies, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

The State Government of São Paulo has applied its efforts in the past twenty eight years in order to accomplish the currently so called municipalization of the Statewide Historic and Pedagogical Museums Network of São Paulo. This set of museums, recognized as the first and largest museums network of the country and mostly created by Vinício Stein Campos (pedagogical professional), was understood, throughout the years, as having an eminently municipal nature; for this reason, the Secretary of State for Culture, at its core, realized that these collections should be legitimately given back to their towns due to their characteristics and meanings concerning the local communities. The text *Historic and Pedagogical Museums in the 21st century: municipalization process and new perspectives* intends to research, register and analyze the development of the process of municipalization of the Historic and Pedagogical Museums of São Paulo, which is still in progress, and the possible changes it may bring to these institutions, concerning management, technical and conceptual issues. Starting from a general overview of the constitution of the Historic and Pedagogical Museums Network, developed during the decades of 1950s, 1960s and 1970s, were examined, at first, the motivation for the custody transference of the statewide collections, located in São Paulo countryside, to their host towns. As a result, it analyzes, through the realization of case studies, the impacts such process has been generating over these museological institutions, and also evaluates the possible perspectives it gives to them concerning management, both museological management and municipal culture device management.

Keywords: Museum, Historic and Pedagogical Museums, Municipalization, Network, Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - MHP Prudente de Moraes (Piracicaba), 1968.....34
Figura 2 - MHP Dr. Washington Luís (Batatais), 1968.....34
Figura 3 - Professor Vinício Stein Campos e Jocely Stolf inauguram a sala "História de Piracicaba", no MHP Prudente de Moraes (4/11/971).....83
Figura 4 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico Dr. Cesário Motta Júnior ao município de Capivari-SP (10/12/2012).....123
Figura 5 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís ao município de Batatais-SP (28/07/2013).....123
Figura 6 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís ao município de Batatais-SP (28/07/2013).....123
Figura 7 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina ao município de Pindamonhangaba -SP (04/12/2013).....123
Figura 8 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina ao município de Pindamonhangaba -SP (04/12/2013).....123
Figura 9 - Municípios pertencentes à região metropolitana do vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale).....125
Figura 10 - Fachada do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (2014).....128
Figura 11 - Lateral direita do MHFP Monteiro Lobato, na Chácara do Visconde, c onhecida como "Sítio do Pica Pau Amarelo" (2014).....128
Figura 12 - "Cruzeiro" da Chácara do Visconde (2014).....129
Figura 13 - Personagens de Monteiro Lobato, representadas nas dependências da Chácara do Visconde. Narizinho e Tia Nastácia (2014).....129
Figura 14 - Personagens de Monteiro Lobato, representadas nas dependências da Chácara do Visconde. Saci e Rabicó (2014).....129
Figura 15 - Planta baixa da sede do MHFP Monteiro Lobato.....130
Figura 16 - Fachada da sede do MHFP Monteiro Lobato, na Chácara do Visconde (2014)....131
Figura 17 - Lateral esquerda da casa-sede do MHFP Monteiro Lobato (2014).....131
Figura 18 - Exposição de longa duração. Mobiliário da Chácara (2014).....131
Figura 19 - Exposição de longa duração. Mobiliário da Chácara (2014).....131
Figura 20 - Exposição de longa duração sobre a vida e obra de Monteiro Lobato (2014).....131
Figura 21 - Exposição de longa duração com aquarelas pintadas por Monteiro Lobato (2014).....131
Figura 22 - Exposição de longa duração (2014).....132
Figura 23 - Exposição de longa duração sobre Taubaté (2014).....132
Figura 24 - Exposição temporária (2014).....132
Figura 25 - Brinquedoteca (2014).....132
Figura 26 - Exposição de longa duração. Cozinha da Chácara do Visconde (2014).....132
Figura 27 - Exposição de longa duração. Cozinha da Chácara do Visconde (2014).....132
Figura 28 - Atividade educativa, parte da programação especial da Semana Nacional de Museus, em 2014.....133
Figura 29 - Atividade educativa, parte da programação especial da Semana Nacional de Museus, em 2014.....133

Figura 30 - Fachada do Palacete da Palmeira, sede do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012). 142
Figura 31 - Lateral direta do Palacete da Palmeira, com visão para o antigo pátio (2012). 142
Figura 32 - Sacada lateral direita do Palacete das Palmeiras (2012). 143
Figura 33 - Desenho esquemático do pavimente térreo – MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012) 144
Figura 34 - Desenho esquemático do pavimento superior – MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012). 144
Figura 35 - Desenho esquemático do pavimento inferior (porão) – MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012). 145
Figura 36 - Hall de entrada do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012). 146
Figura 37 - Sala 10, destinada à exposição de parte da coleção Geraldo Alckmin (2013). 146
Figura 38 - Sala 2, utilizada como auditório e espaço de eventos (2012). 146
Figura 39 - Sala 2 (2012). 146
Figura 40 - Vitrine com objetos da coleção G. Alckmin (2012). 146
Figura 41 - Exemplares da coleção G. Alckmin em exposição (2012). 146
Figura 42 - Escada principal de acesso ao piso superior (2012). 147
Figura 43 - Claraboia com a nova ornamentação, concebida após a última reforma realizada no palacete, finalizada em 2008 (2012). 148
Figura 44 - Sala 19, exposição de longa duração (2012). 148
Figura 45 - Sala 17, exposição de longa duração (2012). 148
Figura 46 - Sala 26, exposição de longa duração (2012). 148
Figura 47 - Sala 20, exposição de longa duração (2012). 148
Figura 48 - Exposição de longa duração (2013). 148
Figura 49 - Corredor lateral esquerdo, área de circulação e exposições de curta duração (2012). 149
Figura 50 - Pavilhão da sala 25, destinado à exposição de longa duração (2012). 149
Figura 51 - Vista dos fundos do Palacete das Palmeiras (2012). 149
Figura 52 - Acervo localizado no pavimento inferior, na ala do arquivo (2012). 149
Figura 53 - Biblioteca e arquivo (2012) 150
Figura 54 - Biblioteca e arquivo (2012) 150
Figura 55 - Entrada do porão, utilizado como área expositiva (2012) 150
Figura 56 - Detalhe original da ornamentação antiga das portas do palacete (2012) 150
Figura 57 - Prensa tipográfica (2013). 150
Figura 58 - Prensa tipográfica (2013). 150
Figura 59 - Fragmentos da ornamentação original do prédio e peças hidráulicas (2012). 151
Figura 60 - Fragmentos da ornamentação original do prédio (2012). 151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Museus a municipalizar 17
Quadro 2 - Edições do Curso de Museologia de Vinício Stein Campos.....42
Quadro 3 - Escopo da disciplina “Técnica de Museus”, utilizado nos dois volumes da publicação *Introdução à Técnica de Museus* 58
Quadro 4 - Estrutura da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia.....75
Quadro 5 - Estrutura da Secretaria de Estado da Cultura 76
Quadro 6 - Estrutura da Secretaria de Estado da Cultura 77
Quadro 7 - Atividades relacionadas às municipalizações no Sistema de Museus de São Paulo 85
Quadro 8 - Municipalizações iniciadas em 1994 (concluídas) 100
Quadro 9 - Registros de visitação do MHFP Monteiro Lobato. 133
Quadro 10 - Localização do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato no organograma da Prefeitura Municipal de Taubaté.....135
Quadro 11 - Atividades desenvolvidas no MHFP Monteiro Lobato entre os anos de 2008 e 2011. 136
Quadro 12 - Levantamento de acervo do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina, realizado em 2010.....152
Quadro 13 - Índices de visitação do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina. 152
Quadro 14 - Localização atual do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina no organograma da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.....154

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CADIN	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais
CJ	Consultoria Jurídica
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COSISEM	Conselho de Orientação do Sistema Estadual de Museus
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DEMA	Departamento de Museus e Arquivos
DOE	Diário Oficial do Estado de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GTCSISEM-SP	Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo
IHG	Instituto Histórico e Geográfico
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
MHFP	Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico
MHP	Museu Histórico e Pedagógico
OS	Organização Social
POP	Procedimentos Operacionais - Padrão
RG	Registro Geral (cédula de identidade)
SC	Secretaria de Estado da Cultura
SISEM-SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
TCE	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TPU	Termo de Permissão de Uso
UPPM	Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico
VSC	Vinício Stein Campos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....16

1. A Gênese dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo 31
1.1. Sólon Borges dos Reis e Vinício Stein Campos.....48
1.2. A herança barrosiana: a cultura museológica do interior paulista vs. a cultura museológica carioca.....52
1.3. A ausência do Museu Paulista: distanciamento do pensamento museológico paulista 59
1.4. O ideário republicano 67
1.5. Por uma nova identidade paulista: o apagamento das heranças culturais locais 69

2. Municipalização: o processo e seus questionamentos 72
2.1. A reestruturação da Cultura no Estado de São Paulo e o nascimento do Sistema de Museus.....74
2.2. Os Museus Históricos e Pedagógicos, o Estado e as cidades: décadas de 1980, 1990 e 2000.....81

2.2.1. As atividades de apoio aos Museus Históricos e Pedagógicos 82
2.2.2. Por que municipalizar?.....86
2.2.3. A trajetória da transferência de competências (estado-municípios).....95
2.2.4. A paralisação dos processos anteriores: retrocesso ou avanço? 106

2.3. A nova constituição do processo de municipalização: etapas e exigências do processo legal de municipalização 111
2.3.1. A reestruturação do SISEM-SP, a participação do GPPM e a articulação com os entes municipais.....116
2.4. Panorama atual das municipalizações.....121

3. A transferência de tutela: os primeiros resultados 124
3.1. Transição: estudo de casos.....124
3.1.1. MHFP "Monteiro Lobato" (Taubaté).....126
3.1.2. MHP "Dom Pedro I e Dona Leopoldina" (Pindamonhangaba).....140
3.2. Impressões gerais 157

CONSIDERAÇÕES FINAIS 161
A. Ainda haverá uma rede de museus? 161
B. Os impactos da mudança de gestão.....165
C. Balanço geral sobre a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos 172
D. A transformação identitária dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo.....174

REFERÊNCIAS 176
APÊNDICE I 188

INTRODUÇÃO

No decorrer da década de 1950, o Estado de São Paulo deu início a um projeto de grande envergadura no âmbito cultural, hoje conhecido como a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, tida como a primeira rede de museus do País, que estendeu sua criação pelas décadas de 1960 e 1970. Tal projeto, advindo de um momento histórico e político de retomada da consolidação do ideário republicano e, em especial, do processo de construção do imaginário da participação paulista neste regime, fez-se também fruto das estratégias de imposição hegemônica da República sobre a antiga monarquia, decorrentes dos anos de 1920 e 1930, à época das comemorações do centenário da Independência.

Ao longo dos 17 anos de criação destes museus (1956 a 1973) foram concebidas 79 instituições[1], organizadas na chamada Rede de Museus Históricos e Pedagógicos. De fato, muitas destas unidades, à época, já existiam no âmbito municipal, no entanto, por solicitação dos gestores locais, foram integradas à rede. Destas instituições criadas, 57 foram realmente implantadas e mais tarde, em 1994, 25 foram extintas[2] por nunca terem sido efetivamente implantadas ou, tendo sido implantadas, não alcançaram o fortalecimento necessário e, por fim, fecharam as portas.

Atualmente, cabe ressaltar, algumas instituições museológicas – também consideradas como pertencentes a esta rede de museus – não foram criadas neste contexto ou com esta intenção, como ocorreu com a Casa de Cultura Paulo Setúbal (Tatuí) e com a Casa Euclidiana (São José do Rio Pardo). Esta pequena confusão, talvez, deu-se em virtude da menção destas instituições nos decretos de municipalização[3] de 1994 e 2000, respectivamente: Decreto nº 39.395, de 19 de novembro de 1994, e Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000.

Quanto à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, hoje, pode-se dizer que é formada por 49 instituições museológicas[4], distribuídas em 49 municípios do interior do

[1] Listagem completa – Apêndice I.
[2] Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994 - ANEXO II - Ficam extintos os museus constantes neste anexo.
[3] Termo entendido como a transferência de tutela e responsabilidades de gestão dos acervos estaduais aos municípios do interior do Estado de São Paulo.
[4] Este número se refere a museus em que, atualmente, a Secretaria de Estado da Cultura tem conhecimento de sua implantação e funcionamento (mesmo que algumas dessas instituições estejam temporariamente fechadas ao público). Além destes 49 MHPs, há mais cinco unidades que nunca foram instaladas ou estão desativadas há muitos anos e, por motivos desconhecidos, não foram extintas em 1994, juntamente com as demais instituições nesta situação.

Estado de São Paulo, nas suas 15 regiões administrativas e cinco regiões metropolitanas[5]. Destas instituições, prevê-se a gradual municipalização de 47, somando-se a esta listagem a Casa de Cultura Paulo Setúbal e a Casa Euclidiana, também equipamentos estaduais sediados no interior do Estado.

Quadro 1 - MUSEUS A MUNICIPALIZAR[6]

Doação dos acervos pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado de São Paulo

Museu Histórico e Pedagógico "Dr. João da Silva Carrão"
Cidade: Americana
Ano de fundação: 1971
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 135 km

Museu Histórico e Pedagógico "Bernardino de Campos"
Cidade: Amparo
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 121 km

Museu Histórico e Pedagógico "Regente Feijó"
Cidade: Andradina
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Araçatuba
Distância de São Paulo (capital): 678 km

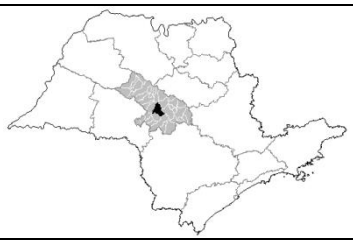
Museu Histórico e Pedagógico "Marechal Cândido Rondon"
Cidade: Araçatuba
Ano de fundação: 1964
Região administrativa: Araçatuba
Distância de São Paulo (capital): 570 km

[5] Dados obtidos por meio do portal da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/index.php?page=tabela&action=load&nivel=10. Acesso em: 15/6/2014.
[6] As imagens, aqui utilizadas, foram cedidas pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo e por técnicos da Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari). Alguns prédios são apenas sedes temporárias destas instituições museológicas.

Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria"
Cidade: Araraquara
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Central
Distância de São Paulo (capital): 308 km

Museu Histórico e Pedagógico "Anita Ferreira de Maria"
Cidade: Avaré
Ano de fundação: 1970
Região administrativa: Sorocaba
Distância de São Paulo (capital): 270 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"
Cidade: Batatais
Ano de fundação: 1956
Região administrativa: Franca
Distância de São Paulo (capital): 362 km



Museu Histórico e Pedagógico "Morgado de Mateus"
Cidade: Bauru
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Bauru
Distância de São Paulo (capital): 339 km

Museu Histórico e Pedagógico "Pe. Vicente Pires de Mota" – "Francisco Blasi"
Cidade: Botucatu
Ano de fundação: 1963
Região administrativa: Sorocaba
Distância de São Paulo (capital): 229 km

Museu Histórico e Pedagógico "Ministro José de Moura Rezende"
Cidade: Caçapava
Ano de fundação: 1967
Região administrativa: São José dos Campos
Distância de São Paulo (capital): 126 km

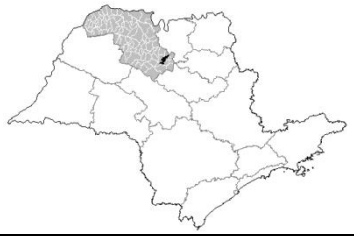
Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Costa Júnior"
Cidade: Cachoeira Paulista
Ano de fundação: 1970
Região administrativa: São José dos Campos
Distância de São Paulo (capital): 219 km

Museu Histórico e Pedagógico "Campos Salles"
Cidade: Campinas
Ano de fundação: 1956
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 97 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Cesário Motta Júnior"
Cidade: Capivari
Ano de fundação: 1957
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 136 km

Museu Histórico e Pedagógico "Afonso e Alfredo de Taunay"
Cidade: Casa Branca
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 228 km

Museu Histórico e Pedagógico "Governador Pedro de Toledo"
Cidade: Catanduva
Ano de fundação: 1969
Região administrativa: São José do Rio Preto
Distância de São Paulo (capital): 435 km



Museu Histórico e Pedagógico "Major Novais"
Cidade: Cruzeiro
Ano de fundação: 1969
Região administrativa: São José dos Campos
Distância de São Paulo (capital): 232 km

Museu Histórico e Pedagógico "Santos Dumont"
Cidade: Dumont
Ano de fundação: 1969
Região administrativa: Ribeirão Preto
Distância de São Paulo (capital): 337 km

Museu Histórico, Folclórico e Artístico "Luiz Gonzaga”
Cidade: Embu
Ano de fundação: 1968
Região administrativa: Região Metropolitana de São Paulo
Distância de São Paulo (capital): 43 km

Museu Histórico e Pedagógico "Conselheiro Rodrigues Alves"
Cidade: Guaratinguetá
Ano de fundação: 1956
Região administrativa: São José dos Campos
Distância de São Paulo (capital): 190 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Fernando e Júlio Prestes de Albuquerque"
Cidade: Itapetininga
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Sorocaba
Distância de São Paulo (capital): 163 km

Museu Histórico e Pedagógico "Comendador Virgolino de Oliveira"
Cidade: Itapira
Ano de fundação: 1973
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 157 km

Museu Histórico e Pedagógico "Alexandre de Gusmão"
Cidade: Itápolis
Ano de fundação: 1966
Região administrativa: Central
Distância de São Paulo (capital): 374 km

Museu de Arte Sacra "Padre Jesuíno do Monte Carmelo"
Cidade: Itu
Ano de fundação: 1960
Região administrativa: Sorocaba
Distância de São Paulo (capital): 100 km

Museu Histórico e Pedagógico "Major José Levy Sobrinho"
Cidade: Limeira
Ano de fundação: 1964
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 157 km

Museu Histórico e Pedagógico "Marques de Três Rios"
Cidade: Mococa
Ano de fundação: 1961
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 264 km

Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Mauá"
Cidade: Mogi das Cruzes
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Região Metropolitana de São Paulo
Distância de São Paulo (capital): 51 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Sebastião José Pereira"
Cidade: Mogi Guaçu
Ano de fundação: 1970
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 160 km

Museu Histórico e Pedagógico "Presidente João Teodoro Xavier"
Cidade: Mogi Mirim
Ano de fundação: 1962
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 153 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Carlos de Campos"
Cidade: Monte Mor
Ano de fundação: 1968
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 116 km

Museu Histórico e Pedagógico "Lucas Monteiro de Barros"
Cidade: Orlândia
Ano de fundação: 1962
Região administrativa: Franca
Distância de São Paulo (capital): 387 km

Museu Histórico e Pedagógico "Fernão Dias Paes"
Cidade: Penápolis
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Araçatuba
Distância de São Paulo (capital): 518 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dom Pedro I e Dona Leopoldina"
Cidade: Pindamonhangaba
Ano de fundação: 1957
Região administrativa: São José dos Campos
Distância de São Paulo (capital): 161 km

Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes"
Cidade: Piracicaba
Ano de fundação: 1956
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 97 km

Museu Histórico e Pedagógico "Cacique Tibiriçá"
Cidade: Pirapozinho
Ano de fundação: 1969
Região administrativa: Presidente Prudente
Distância de São Paulo (capital): 570 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Fernando Costa"
Cidade: Pirassununga
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 217 km

Museu Histórico e Pedagógico "Das Monções"
Cidade: Porto Feliz
Ano de fundação: 1957
Região administrativa: Sorocaba
Distância de São Paulo (capital): 118 km

Museu Histórico e Pedagógico "Professor Lourenço Filho"
Cidade: Porto Ferreira
Ano de fundação: 1970
Região administrativa: Central
Distância de São Paulo (capital): 235 km

Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"
Cidade: Rio Claro
Ano de fundação: 1962
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 186 km

Museu Histórico e Pedagógico "Zequinha de Abreu"
Cidade: Santa Rita do Passa Quatro
Ano de fundação: 1969
Região administrativa: Central
Distância de São Paulo (capital): 256 km

Museu Histórico e Pedagógico "Antônio Raposo Tavares"
Cidade: São Bernardo do Campo
Ano de fundação: 1962
Região administrativa: Região Metropolitana de São Paulo
Distância de São Paulo (capital): 49 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Armando Salles de Oliveira"
Cidade: São João da Boa Vista
Ano de fundação: 1967
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 215 km

Museu Histórico e Pedagógico "Barão de Pinto Lima"
Cidade: São Joaquim da Barra
Ano de fundação: 1970
Região administrativa: Franca
Distância de São Paulo (capital): 407 km

Casa de Cultura Euclides da Cunha
Cidade: São José do Rio Pardo
Ano de fundação: 1946
Região administrativa: Campinas
Distância de São Paulo (capital): 257 km

Museu Histórico e Pedagógico "Dom João VI"
Cidade: São José do Rio Preto
Ano de fundação: 1958
Região administrativa: São José do Rio Preto
Distância de São Paulo (capital): 491 km

Museu Histórico e Pedagógico "Oswaldo Cruz"
Cidade: São Luiz do Paraitinga
Ano de fundação: 1971
Região administrativa: São José dos Campos
Distância de São Paulo (capital): 186 km

Museu Histórico e Pedagógico "Padre Manoel da Nóbrega"
Cidade: São Manuel
Ano de fundação: 1970
Região administrativa: Sorocaba
Distância de São Paulo (capital): 259 km

Casa de Cultura "Paulo Setúbal" **Cidade:** Tatuí **Ano de fundação:** 1962 **Região administrativa**: Sorocaba **Distância de São Paulo (capital)**: 142 km	
	Museu Artístico, Folclórico e Pedagógico "Monteiro Lobato" **Cidade:** Taubaté **Ano de fundação:** 1958 **Região administrativa**: São José dos Campos **Distância de São Paulo (capital)**: 145 km
Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico "Cornélio Pires" **Cidade:** Tietê **Ano de fundação:** 1958 **Região administrativa**: Sorocaba **Distância de São Paulo (capital)**: 150 km	

Fonte: organizado pela autora.

Após o período de criação e implantação dos Museus Históricos e Pedagógicos (entre as décadas de 1950 e 1970), já na década de 1980 a Secretaria de Estado da Cultura empreendeu várias tentativas de aprimorar estas instituições, chegando aos primeiros esforços para municipalizá-las, ou seja, transmitir a posse legal dos acervos estaduais aos municípios. Por volta dos anos de 1981 e 1982 intensificaram-se os estudos e diagnósticos sobre estes museus do interior, tornando-se cada vez mais clara a necessidade de reflexão sobre o real papel destes junto às comunidades locais e a pertinência em mantê-los como equipamentos vinculados ao governo do Estado. Em 1986, por meio do Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro, foi criado o Sistema de Museus do Estado de São Paulo, tendo como um de seus objetivos “promover a adoção de medidas visando à gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado”, evidenciando a intenção em doar estes acervos aos municípios que os formaram.

Ao contrário do que se supôs, o Sistema de Museus do Estado de São Paulo iniciou suas ações timidamente, dadas as frágeis condições de sua estruturação, com corpo funcional reduzido e poucos recursos. Entretanto, mesmo em meio a tais dificuldades, esforçou-se em promover, durante seus primeiros anos, diversas ações de capacitação e assessoramento técnico a essas instituições, buscando subsidiar seu amadurecimento técnico e administrativo. Nesse contexto, mantiveram-se as

discussões sobre a municipalização e, sobretudo, os critérios que seriam adotados para a realização de tal processo. Após aproximadamente oito anos de reflexão, planejamento e negociações políticas, em 1994 foram publicados os primeiros dois decretos[7] estaduais autorizando a celebração de convênios entre Estado e municípios, objetivando a municipalização destes museus.

Durante este intervalo (entre a criação das últimas unidades da rede, nos primeiros anos da década de 1970, e a promulgação do primeiro decreto de municipalização, em 1994), com o gradativo afastamento do poder público estadual e a falta de desenvolvimento de políticas públicas para o sustento dos Museus Históricos e Pedagógicos, a escassez de formação na área museológica em São Paulo – que proveria corpo funcional especializado para atuação nestas instituições –, somando-se à falta de incentivo ao envolvimento da comunidade no dia a dia destes museus, eles sofreram um grande processo de enfraquecimento em relação às suas estruturas administrativa e técnica.

Em 1994 retomaram-se oficialmente as tratativas sobre a questão da municipalização dos acervos estaduais, sendo, pouco depois, interrompidas outra vez, possivelmente por desinteresse político[8]. Já na década de 2000, o governo do Estado de São Paulo reiniciou, aos poucos, um trato mais íntimo com tais instituições museológicas, dando prosseguimento aos processos legais de doação de acervos, porém, devido a problemas de ordem jurídica, as municipalizações foram de novo interrompidas. Recentemente, entre os anos de 2008 e 2012, por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), do Grupo Técnico de Preservação do Patrimônio Museológico (GPPM), do próprio Sistema Estadual de Museus, atualmente reestruturado[9], e parcerias de gestão com Organizações Sociais de Cultura[10] (OS), o governo do Estado, visando à conclusão da transferência da tutela

[7] Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994 e Decreto nº 39.395, de 19 de novembro de 1994.
[8] As motivações para as interrupções durante o processo de municipalização serão abordadas adiante.
[9] Decreto n° 57.035, de 2 de junho de 2011.
[10] Segundo o previsto na Lei Complementar n° 846/98, as Organizações Sociais (OS) configuram-se como modelo de gestão onde o Poder Executivo poderá qualificar pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde e à cultura, para que elas possam receber determinados benefícios do Poder Público (dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.), visando a realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade. De acordo com Eurico de Andrade Azevedo: "O objetivo declarado pelos autores da reforma administrativa, com a criação da figura das organizações sociais, foi encontrar um instrumento que permitisse a transferência para as mesmas de certas atividades que vêm sendo exercidas pelo Poder Público e que melhor o seriam pelo setor privado, sem necessidade de concessão ou permissão. Trata-se de uma nova forma de parceria, com a valorização do chamado terceiro setor, ou seja, serviços de interesse público, mas que não necessitam ser prestados pelos órgãos e entidades governamentais. Sem dúvida, há outra intenção subjacente, que é a de exercer maior controle sobre aquelas entidades privadas que recebem verbas orçamentárias para a consecução de suas finalidades assistenciais, mas que necessitam enquadrar-se numa programação de metas e obtenção de resultados". Fonte: Revista do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 2013.

dos acervos estaduais contidos nos Museus Históricos e Pedagógicos aos municípios que os sediam, reabriu tais processos de doação.

A presente pesquisa visa a analisar o desenvolvimento dos Museus Históricos e Pedagógicos de São Paulo no período entre a década de 1980 e os dias atuais, priorizando o processo de transferência da tutela dos acervos destas instituições, até então estaduais, para o âmbito dos municípios. Esse processo foi coordenado inicialmente pelo Departamento de Museus e Arquivos, da Secretaria de Estado da Cultura (DEMA-SEC), e atualmente é dirigido pelo Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico (GPPM) e auxiliado pelo Grupo Técnico de Coordenação Sistema Estadual de Museus de São Paulo (GTCSISEM-SP), subordinados à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), também pertencentes à Secretaria de Estado da Cultura.

Tal análise pretende abordar a trajetória do processo de municipalização, ainda em andamento, e as possíveis modificações/impactos que ele pode trazer a essas instituições, tanto nos aspectos administrativos quanto nos conceituais, levando em consideração o novo papel que as cidades atribuem a seus "museus históricos". Este diagnóstico baseia-se em estudos de caso das instituições em etapa final de municipalização ou já municipalizadas, e avalia o que este *processo* proporcionou a elas, estabelecendo parâmetros para apreciação.

Tomando como base: os primeiros estudos acadêmicos sobre a trajetória dos Museus Históricos e Pedagógicos, concebidos por Simona Misan[11]; a bibliografia definida por Vinício Stein Campos[12] sobre os Museus Históricos e Pedagógicos; as análises realizadas por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri[13] durante o final da década de 1970, quando prestava serviço na Divisão de Museus da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo; a dissertação de mestrado dessa mesma autora (1977); os

[11] Simona Misan, arquiteta e doutora em História Social pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Sua tese de doutorado, intitulada *A implantação dos museus históricos e pedagógicos do Estado de São Paulo (1956-1973)*, 2005, configura-se como o primeiro estudo pormenorizado sobre a implantação da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos.

[12] Vinício Stein Campos (1907–1990), natural de Capivari, SP. Formado em Pedagogia (1932) em Santa Bárbara d'Oeste, onde lançou o seminário *O Constitucionalista*. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) (1952-1990). Conselheiro do CONDEPHAAT entre os anos de 1967 e 1975. Diretor da Divisão de Museus, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do governo do Estado de São Paulo.

[13] Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1935–1990). Graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ingressou no serviço público estadual e, dentre suas múltiplas atividades docentes e administrativas, estabeleceu contato com a área cultural, em especial com o universo museológico. Auxiliou a estruturação do Museu de Arte Sacra e do Museu da Casa Brasileira, entre outros. Especializou-se com mestrado e doutorado na área de museologia, disciplina em que foi uma das pioneiras no Brasil. A museologia e o patrimônio cultural foram suas áreas de atuação privilegiadas. À frente da luta pela regulamentação da profissão de museólogo, foi fundadora dos principais órgãos reguladores e de apoio à nova categoria de profissionais. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/175>. Acesso em: 9/4/2014.

arquivos pertencentes à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; os processos jurídicos das municipalizações; a legislação pertinente e, por fim, os depoimentos colhidos dos antigos gestores da Secretaria de Estado da Cultura, envolvidos diretamente com as municipalizações em distintas épocas, pretende-se explorar as potencialidades e fragilidades oferecidas por esta mudança de gestão.

A concepção inicial desta pesquisa partiu do enfrentamento da organização de informações básicas sobre a criação e instalação da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, tendo por fundamento os estudos de Simona Misan e os textos de Vinício Stein Campos, principalmente localizados na coleção *Elementos da Museologia*, lançada no início da década de 1970, e em seus arquivos particulares[14], localizados atualmente na Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. A partir disso, foi iniciada a análise dos decretos de criação desses museus, com a elaboração de planilhas para a compilação de dados básicos sobre essas instituições museológicas.

A primeira etapa de trabalho foi desenvolvida com a intenção de prognosticar as possíveis razões que levaram à criação e implantação desta rede, bem como as nuances que diferenciavam as distintas metodologias empregadas durante esse longo processo.

O segundo momento de pesquisa se deteve na busca de referências documentais sobre a criação e desenvolvimento da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, externas à Secretaria de Estado da Cultura. Nesse momento, buscaram-se informações no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e no Museu Paulista. Infelizmente, essa etapa encontrou diversos percalços, como: na época da pesquisa, o arquivo do IHGSP estava fechado à visitação por motivo de reforma; o IEB encontrava-se em período de transição de sede, e apesar de ter recebido com gentileza a solicitação de consulta à bibliografia referente aos MHPs, não pôde atender ao pedido, pois esta ainda não havia sido liberada novamente à consulta pública. E sobre o Museu Paulista, por conta do restauro de sua sede, ainda que acatando a solicitação de consulta com afabilidade, também não pôde atendê-la. Tais impedimentos, embora não impossibilitassem o estudo do objeto de pesquisa em questão, fizeram com que algumas perguntas,

[14] Tal arquivo, chamado de arquivo "Vinício Stein Campos" (VSC) por Simona Misan, trata-se da coletânea de documentação referente ao período de criação e implantação dos MHPs reunindo, sobretudo, cartas e ofícios trocados entre Vinício Stein e os responsáveis por esses museus nos municípios do interior. Esta coletânea, organizada pelo próprio Vinício Stein, constitui-se de 35 volumes encadernados, sendo a documentação agrupada por município.

nascidas no percurso de investigação, ficassem sem resposta, por exemplo: Qual teria sido o real grau de envolvimento entre Vinício Stein Campos e os diretores do Museu Paulista? E até onde este teria, de fato, buscado auxílio especializado em museologia durante a formação desta rede de museus?

Na terceira etapa da pesquisa deu-se prioridade à realização de visitas às instituições selecionadas como estudo de caso: o Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina (Pindamonhangaba – SP) e o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (Taubaté – SP), bem como à coleta de dados e ao levantamento histórico sobre as instituições. Nesse período realizou-se também consulta ao acervo do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes (Piracicaba), visando à complementação de conteúdos documentados nos arquivos da Secretaria de Estado da Cultura. Ainda nessa etapa, conferiu-se especial atenção à realização de entrevistas com antigos gestores da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e da antiga Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. Para tanto, contou-se com os atenciosos depoimentos de Ana Maria da Costa Leitão Vieira[15], Beatriz Augusta Correa da Cruz[16], Cecília de Lourdes Fernandes Machado [17], Diná Terezinha Camarinha Queiroz Jobst[18] e Maria Ignez Zuccon Mantovani Franco[19].

No transcorrer do processo de pesquisa, não obstante cada nova descoberta fosse ponto de extrema satisfação, alguns obstáculos, naturalmente, foram enfrentados. Crê-se que os principais estivessem centrados na ausência de registros sistemáticos do processo de municipalização, organizado linearmente, e na não localização da documentação completa dos registros internos da Secretaria de Estado da Cultura sobre as municipalizações, nem mesmo nas publicações decorrentes desse período. De fato, muito do que será apresentado a seguir só foi passível de estudo

[15] Museóloga. Diretora do Memorial do Imigrante até o ano de 2010, ex-presidente do Conselho Federal de Museologia, ex-presidente do Conselho Regional de Museologia, diretora do Departamento de Museus e Arquivos entre os anos de 1989 e 1992.

[16] Geógrafa e Museóloga. Atual diretora do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico (CAIC) do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Durante sua carreira na Secretaria da Cultura, atuou como museóloga do Museu da Casa Brasileira, técnica (a partir de 1988) e, posteriormente, diretora técnica no antigo Departamento de Museus e Arquivos. Junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, coordenou o levantamento do acervo histórico do Parque Fernando Costa.

[17] Museóloga. Diretora do Sistema Estadual de Museus de São Paulo entre os anos de 2008 e 2011. É coordenadora de produção museológica e responsável por diversos projetos de implantação de museus e centros de memória. Coordenadora do Curso Técnico em Museus, Centro Paula Souza, na Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, em São Paulo.

[18] Museóloga. Diretora do Sistema de Museus do Estado de São Paulo entre os anos de 1986 e 2008. Atuou, na década de 1980, no Museu de Arte Sacra de São Paulo. Atualmente trabalha na coordenação de produção museológica e é responsável por diversos projetos na área de museus.

[19] Museóloga. Graduada em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado e doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. É a atual presidente do Conselho de Administração do ICOM Brasil (2012-2015), vice-presidente e representante para a América Latina do Comitê Internacional de Museus de Cidade do ICOM e diretora-fundadora da empresa Expomus. Atuou como técnica na Comissão de Dinamização de Museus da Secretaria de Estado da Cultura no início da década de 1980.

graças às entrevistas realizadas com profissionais que presidiram o trabalho de doação dos acervos estaduais aos municípios. Segundo informações destes mesmos profissionais, todo o trajeto das municipalizações (em seus diversos momentos) foi devidamente documentado; no entanto, ainda não se tinha organizado, de forma contínua, o decorrer deste complexo processo.

Em relação à estruturação do trabalho, a dissertação está organizada em quatro capítulos, partindo das questões gerais sobre a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos – abordando o início de sua formação e as possíveis motivações de seus idealizadores, atingindo uma breve explanação sobre a trajetória destes museus ao longo das décadas de 1980 e 1990 – e chegando às questões mais particulares sobre o objeto de estudo, a municipalização de Rede de Museus Históricos e Pedagógicos. Por fim, apresenta as Considerações finais, onde levanta algumas hipóteses e observações em relação ao processo de municipalização e suas possíveis perspectivas.

O Capítulo 1 – A Gênese dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo – contextualiza e discute o histórico de concepção e implantação dos Museus Históricos e Pedagógicos, seus idealizadores e possíveis motivações político-ideológicas. Busca levantar algumas hipóteses, como a influência dos preceitos museológicos barrosianos na constituição destas instituições. Abarca, ainda, os posicionamentos ideológicos distintos adotados pelos criadores desta rede de museus: Sólon Borges dos Reis e Vinício Stein Campos, e o afastamento que mantiveram dos profissionais e instituições museológicas paulistas da época, durante a formação e consolidação desses museus no interior do Estado. A partir desta discussão, pretende-se fornecer subsídios para a inserção, de fato, no tema central da dissertação: O processo de municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos.

O Capítulo 2 – Municipalização: o processo e seus questionamentos – dedica-se, especificamente, ao processo de transferência da tutela dos acervos estaduais aos municípios do interior paulista. Registra o processo histórico recente que levou ao início das municipalizações dos Museus Históricos e Pedagógicos, identificando e analisando os motivos alegados sobre a necessidade de transmissão de posse dos acervos estaduais às cidades. Pretende levantar e registrar os processos históricos e legais que direcionaram, e ainda direcionam, as municipalizações destas instituições museológicas, esclarecendo como se dá este processo, suas etapas e exigências.

O Capítulo 3 – A transferência de tutela: os primeiros resultados – por meio do desenvolvimento de estudos de casos, subsidiados por visitas e coletas de dados em duas instituições museológicas, tenciona analisar os pontos positivos e negativos das municipalizações, com base nos resultados obtidos por estes museus estudados, um deles na etapa final do processo e o outro, por sua vez, que alcançou recentemente a conclusão deste.

Por fim, o Capítulo 4 – Museus Históricos e Pedagógicos: novos desafios e perspectivas – discute a ressignificação que a doação dos acervos estaduais aos municípios do interior paulista pode suscitar nestes novos museus municipais, bem como alguns desafios de gestão a ultrapassar.

Cabe ressaltar que a autora desta pesquisa não possui a pretensão de esgotar o tema que se propôs estudar, e nem mesmo pretende expressar opiniões conclusivas. Na verdade, o presente texto tem como um de seus principais objetivos o estímulo à reflexão sobre um assunto tão caro à museologia paulista, tanto em caráter histórico, como sob a perspectiva da gestão museológica, porém, pouco explorado pela área acadêmica. Ademais, anseia despertar em outros colegas, pesquisadores de museus e museologia, o desejo de envolvimento com tais instituições museológicas. E, por fim, foi elaborado na esperança de que seja instrutivo e esclarecedor aos perseverantes profissionais desses museus.

1. A Gênese dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo

Num período em que os museus ainda se faziam raros no Brasil – aproximadamente 131 instituições museológicas, de acordo com registros do ano de 1952 (Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p. 20) –, o governo do Estado de São Paulo proveu, pela primeira vez no contexto nacional, a criação e implantação de uma rede de museus estaduais, levando estas instituições, no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970, até as regiões mais remotas do Estado.

Apenas no século XX o cenário museológico brasileiro tomou corpo, assumindo determinadas características que viriam a marcá-lo até os dias atuais. Nesse momento disseminou-se a "imaginação museal" (CHAGAS, 2003, p. 5), ocasionando a proliferação de museus por todo o País. Esta mudança drástica no panorama museológico nacional estava vinculada "a um conjunto de mudanças socioculturais e político-econômicas que se manifestaram no Brasil depois dos anos vinte e, sobretudo, depois dos anos trinta" (CHAGAS, 2003, p. 77).

Os principais marcos (políticos, históricos e culturais), antecedentes à criação desta rede de museus, remontam aos anos de 1930. O governo de Getúlio Vargas retomou as discussões sobre definir um sentido de Nação, anteriormente abordadas, mas agora vistas sob novos enfoques. A preocupação com a defesa dos "interesses supremos da nação" (PÉCAULT, 1990, p.62, apud MISAN, 2005, p.49) fez com que se adotassem medidas nunca antes trabalhadas: a reforma e a utilização da educação e cultura como agentes de ações integradoras.

Deu-se início ao procedimento de "[...] aparelhamento do Estado, associado à expansão da rede de instituições culturais, à criação dos cursos de ensino superior, e também à elaboração de uma ideologia da cultura brasileira" (ORTIZ, 1994, p. 80, apud MISAN, 2005, p.49). Cultura e educação, nesse período, serviram como instrumentos para ordenamento social e extensão das ideologias governamentais. Como exemplo dessa empreitada do Estado, pode-se citar o movimento de implantação da "Escola Nova", a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, 1937) e a instalação de museus e casas históricas pelo País, sempre em consagração aos grandes feitos e às figuras nacionais. Chagas explicita:

> A notável proliferação de museus iniciada nos anos trinta prolonga-se e amplia-se nos anos quarenta e cinquenta, atravessa a Segunda Guerra Mundial e a denominada Era Vargas e atinge com vigor os chamados anos dourados. É importante registrar que esta proliferação não se traduz apenas em termos de quantidade, ela implica uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo. Há nitidamente uma valorização da dimensão educacional dos museus, aliada à ampliação da museodiversidade e ao desenvolvimento de experiências regionais e locais para além do antigo Distrito Federal (CHAGAS, 2003, p. 81).

Nesse período, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, iniciou o trabalho de recrutamento de intelectuais provindos das mais diversas áreas de conhecimento, como artistas, educadores, arquitetos, músicos e escritores, ligando-os aos processos empreendidos de preservação do patrimônio nacional. Aos educadores, foi dada a incumbência de continuar a reforma da Educação, iniciada em 1929, consolidando o Movimento da Escola Nova. Mário de Andrade, por sua vez, foi convidado a participar da concepção do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 1937. Em relação aos museus, até 1945, quatro novos foram criados[20]; ainda no mesmo período, com o apoio de Capanema, iniciaram-se as tratativas de reformulação das disciplinas lecionadas no Curso de Museologia ministrado por Gustavo Barroso (BARROSO, 1944, pp. 191-208).

Após 1930, sobrevieram anos de grande centralização do Poder. Consequentemente, tal centralização alcançou os órgãos de gestão cultural, nessa época subordinados à Educação. Com o transcorrer dessa gradativa centralização, notava-se a especial atenção que a Cultura começava a receber na política nacional; sua potencialidade principiava a ser entendida e explorada. Como fruto de tal reconhecimento, a partir da Carta Constitucional de 1934, as Constituições brasileiras iniciavam a adoção de dispositivos destinados à salvaguarda e amparo da Cultura nacional.

Em contrapartida o Estado, configurando-se como forte e centralizador, assumia uma política paternalista-apaziguadora que, indiscutivelmente, atingia a esfera dos museus. Por volta de 1945, o País experimentava uma onda de otimismo advinda do final da guerra, com o afrouxamento da longa centralização do Poder e com um

[20] Decreto-Lei n° 965, de 20 de dezembro de 1938 (Museu da Inconfidência); Decreto-Lei n° 2.077, de 8 de março de 1940 (Museu das Missões); Decreto-Lei n° 2.096, de 29 de março de 1940 (Museu Imperial); Decreto-Lei n° 7.483, de 23 de abril de 1945 (Museu do Ouro).

favorável crescimento econômico. Observava-se um reavivamento da consciência histórica e cultural, fomentando a efervescência cultural no âmbito do teatro, da música, do cinema e, timidamente, dos museus (GUARNIERI, 1977).

Nesse contexto, em São Paulo surgiram: o Museu de Artes e Técnicas Populares (1947), o Museu de Arte de São Paulo – MASP (1947), o Museu de Arte Moderna (1948), o Museu do Presépio (1949) e a Casa de Cultura Euclides da Cunha (1946).

No ano de 1954 fez-se grande marco no desenvolvimento de movimentos culturais. Em virtude das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, proliferaram exposições de arte, história e folclore; da mesma forma, houve o incentivo à realização de pesquisas históricas, publicação de literatura sobre a cidade e realização de concursos culturais. No interior, ainda que de maneira mais modesta, novas iniciativas começaram a surgir no âmbito dos museus, como os museus municipais de Mirassol e Atibaia, em 1953/1954.

Imediatamente após os festejos do IV Centenário, a implantação de museus no Estado começou a ganhar vultoso crescimento, sendo criados os museus Carlos Gomes, em Campinas (1955); o Planetário (1957); a Casa do Grito (1959); o Museu do Café, em Ribeirão Preto (1957) e diversas outras instituições e organismos no interior e na capital, provindos de iniciativas de particulares e do Poder Público (GUARNIERI, 1977, p.78).

Retornando aos Museus Históricos e Pedagógicos, o início da concepção de tal rede remonta à década de 1950 – acompanhando a proliferação museológica no Estado – principiada por Sólon Borges dos Reis, então diretor-geral do Departamento de Educação da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, propondo, em 1956, a implantação dos MHPs no Estado. Tal proposição, feita ao secretário Vicente de Paula Lima, englobava a criação dos quatro primeiros Museus Históricos e Pedagógicos[21]: MHP Prudente de Moraes (Piracicaba), MHP Campos Salles (Campinas), MHP Rodrigues Alves (Guaratinguetá) e MHP Washington Luís (Batatais). No preâmbulo do decreto de criação dessas instituições, Sólon Borges elucida sobre o que pretendiam esses museus:

[21] Decreto n° 26.218, de 3 de agosto de 1956.

Considerando que incumbe ao poder público **cultivar as tradições que possam constituir patrimônio de honra e de glória para a coletividade**;
Considerando o papel relevante que tiveram nos destinos da nacionalidade homens que, saídos de São Paulo, governaram a Nação em quatriênios que se tornarem memoráveis;

Considerando que os governos de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luis constituem fecundas páginas da História do Brasil e que a personalidade, a vida e a obra desses preclaros homens públicos podem e devem ser apontadas como exemplos de dignidade, civismo e capacidade de ação às novas gerações;

Considerando que é apreciável o valor dos Museus como instrumento de cultura e educação do povo e também como elemento de recreação popular e atração turística, podendo constituir ainda**, a serviço da escola**, recurso pedagógico de extraordinário alcance;

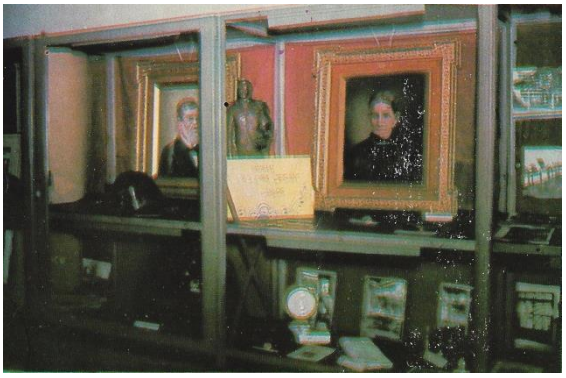
Considerando a conveniência de estudar e divulgar, por meio de Museus Histórico-Pedagógicos, sediados nas cidades em que nasceram ou projetaram sua vida pública, a obra dos grandes homens de São Paulo que ocuparam a presidência da República,

Decreta:
Artigo 1.º - Fica a Secretaria da Educação autorizada a instalar, por intermédio do Departamento de Educação, Museus Histórico-Pedagógicos nas cidades de Batatais, Campinas, Guaratinguetá e Piracicaba, a fim de focalizar a personalidade, a vida e a obra dos presidentes Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luiz, bem como os grandes acontecimentos e as maiores figuras da vida nacional na respectiva época [...] (Decreto n° 26.218, de 3 de agosto de 1956. Grifos da autora).

Figura 1 - MHP Prudente de Moraes (Piracicaba), 1968

Fonte: Acervo do museu.

Figura 2 - MHP Dr. Washington Luís (Batatais), 1968



Fonte: Acervo do museu.

Em 1957, Sólon Borges do Reis convidou Vinício Stein Campos para presidir o Serviço de Museus Históricos[22], tornando-o responsável pela implantação e gestão dos Museus Históricos e Pedagógicos. Primeiramente, entregou-os aos cuidados do Serviço de Museus Históricos, pertencente à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e, posteriormente, em 1983, remanejou-os ao Departamento de Atividades Regionais da Cultura (DARC- SEC), órgão filiado à Secretaria de Estado da Cultura,

[22] Oficialmente, o Serviço de Museus Históricos foi constituído, a título precário, no ano de 1963; no entanto, já era mencionado em decretos anteriormente a esta data.

esta criada em 1979. Depois, em 1986, tais museus passaram à subordinação do Departamento de Museus e Arquivos (DEMA-SEC) e a integrar o Sistema de Museus do Estado de São Paulo.

Vinício Stein Campos, já em seus primeiros dois anos de gestão, promoveu a autorização para instalação de mais 25 novos Museus Históricos e Pedagógicos, demonstrando assim a potência da proposta e a aceitação governamental que obteve. Entre os anos de 1956 e 1973, o número de instituições com autorização para instalação ou criação chegou a 79 e destas, 57 foram efetivamente implantadas.

Diferentemente do planejado de início por Sólon Borges dos Reis, por meio do Decreto n° 33.980, de 19 de novembro de 1958, Stein propôs uma classificação dos MHPs já existentes, criou outros e organizou a "rede de museus", incorporando a ela até mesmo os primeiros quatro museus criados por Borges, os quais não se pretendia instituir em rede. Sabe-se que a menção do termo "rede" é anterior ao Decreto n° 33.980, tendo surgido, pela primeira vez, nos "considerandos" do Decreto n° 32.392, de 11 de agosto de 1958, que instituiu o Museu Militar. No entanto, a caracterização deste grupo de museus em uma "rede" se tornou tangível apenas com o Decreto n° 33.980/58.

A classificação implantada por Stein aos MHPs consistiu na subdivisão deles em três períodos históricos: Colonial, Monárquico e Republicano. Esta organização, mais uma vez, apresentava características comuns às do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), dentre elas, a de "visão integrada da história", por intermédio da formação de um enorme acervo histórico e produção documental que englobasse a totalidade da história do País e, em especial, com a participação de São Paulo.

No entender de Misan:

> Classificar os museus desta maneira era uma via de mão dupla: por um lado, privilegiar o periodismo e uma visão integrada da História do Brasil, permitia colocar o Estado de São Paulo em posição de destaque, por outro, contar a história do País por meio da participação de patronos e cidades de São Paulo nos principais episódios políticos relacionados aos três períodos garantia a projeção da hegemonia do Estado por tão longo tempo. Isso determinou em todos os acervos a presença em grau variado de "objetos históricos" que remetam aos três períodos, como aqueles relacionados ao tempo da entrada das bandeiras, à proclamação da Independência, à instauração da República, culminando com a eclosão da Revolução de 1932 (MISAN, 2005, p. 65).

Em contraponto ao discurso adotado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), desejando não mais estar à margem da produção de conhecimento, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo assumiu como identidade: a) Crítica ao governo monárquico e defesa do republicanismo, buscando até mesmo em suas pesquisas sobre a monarquia encontrar as "origens republicanas"; b) Publicação de documentos e produção historiográfica; c) Promoção das tradições regionais como "elemento aglutinador de laços políticos e culturais no Estado de São Paulo" (FERREIRA, 2002, apud MISAN, 2005, p. 61).

A longa participação e influência do IHGSP no que tange aos MHPs, deve-se possivelmente também a seu interesse pela preservação do patrimônio histórico do Estado de São Paulo, da produção biográfica sobre os vultos históricos e preservação de suas memórias, pontos caros a Vinício Stein Campos.

Tendo em vista a existência de um abismo na construção do imaginário republicano entre a população economicamente favorecida e a desfavorecida, os Museus Históricos e Pedagógicos assumiam o papel de símbolos do sucesso e honra republicanos, exaltando a participação paulista nessa transição política da Monarquia para a República, vinculando o povo, à margem desse processo, a esse acontecimento.

Stein adotou como método de consagração a nomeação de um patrono para cada MHP criado, o qual, sob seu julgamento, necessitasse ser reverenciado e rememorado pela população – declarava como missão primeira dos MHPs: "preservar a história do patrono e da cidade" (Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos, 1957). Em geral, tais patronos eram figuras que tiveram destaque no cenário político brasileiro ou estadual; por vezes, haviam participado da fundação ou do desenvolvimento sociopolítico das cidades onde os museus eram instalados. Contudo, em muitos casos designaram-se patronos para esses museus personalidades que nunca tinham visitado a cidade onde os MHPs foram fundados, ou que por lá passaram brevemente, sem criar vínculo algum com a população do local, ou impactá-lo de alguma forma. Este é um indício que poderia explicar o porquê da falta de identificação de muitos cidadãos com estas instituições museológicas: não se viam representados em seus museus de cidade.

Vale ressaltar que o hábito paulista de homenagear vultos históricos por meio da nomeação de espaços públicos é anterior à criação dos Museus Históricos e Pedagógicos, como exemplifica Souza:

> Nos grupos escolares criados entre 1894 e 1910 (incluindo as escolas-modelo) foi perpetuada a memória dos mais eminentes políticos republicanos: Bernardino de Campos, Prudente de Moraes, Jorge Tibiriçá, Rangel Pestana, Gabriel Prestes, José Alves Guimarães Júnior, Cesário Motta, Alfredo Pujol, entre outros. Homens que ocuparam cargos de presidente do Estado, secretário do interior, senadores, deputados, presidentes de Câmaras Municipais, políticos locais, barões, coronéis e doutores. É a República imortalizada na memória coletiva pela lembrança de seus representantes máximos (SOUZA, 1998, pp.134-135, apud MISAN, 2005, p.71).

Interessante notar, principalmente em relação aos prédios que abrigaram grupos escolares, que muitos MHPs foram neles instalados após o encerramento dos trabalhos escolares. É possível conjecturar que esta seria uma forma de continuidade do projeto de criação de uma identidade paulista, interligando os símbolos criados como auxílio à sua construção.

Muito além da tentativa de reforço (ou criação) de uma identidade paulista, sobretudo republicana, por meio da criação dos MHPs e homenagem aos vultos históricos do Estado, utilizando a nomeação de patronos nessas instituições, é possível intuir nesse processo outras estratégias que corroboraram para o fortalecimento deste sistema. Entre tais táticas, podem-se evidenciar a disposição geográfica e a ordem cronológica/espacial de criação dessas instituições.

Misan (2008, pp.183-184) aponta a sincronia existente entre a implantação das primeiras redes ferroviárias estaduais, ao final do século XIX e início do XX, as rotas históricas de desenvolvimento do Estado, a construção das grandes rodovias de acesso ao interior e a escolha das cidades que sediam os Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo, sugerindo:

> Com relação à importância histórica do conjunto de cidades, podemos destacar que, nesta vasta geografia delineada pela rede de MHP, podemos percorrer o caminho das Bandeiras, as passagens de D. Pedro I, de D. Pedro II, a proliferação de grupos escolares, os importantes encontros políticos e convenções que antecederam a proclamação da República, as cidades-sede dos institutos históricos e geográficos e do Partido Republicano Paulista, os focos de resistência da Revolução Constitucionalista de 1932 e, por fim, o avanço da economia agropecuária e industrial (MISAN, 2008, p.185).

Há que se notar, ainda, os eixos de desenvolvimento econômico, social e demográfico de tais cidades. Infere-se então que seria muito útil a um Estado que pretende reafirmar uma identidade ao povo, alocar seus "pontos estratégicos" para disseminação de sua ideologia em locais mais populosos, onde a formação de multiplicadores de ideias seria ampla. Tratou-se, aqui, de "enlaçar os museus com a cartografia histórica do Estado" (MISAN, 2008, pp. 185-186); possivelmente, Stein traçou não só uma estratégia de disseminação do ideário republicano, mas de desbravamento e ocupação do Estado por tal ideologia.

Somando-se ao planejamento de ocupação territorial para disseminação da identidade republicana paulista, parece haver na idealização museológica de Vinício Stein influências externas ao Estado de São Paulo. Certamente, a mais forte destas se encontrava no Museu Imperial, em Petrópolis. Cabe ressaltar, também, a influência exercida pelo Museu Histórico Nacional e, em especial, um de seus principais diretores, Gustavo Barroso. Ao se observar a trajetória de Stein na criação desses museus, é nítido seu isolamento em relação aos profissionais e instituições museológicas paulistas. Tal fato, possivelmente, deve-se à reprovação que o conceito de museu "histórico e pedagógico" teve dos demais profissionais da área, em especial, Mário Neme[23]. Tais críticas serão retomadas mais à frente.

Aprofundando a busca sobre as possíveis fontes de inspiração de Stein para a concepção dos MHPs, há que se notar um ponto-chave na história da criação de museus no Estado de São Paulo: a Casa Euclideana. A Casa Euclideana – hoje conhecida como Casa Euclidiana –, criada pelo Decreto-Lei n° 15.961, de 14 de agosto de 1946, sediada na cidade de São José do Rio Pardo, constituiu-se como a primeira casa histórico-biográfica criada em âmbito estadual, no interior de São Paulo.

Tendo a Primeira República sido marcada pela tensão entre apagar o passado escravocrata, atrasado, dominado pelas ideologias da elite imperial e a implementação do novo regime, com seus paradigmas e consolidação de novos "representantes do povo", a política adotada pelo governo, em sua segunda etapa, buscou afirmar o sentido de nação. O que havia, até então, era a constituição de um Estado brasileiro, mas não exatamente de uma nação.

Por conseguinte, é completamente compreensível a estratégia governamental de espalhar pelas extremidades do Estado "pontos de afirmação" deste discurso

[23] Mário Abdo Neme (1912-1973). Historiador. Diretor do Museu Paulista entre os anos de 1960 -1973 (SILVA, 2011).

unificador, baseado na exaltação de personalidades que demonstrassem em sua trajetória uma postura cívica exemplar, obviamente pautada nas diretrizes republicanas. Deste modo instaurou-se a Casa Euclideana. Sobre esta postura "exemplar" que possivelmente levou à escolha de Euclides da Cunha como patrono desta casa histórica, Misan ressalta:

> Sua obra, sua dedicação ao Estado, como servidor público, sua aproximação com o pensamento científico e positivista predominante na passagem do Império para a República e sua identificação com o ideário republicano são fatos que podem ter sido determinantes na criação, em 1946, da primeira casa histórica no interior do Estado de São Paulo, na cidade de São José do Rio Pardo, dedicada à sua memória (MISAN, 2005, p.33).

O discurso adotado por Euclides da Cunha sobre o Estado de São Paulo, tomando-o como empreendedor e "fermento integrador" do País, talvez tenha favorecido sua eleição como patrono desta casa histórica, como símbolo de uma ideologia "aglutinadora" da sociedade sobre a hegemonia do Estado.

Observando o texto do decreto-lei de criação desta instituição, embora muito mais detalhado que os decretos de criação dos primeiros MHPs, em confronto com os textos redigidos nos Decretos n° 26.218, de 1956 e n° 30.324, de 1957, notar-se-á que não há muita semelhança, nem quanto à forma, nem quanto às ideologias apontadas. Neste caso, o que se encontra de familiar no texto é o disposto no artigo 1°, citando a finalidade da "Casa Euclideana": "[...] com a finalidade de realizar, anualmente, comemorações cívico-culturais, tendo como patrono Euclides da Cunha". Ambos os decretos ressaltam o cunho cívico dessas instituições e a adoção de patronos a rememorar.

Mais ainda, as aproximações das diretrizes descritas no decreto-lei que instituiu a Casa Euclidiana, das que regem os MHPs, podem ser notadas no Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos, formalizado pelo Ato n° 19, de 30 de abril de 1957. Ambos os documentos enaltecem a forma de organização administrativa destas instituições, bem como dos equipamentos anexos a elas, como bibliotecas e centros de documentação, e apontam que devem possuir Comissões/Conselhos que deliberem sobre suas atividades e, em especial, que zelem por seu caráter "educativo e cívico".

Frisa-se que tais averiguações são apenas suposições guiadas pelas evidências documentais (decretos/leis/atos normativos). Durante esta pesquisa, não se encontrou documento algum que afirmasse, diretamente, tal ligação entre o Decreto de 1946 e a proposição estrutural dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo, em 1956.

Ainda sobre as possíveis interferências no conceito de Museu Histórico e Pedagógico de Stein, deve-se averiguar a influência das políticas museológicas do período varguista. Teriam elas, de alguma forma, impactado na concepção desta rede de museus do Estado de São Paulo? Sabe-se que, durante o Estado Novo, quatro museus históricos federais foram criados em curto intervalo, entre 1938 e 1945: o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG, 1938); o Museu Imperial, em Petrópolis (RJ, 1939); o Museu das Missões, em Santo Ângelo (RS, 1940) e o Museu do Ouro, em Sabará (MG, 1945), os quais se configuraram como a frente museológica mais evidente do Estado Novo. Sobre estes museus, Misan faz um apontamento interessante:

> No conjunto de museus federais, podem-se percorrer os períodos: Bandeirista (no Museu das Missões), Colonial (no do Ouro), Monarquia (no Imperial) e o Republicano (no da Inconfidência). Esta **"rede" nacional de museus (se assim podemos denominá-la)** – temática, multirregional, de caráter integrador e evolutivo dos acontecimentos ligados à história, criada sob o prisma de formação do Estado Nacional – parece ter sido referência importante para a definição do modelo delineado por Stein na implantação da rede dos MHP no âmbito estadual (MISAN, 2008, p. 195. Grifo da autora).

Ao analisar as afirmações de Misan, surge a pergunta: A primeira rede de museus do País não teria sido aquela formada durante o Estado Novo? Avaliando as leis de criação dessas instituições federais, constata-se que nada possuem em comum com os Museus Históricos e Pedagógicos, nem com a rede que formam. Ao que tudo indica, esses museus federais não foram pensados para atuar em rede ou sistema; a única similaridade que se pôde notar com a rede de Stein é a divisão de períodos históricos demarcados para representação, formando um discurso histórico linear e unificador do País.

Por conta do isolamento profissional de Stein durante a criação desses museus, sem a obtenção de apoio do Museu Paulista[24] ou de qualquer outra instituição

[24] Conforme se verá adiante, Vinício Stein Campos recebeu críticas severas de Mário Neme, diretor do Museu Paulista na década de 1960. Dado o fechamento do Museu Paulista em 2013 para restauro, não foi possível aprofundar a

museológica com temática histórica no Estado, e adicionando à ausência da formação na área o provimento de profissionais para atuar nesses museus, tornava-se complicado. Desta forma, idealizou-se o Curso de Museologia. Este, de curta duração e ministrado pelo próprio Vinício Stein, tinha o apoio da Secretaria de Educação, que declarava ponto facultativo e liberava seus professores para que dele participassem. Destes profissionais da educação surgiram os primeiros diretores dos Museus Históricos e Pedagógicos.

Fato interessante neste contexto é a falta de formação de Stein na área museológica; até onde foi possível averiguar na atual pesquisa, não há registros da participação de Stein em cursos ou outros tipos de capacitação na área citada. Sendo assim, em quem ele teria se baseado para a concepção deste curso? Possivelmente, a influência para tal curso adviesse das publicações e capacitações elaboradas por Gustavo Barroso, porquanto uma das poucas indicações de literatura técnico-museológica nacional, à época, foi a concebida (e amplamente difundida) por Barroso. Pouco se sabe sobre o relacionamento real desses dois entusiastas da museologia, mas no Arquivo VSC há registros de indicações de Stein à leitura da publicação *Introdução à técnica de museu*, de Gustavo Barroso, lançada na década de 1940. As possíveis influências de Barroso na museologia paulista serão abordadas mais adiante.

A disseminação do curso de Stein se deu de forma muito rápida pelo Estado. Contando com o apoio da Secretaria da Educação e das prefeituras municipais, alcançava altos níveis de divulgação (via jornais, prefeituras e escolas públicas). Além disso, ao término do curso, o Serviço de Museus Históricos expedia certificados; estes, por sua vez, contavam como títulos para concursos no magistério público. Desta forma, o incentivo à participação no Curso de Museologia se fazia presente em vários aspectos. Não é de se admirar que este tenha obtido tantos adeptos, como mostra a publicação *Elementos da Museologia* – História dos Museus (volume 2*)*, de Vinício Stein, ressaltando que:

> [...] por intermédio do Serviço de Museus Históricos vimos desenvolvendo desde 1964 com a finalidade de divulgar e popularizar os museus sobretudo nos meios escolares e orientar a mocidade na preservação dos bens culturais do Estado, principalmente os de natureza histórica [...]

pesquisa sobre o envolvimento de Stein com os demais diretores dessa instituição. Entretanto, no decorrer da atual investigação, não foi encontrado nenhum indício de ligação entre Vinício Stein Campos e a direção do Museu Paulista no período de criação dos Museus Históricos e Pedagógicos de São Paulo.

> Diante do formidável contingente de interessados que nele se habilitaram, recebendo o respectivo certificado de participação, – mais de 50.000 professores e estudantes [...] (CAMPOS, s.d., p. 125).

Tal publicação, além de mencionar números gerais, pormenoriza os lugares de execução do curso de Vinício Stein, e igualmente o número de participantes por edição. Nota-se o empenho em fortalecer esta curta capacitação por meio de reedições do curso em algumas cidades e o alcance obtido por ele, demonstrado em replicação, até mesmo em outros Estados brasileiros.

Quadro 2 - Edições do Curso de Museologia de Vinício Stein Campos

MUNICÍPIO	EDIÇÃO DO CURSO	N° DE PARTICIPANTES
Assis	I Curso	472
Americana	I Curso	116
Araraquara	I Curso	683
Araraquara	II Curso	115
Araçatuba	I Curso	637
Araçatuba	II Curso	830
Araçatuba	III Curso	1.100
Batatais	I Curso	494
Batatais	II Curso	725
Bauru	I Curso	528
Bauru	II Curso	681
Birigui	I Curso	322
Botucatu	I Curso	512
Botucatu	II Curso	485
Boituva	I Curso	133
Campinas	I Curso	80
Campinas	II Curso	220
Barretos	I Curso	120
Casa Branca	I Curso	85
Capivari	II Curso	236
Catanduva	I Curso	474
Catanduva	II Curso	118
Cruzeiro	I Curso	163
Embu	I Curso	52
Embu	II Curso	111
Franca	I Curso	422
Franca	II Curso	748
Fernandópolis	I Curso	328
Guaratinguetá	I Curso	295
Guaratinguetá	II Curso	292
Guaratinguetá	III Curso	302
Guariba	I Curso	65
Itápolis	I Curso	320
Itapetininga	I Curso	343
Itapetininga	II Curso	420

Itapira	I Curso	234
Iguape	I Curso	131
Itu	I Curso	218
Itu	II Curso	315
Jaboticabal	I Curso	327
Jaboticabal	II Curso	281
Jaú	I Curso	275
Jundiaí	I Curso	352
Lins	I Curso	116
Limeira	I Curso	147
Lorena	I Curso	627
Marília	I Curso	121
Marília	II Curso	703
Marília	III Curso	703
Mirassol	I Curso	100
Mirassol	II Curso	287
Mococa	I Curso	228
Mogi das Cruzes	I Curso	421
Mogi Mirim	I Curso	351
Mogi Mirim	II Curso	456
Mogi Mirim	III Curso	488
Olímpia	I Curso	358
Olímpia	II Curso	739
Ourinhos	I Curso	144
Penápolis	I Curso	215
Penápolis	II Curso	429
Piracicaba	I Curso	109
Piracicaba	II Curso	235
Piracicaba	III Curso	550
Pirassununga	I Curso	374
Pirassununga	II Curso	992
Pirassununga	III Curso	784
Pirassununga	IV Curso	846
Porto Feliz	I Curso	136
Porto Feliz	II Curso	260
Porto Feliz	III Curso	207
Porto Feliz	IV Curso	484
Rio Claro	I Curso	108
Presidente Prudente	I Curso	810
Pirapozinho	I Curso	466
Pirapozinho	II Curso	563
Pindamonhangaba	I Curso	294
Santos	I Curso	121
Santa Rita do Passa Quatro	I Curso	225
São João da Boa Vista	I Curso	328
São Carlos	I Curso	215
São José do Rio Preto	I Curso	187
Sertãozinho	I Curso	322
Socorro	I Curso	480
Sorocaba	I Curso	494

Sorocaba	II Curso	458
São Roque	I Curso	180
São Vicente	I Curso	29
São José do Rio Pardo	I Curso	86
Tatuí	I Curso	344
Tatuí	II Curso	486
Tietê	I Curso	235
Tietê	II Curso	650
Tietê	III Curso	320
Tupã	I Curso	349
Tupã	II Curso	1.450
Tupã	III Curso	844
Votuporanga	I Curso	320
Pinhal	I Curso	463
Lavras (Minas Gerais)	I Curso	40
Varginha (Minas Gerais)	I Curso	166
Londrina (Paraná)	I Curso	234
Ponta Grossa (Paraná)	I Curso	489
Bajé (Rio Grande do Sul)	I Curso	324
São Leopoldo (Rio Grande do Sul)	I Curso	180

Fonte: dados obtidos na publicação *Coleção Elementos da Museologia*, de Vinício Stein Campos (ver bibliografia).

Embora tal iniciativa de formação tenha representado o "primeiro passo" para a organização técnica destes museus, possuía moldes demasiadamente frágeis; tal fragilidade leva até às consequências atuais da inadequação técnica do tratamento destes acervos, principalmente no que se refere à conservação, documentação e pesquisa.

Em relação às sedes para implantação dos MHPs criados, Stein também procurava zelar por certos padrões. Ao estudar os documentos relativos à instalação dessas instituições[25], nota-se o empenho em mantê-las nos antigos edifícios históricos locais. Antes de efetivar a solicitação oficial de instalação dos museus aos prefeitos, Stein costumava identificar cuidadosamente os edifícios mais adequados à implantação das instituições museológicas, contando com o auxílio de personagens das cidades, como historiadores, e de membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, conselheiros do CONDEPHAAT[26] e amigos pessoais, intentando pleitear as melhores condições possíveis para esses museus.

[25] Arquivos do antigo DEMA e arquivo Vinício Stein Campos, também pertencente à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
[26] Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico.

Esse processo, em geral, tinha início com o pedido de tombamento desses prédios históricos ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico[27]; logo após este procedimento, dava-se a instalação desses museus.

Como conselheiro do Condephaat, Stein possuía maior facilidade para solicitação do tombamento de edifícios que julgasse adequados aos museus, mas não salientava as características arquitetônicas como motivação para tais tombamentos, e sim sua relevância histórica. Misan relembra um trecho de carta, remetida por Lúcia Falkenberg, relacionada ao parecer de tombamento da Residência Rodrigues Alves: "[...] que, sob o ponto de vista arquitetônico não mereceria o tombamento, mas sob o ponto de vista histórico, sim, e foi sob esta observação que o Conselho aprovou o tombamento" (FALKENBERG, 1970, apud MISAN, 2005, p. 56). Obviamente, nem sempre era possível tramitar esses processos em curto período de tempo, sendo necessário, por vezes, firmar parceria com o município e ocupar uma edificação local, pelo menos para o início dos trabalhos no museu recém-criado.

Fato incontestável sobre a criação e implementação dos MHPs, até aproximadamente a década de 1970, é a aceitação e participação das comunidades nessa empreitada. Dadas as condições de criação desses museus, utilizando recursos mínimos do Estado e municípios, sem a continuidade de investimento para seu amadurecimento, torna-se nítido o esforço da população que, mesmo sem entender bem qual era o papel dessas instituições museológicas, até os dias atuais as mantém por meio de suas doações e reivindicações. Isto se comprova pelos primeiros estudos sobre a municipalização desses museus, quando a maior parte dos municípios aceitou prontamente a admissão de acervos em doação.

Desde o princípio, a instalação destes museus já contava com a parceria entre Estado e municípios. Por um lado, o Estado propunha a criação dos museus, locais de instalação (quando possível), material de escritório, breve qualificação de profissionais e diretrizes básicas de gestão deles; por outro lado, os municípios proviam a manutenção física dos edifícios que abrigavam os acervos, assumiam as despesas de conservação dos prédios e aquisição de mobiliário adequado. Pode-se intuir que tais museus, já em sua concepção, caracterizavam-se por um modelo de gestão compartilhada que, no decorrer dos anos, salvo raras exceções, sobrecarregou especialmente os municípios.

[27] Vinício Stein Campos fez parte do CONDEPHAAT entre os anos de 1967 e 1975.

Fato determinante na história dos Museus Históricos e Pedagógicos, comumente negligenciado, é a coadjuvação entre Estado e municípios para a criação destes museus. Ao analisar cada um dos decretos que autorizam a instalação desses museus, nota-se que, em sua maioria, evidenciam em seus "considerandos" a existência da representação municipal ao Estado em prol da criação dos museus.

Em outros casos, os municípios pleiteavam que seus museus municipais, já criados, fossem absorvidos pela Rede de Museus Históricos e Pedagógicos. Sobre esta situação, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, em sua dissertação de mestrado[28], acentua:

> É curioso notar que alguns museus estaduais, criados nos anos 56/58 haviam sido precedidos de Lei municipal que os instituíra ao nível das respectivas comunidades: é o caso, por exemplo, de Franca (Lei Municipal n° 56, de 13 de setembro de 1957, cria o Museu Histórico Municipal), onde singularmente, o Museu D. Pedro II não foi instalado até hoje; de Araraquara (Lei Municipal de 5 de novembro de 1954, portanto 4 anos antes de sua institucionalização pelo Estado); de São Carlos (Lei Municipal n° 1.486, de 28/11/51) e Amparo (Lei Municipal n° 107, de 29/11/51) (GUARNIERI, 1977, p.83).

Ainda sobre os exíguos recursos aplicados no processo de concepção e implementação desta rede de museus, evidencia-se a ausência de quadro funcional que apoiasse Stein neste projeto de grande envergadura. De acordo com o Arquivo VSC, apenas na década de 1970 é possível encontrar registros de funcionários junto a Stein, como Yolanda Baroudi (técnica de museus) e Leonilda Padula (chefe da Secção de Orientação Técnica dos Museus Históricos e Pedagógicos).

Um pouco adiante, em 1976, há o registro de participação da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri no Grupo Técnico do Departamento de Arquivos e Museus da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, aí permanecendo por dois anos. Até mesmo Vinício Stein, segundo Misan, nunca pertenceu efetivamente ao quadro da Secretaria da Educação[29], sendo reconhecido como funcionário do Estado apenas em 1973, ao ingressar na Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo.

[28] Dissertação intitulada: *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*, 1977.
[29] Pesquisa no Centro de Recursos Humanos do Gabinete Civil do governo do Estado de São Paulo (MISAN, 2005).

Muitas são as características impressas por Stein nesta rede de museus a estudar; seus influenciadores e ideologias parecem o desdobramento de um longo projeto político (republicano) no decorrer dos anos, entre as décadas de 1880 e 1970. É certo que Stein fez dos Museus Históricos e Pedagógicos "novos agentes que pudessem promover antigos propósitos" (MISAN, 2005, p. 67). Possivelmente, por seu profundo envolvimento com os meandros da Educação e princípios historiográficos adotados pelo IHGSP, ele converteu esses museus em novos meios de difundir "antiga mentalidade" de abordagem histórica. Já na década de 1960, os procedimentos de produção do conhecimento e interpretação historiográfica utilizados nos MHPs, advindos da visão do IHGSP, mostravam-se ultrapassados, mas a resistência de Stein a este fato fez desses museus ferramentas de perpetuação e cristalização de conceitos históricos que atingem essas instituições museológicas até os dias de hoje.

Tomando como base as pesquisas realizadas por Simona Misan, que abordam a correspondência existente entre a implantação desta rede de museus e antigas necessidades de afirmação identitária do Estado de São Paulo, levando-o a ações hegemônicas nos campos da história, educação e cultura, entende-se *a priori* que a estratégia de implantação destes museus garantiu ao Estado afirmar-se de forma hegemônica em campos como a cultura e educação. Misan assevera:

> Ao impor-se na criação, direção e organização da rede de museus, o governo estadual pôde priorizar e preservar um determinado ponto de vista sobre a história do Estado de São Paulo, relegando outros focos, como por exemplo, a própria história das cidades. Como base nisto, pode-se dizer que esta foi uma das estratégias – aplicada ao longo de cerca de cinquenta anos – usada pelo poder público estadual para subsidiar e garantir sua supremacia em campos como o da Cultura e da Educação. O resultado, legado como herança dessa longa gestão, foi o delineamento, a adoção e a manutenção de um modelo paradigmático de museu histórico do interior de São Paulo (MISAN, 2008, p. 177).

Com o decorrer dos anos, tais instituições tornaram-se a principal referência museológica para a maior parte do público do interior paulista que, em razão das grandes distâncias até a capital e dificuldade em transporte, não poderiam ter acesso aos grandes museus. De fato, o imaginário de "museu histórico", no interior paulista, foi fortemente impactado pelos moldes dos Museus Históricos e Pedagógicos. Pode-se notar tal fato ao analisar a quantidade de museus criados no âmbito municipal, que adotaram a nomenclatura "Museu Histórico e Pedagógico", estruturando-se sob os mesmos parâmetros de organização técnica e conceitual. É possível observar tais

fatos, por exemplo, no Museu Histórico e Pedagógico Julio Henrique Rafard (Rafard), no Museu Histórico e Pedagógico "Embaixador Hélio Antônio Scarabôtollo" (Marília) e no Museu Histórico e Pedagógico "Ernesto Bertoldi" (Santa Cruz do Rio Pardo).

1.1. Sólon Borges dos Reis e Vinício Stein Campos

Sólon Borges dos Reis: Museus escolares ou museus históricos?

Sólon Borges do Reis, durante o ano de 1956, foi o real idealizador dos primeiros quatro Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. Nessa época, como diretor-geral do Departamento de Educação, apresentou a Vicente de Paula Lima, então secretário da Educação, o projeto para a criação de tais museus. Possivelmente, inspirou-se no decreto de criação da Casa Euclidiana, em São José do Rio Pardo, concebido em 1946, em decorrência da vontade política de consagração de Euclides da Cunha e homenagem aos serviços que este havia prestado ao País e, em especial, ao Estado de São Paulo.

Seu intuito com a concepção de tais equipamentos, de acordo com o Decreto nº 26.218, de 3 de agosto de 1956, era "[...] criar centros de memória e de pesquisa sobre a vida dos quatro presidentes republicanos oriundos do Estado de São Paulo" (MISAN, 2005, pp. 50-51). Torna-se interessante notar que, mesmo apoiando seu sucessor no cargo, Vinício Stein Campos, que o substituiu em 1957, não compartilhava da mesma visão que este sobre esses museus. Borges, segundo entrevista[30] concedida por Beatriz Augusta Corrêa Cruz[31], não havia planejado a incorporação de mais Museus Históricos e Pedagógicos após a criação dos quatro primeiros, muito menos uma grande rede de museus. A posição divergente de opiniões entre Sólon e Vinício, quanto ao caráter educacional destas instituições, fica evidente no episódio da criação do MHP dos Andradas (Santos).

O conceito de Sólon Borges dos Reis sobre os Museus Históricos e Pedagógicos torna-se claro quando, em resposta à solicitação de Vinício Stein para a criação do MHP dos Andradas, em 1957, declara ser contrário ao emprego do nome "Museu Histórico e Pedagógico", porque a criação do museu pleiteado não correspondia à finalidade proposta "exclusivamente" para os quatro museus dos presidentes, por ele

[30] As entrevistas realizadas para esta pesquisa serão pormenorizadas adiante.
[31] Atual diretora técnica do Centro de Acervo Cartográfico e Iconográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ex-diretora do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

criados. Para Sólon, o museu deveria levar apenas o nome de Museu dos Andradas, a fim de cumprir o fim proposto de museu dedicado à memória de José Bonifácio. Porém, sua discordância com o emprego da definição Histórico e Pedagógico não foi motivo de impedimento a Vinício Stein Campos de criar novos museus e nem mesmo o MHP dos Andradas, em 1957, instalado em 1958.

Neste caso, é importante notar que, na época da idealização dos Museus Históricos e Pedagógicos, segundo seu nome denota, estes deveriam ter participação maciça da educação, pois Sólon não tinha em mente museus puramente "escolares", submetidos ao currículo escolar, mas sim museus com função educativa, não apenas aos alunos das escolas, mas também à população das cidades-sede. Embora contassem com muitos recursos provindos da Secretaria de Educação, incluindo seus funcionários, não serviriam apenas à escola.

Vinício Stein Campos: Os museus a serviço da escola, ou a serviço das cidades?

Ao assumir a direção dos Museus Históricos e Pedagógicos, no ano de 1957, Vinício Stein Campos começou a imprimir outras características a essas instituições, reforçando sua ligação com a educação. Ao mesmo tempo que vinculava e, de certo modo, subordinava o trabalho desses museus à educação, em várias ocasiões citava diretrizes para esses museus, que os tornariam com "nítidas feições" de museus históricos municipais, não mais submetidos à educação, mas parceiros dela e destinados a salvaguardar, pesquisar e divulgar à comunidade o conteúdo histórico relativo a ela e aos patronos de sua cidade.

Ainda durante 1957, Stein redigiu o Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos, estabelecendo os seguintes parâmetros para seu funcionamento:

> Artigo 1º - Os Museus Históricos e Pedagógicos, criados pelo Decreto nº 26.218, de 3 de agosto de 1956, são **instituições de caráter educacional** e **cívico**, **se destinam a manter vivo o passado da nação e bem assim difundir conhecimento da História, Arte e Literatura da época dos respectivos patronos** [...]
>
> § 3º - O enriquecimento do acervo patrimonial dos museus farse-á mediante doações, aquisições e sobretudo através de **campanhas desenvolvidas pelo Instituto de Educação e estabelecimentos de ensino secundário e normal do Estado**, de conformidade com o plano de trabalho elaborado pela Comissão Central e os estabelecimentos de ensino [...]

> Artigo 2º - Os Museus contarão, para **execução de seu programa cultural**, com a **colaboração do Departamento de Educação, do Museu Paulista e do Departamento do Arquivo do Estado** [...]
>
> Artigo 8º - Compete ao diretor a representação do Museu.[...]
>
> Artigo 11º - Os Museus, à medida que se desenvolverem, deverão compor-se de:
> a) Secção de Documentação Histórica; [...]
> b) Secção de Objetos; [...]
> c) Secção de Serviços Auxiliares; [...]
>
> Artigo 14 – À Secção de Serviços Auxiliares, compete: [...]
>
> Capítulo 2 – Pela Portaria: [...]
> c**- Orientar os interessados na visita ao Museu.**
>
> Artigo 27 – O Museu deverá **manter as mais estreitas relações de cooperação com os estabelecimentos de ensino, especialmente de grau secundário e normal, bem como o Museu Paulista e o Arquivo do Estado** (Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos, 1957. Grifos da autora).

Simultaneamente, ao analisar sua postura diante de Sólon Borges dos Reis, devido a seu desejo de criação do Museu dos Andradas, nota-se seu apego pelo termo "pedagógico". Contudo, estaria ele pensando em um "museu escolar", "um museu com vocação educacional" ou um "museu histórico municipal"? Ao que tudo indica, o ideário de MHP de Vinício Stein era de uma instituição híbrida, permeando todas as opções acima citadas. Privilegiaria, sim, a participação da educação e o envolvimento com ela, mas não estaria a serviço do currículo escolar.

Em outro documento, de 1960, Vinício Stein Campos novamente descreve as finalidades que regiam a criação dos MHPs:

> a) Promover o levantamento e a proteção de todo documentário histórico paulista da respectiva época;
> b) Estudar e difundir a bibliografia do patrono;
> c) Reconstituir a história do município e divulgá-la por todos os meios, especialmente nas escolas públicas;
> d) Servir de centro de interesse para aulas de História Geral e do Brasil, de Educação Social e Cívica, de Sociologia e cursos de extensão cultural;
> e) Despertar na comunidade o interesse pela preservação dos monumentos históricos, documentos, relíquias, móveis, quadros, utensílios, e demais objetos evocativos dos tempos de outrora;
> f) Patrocinar certames culturais e festividades de cunho educacional e cívico;
> g) Difundir as fundações de museus locais, especializados e gerais, como agentes de uma mentalidade nova, de culto ao passado e respeito e amor às tradições paulistas (CAMPOS, 1960, p. 10).

No trecho acima, novamente é possível notar a "hibridez" do conceito pessoal de Stein sobre os Museus Históricos e Pedagógicos. Por um lado, ressalta a sua importância em meio à sociedade e à comunidade local, tanto para a preservação dos bens culturais quanto na extroversão do conhecimento. Por outro lado, enfatiza fortemente o papel da educação (escola) no cotidiano dos museus, como um de seus principais agentes e articuladores de seus conceitos de trabalho.

Em 1970, Vinício Stein reitera a finalidade dos Museus Históricos e Pedagógicos:

> **O Museu Histórico e Pedagógico se propõe a reconstituir a História do Município em que está localizado e a cultuar de igual modo um período da História de São Paulo e da História do Brasil, correspondente ao quadro histórico relativo à época do respectivo patrono ou compreendido na denominação do Museu**.
>
> Cada uma dessas unidades museológicas, à medida que se vão completando as suas diversas seções, **tem por encargo esgotar a pesquisa do período histórico** que lhe está atribuído, juntando ao documentário exumado de arquivos públicos e particulares uma bibliografia completa, nacional e estrangeira, sobre a matéria a que o instituto especialmente se consagra.
>
> Completado o plano dessa museologia histórica, instalados todos os museus dos municípios paulistas, executado esse gigantesco trabalho de levantamento, em profundidade, do panorama histórico brasileiro, o conjunto da importante rede formaria – como vai fatalmente acontecer – o mais notável patrimônio histórico de que se tem notícia no mundo moderno, tanto pelo alcance da pesquisa feita, como pela funcionalidade desses centros culturais, vigorosamente acionados como **instituições a serviço da educação, do ensino, da recreação, da elevação cultural, cívica e moral do povo** (CAMPOS, 1970, p. 133. Grifos da autora).

Ao refletir sobre estas três descrições concebidas por Vinício Stein (1957, 1960 e 1970), somando-se aos preâmbulos dos decretos de criação dos MHPs, observa-se que, no decorrer dos anos, Stein gradativamente dá maior enfoque ao trabalho histórico dessas instituições, inclusive em nível local; entretanto, não deixa de mencionar que, de qualquer forma, devem estar a serviço da Educação e do ensino.

Torna-se imprescindível informar que tanto Sólon Borges quanto Vinício Stein compartilhavam dos conceitos da Escola Nova. A criação dos MHPs foi concomitante com a Reforma do Ensino Primário, que propunha a difusão do método intuitivo no ensino. Esta metodologia intuitiva, pregada por Pestalozzi, foi disseminada no Brasil durante o século XX, com base na cultura dos sentidos. Nesta teoria pedagógica, a observação e o contato com a realidade viriam em primeiro lugar para, depois, recorrer às palavras, livros e outras fontes. Neste momento, há a inserção do material didático

no ensino, utilização de "mostruários" e manipulação de objetos (a experiência física com eles), para a eficácia do aprendizado. Portanto, os museus também começam a ser vistos como "instrumentos da educação", ou melhor, a serviço dela. Entre estes dois gestores é patente que, apesar das semelhanças de pensamento, Stein de início tende muito mais a este ideário pedagógico do que Sólon Borges dos Reis.

1.2. A herança barrosiana: a cultura museológica do interior paulista vs. a cultura museológica carioca

Até agora, pouco se sabe sobre o relacionamento entre a metodologia de trabalho museológico adotada por Stein e a exercida por Gustavo Barroso. Durante a atual pesquisa, não foram encontrados registros de contatos diretos entre eles; possivelmente tal contato direto não tenha acontecido devido ao precoce falecimento de Barroso em 1959, período inicial da implantação da rede de Museus Históricos e Pedagógicos. No entanto, parece haver entre eles mais ligações do que Stein manteve com qualquer outro profissional paulista da Museologia.

Alguns indícios desta ligação conceitual podem ser encontrados no escopo dos cursos de museologia ministrados por ambos, em suas publicações e registros documentais de suas ações. O que de mais concreto há, até o momento, na influência de Barroso sobre a visão museológica de Stein, encontra-se em seus arquivos, sob guarda da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), na Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; trata-se de cartas redigidas por Stein, dirigidas aos profissionais dos MHP, indicando a leitura do livro *Introdução à Técnica de Museus*.

No estudo intitulado *Imaginação Museal. Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*, de Mário Chagas, podem-se encontrar dados interessantes sobre a "imaginação museal" de Gustavo Barroso, sendo esta, conforme assegura o autor, baseada em três aspectos: "[...] museu, história e nação" (CHAGAS, 2003, p.5).

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dolt da Cunha Barroso, nascido em Fortaleza em 1888, provindo de uma família em decadência, com grande apreço pelo exercício militar e apego às tradições antigas, iniciou sua carreira jornalística em 1906, escrevendo no periódico *Jornal da República* (Ceará). Em 1907, ingressou na Faculdade de Direito do Ceará, e em 1910, transferiu-se para o Distrito Federal (Rio

de Janeiro), concluindo seu bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da cidade. Em 1912 ingressou na vida política, filiando-se ao Partido Republicano Conservador (PRC). Posteriormente, deu continuidade à sua carreira política e jornalística, atuando amplamente nestas frentes. Finalmente, em 1922, foi nomeado para a direção do Museu Histórico Nacional por seu amigo e presidente da República, Epitácio Pessoa.

A *imaginação museal* de Barroso perpassou intimamente sua vida pessoal e tradições familiares; em especial, a admiração pelos militares, a defesa da nação, o respeito e devoção pelo passado. No entanto, considerava o passado como algo que "se deixa capturar por inteiro e se entrega sem conflito como verdade pronta", cristalizando apenas um ângulo dessa visão: o que iria ao encontro de suas crenças e ideologias. Sua retórica promovia a ampliação e exaltação das figuras heroicas, buscando "identificá-las, imortalizá-las e fabricar identificação integral com elas" (CHAGAS, 2003, pp. 86-89). Desde já pode-se notar a primeira semelhança com a *imaginação museal* de Stein: a fabricação e imortalização de heróis junto ao povo. Os abismos que a história não transporia entre o povo e fatos sociopolíticos marcantes eram preenchidos pela "invenção" de uma nova história, da qual a população participasse e se sentisse parte integrante, e que seria difundida e reforçada pelos museus.

É curioso notar que embora Vinício Stein não demonstrasse interesse pela vida militar – como o fazia Barroso, inspirado em moldes de um museu histórico-militar para a constituição do Museu Histórico Nacional –, também valorizava a formação de um imaginário paulista vitorioso por meio de símbolos militares, remontando à Revolução de 1932, como armas, uniformes, bandeiras, capacetes, resquícios de uma luta armada que criou e exaltou heróis e seus feitos.

Continuando sobre a trajetória e aspirações barrosianas, Chagas sinaliza sua ligação com o jornalismo e política, utilizando seu "capital de relações" (2003, p. 95) como forma de perpetuação de poder, mantendo-o trinta anos à frente do Museu Histórico Nacional, e projetando seu nome à imortalização. Não por acaso, posteriormente à criação do museu, candidatou-se pela quarta vez a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, sendo nesta recebido em 1923. No dizer de Chagas:

> Não há dúvidas, Barroso desejava a imortalidade do herói. Ele gostaria de fazer um gesto de bravura heroica pelo qual fosse reconhecido e admirado para sempre. O Museu deu-lhe essa oportunidade (CHAGAS, 2003, pp. 95-96).

Ainda sobre as semelhanças existentes nos percursos de Barroso e Stein, vale ressaltar as exigências que os cenários político e cultural empunham à época. Próximo ao Centenário da Independência, a demanda por museus históricos nacionais, advinda dos intelectuais, tornava-se mais intensa; era necessária a construção de um "local que celebrasse a memória da nação".

Nesse momento, a República ainda não havia concebido um plano de preservação da memória que envolvesse os museus, mas era natural que estes fossem solicitados. Com a aproximação das festividades do Centenário, a "necessidade de organizar o passado" é colocada em discussão:

> (...) fazia parte do projeto moderno de nação ter a sua história disciplinada e para isso não bastavam as belas letras, era preciso o espaço tridimensional e habitá-lo com imagens tridimensionais, reconhecendo nelas a presença de outras dimensões, como a educativa, por exemplo (CHAGAS, 2003, p.100).

Baseado neste contexto, Barroso desenhou o Museu Histórico Nacional.

De forma similar, ao aproximar-se o IV Centenário da Fundação de São Paulo, também por solicitação do setor intelectual, em uma segunda etapa de reforço do imaginário republicano foi retomada a discussão sobre os processos históricos. Novamente faziam-se necessários locais para a celebração da memória da nação mas, neste caso, vista sob a ótica do Estado de São Paulo e seu protagonismo hegemônico em sua construção. Aqui, o postulado não eram os museus históricos nacionais, mas as instituições que equivaleriam a museus históricos locais, incumbidos também de disciplinar a história da nação, mas sob a perspectiva paulista (pelo viés local). Nesta conjuntura veio a nascer o projeto da rede de Museus Históricos e Pedagógicos de Stein. Chagas interpreta:

> [...] o Museu de Barroso ***(assim como os de Stein)*** construía uma narrativa nacionalista que se voltava para o culto às relíquias do passado, privilegiava a "história política" de "grandes heróis", "gloriosas batalhas" e reforçava os "laços com uma atitude romântica em relação à nação" (SANTOS, 1989, p.13, apud CHAGAS, 2003, p.106. Grifo da autora).

Convém notar, também, as semelhanças relacionadas à postura que ambos os gestores tomavam em relação à direção dessas instituições museológicas. Assim como Barroso em sua prática museal, que buscava centralizar em si mesmo as decisões administrativas e museológicas, selecionando e treinando funcionalmente seu próprio corpo e apontando como este deveria agir nas ações museológicas, de forma parecida agiu o gestor paulista.

Como já mencionado, Stein, ao que tudo indica, não dividiu a tarefa de criação e implantação dos Museus Históricos e Pedagógicos com outros profissionais, nem mesmo buscou apoio técnico em muitas outras instituições museológicas. A questão que fica aqui é: Até que ponto esta inexistência de apoiadores se deve à falta de recursos do Estado para contratação, ou parceria com outros profissionais, ou à própria vontade de Stein?

Uma questão oportuna é a opção de Vinício – assim como de Barroso – em capacitar pessoalmente seus funcionários e indicá-los diretamente aos cargos que deveriam ocupar nos MHPs. Nesta formação, contava apenas com a participação de pesquisadores durante a última aula, em que costumava tratar da história local dos municípios. Certamente, se fosse de seu desejo, poderia delegar esta tarefa a outros profissionais, mas não o fez; decidiu conduzir este trabalho árduo pessoalmente.

As similaridades ainda não param por aqui. É imperioso constatar que tanto Barroso quanto Stein, mesmo ocupando cargos de liderança, faziam questão de ser doadores desses museus; ambos prezavam por dar o exemplo de doações a esses acervos em formação. Stein, por exemplo, mantinha o hábito de doar, a cada abertura de Museus Históricos e Pedagógicos, ou a realização de seu curso rápido de museus, o Curso de Museologia, cédulas e moedas para a formação desses acervos. Misan relembra:

> No curso rápido de Vinício Stein, a ordem e o tema das três primeiras aulas História dos Museus, Técnica dos Museus e Numismática Brasileira, seguem o programa proposto por Gustavo Barroso, principalmente quanto à definição do roteiro de aulas, partindo de assuntos mais genéricos para tratar dos mais específicos. Como assunto específico, Vinício Stein priorizava a Numismática. Os motivos que determinaram a predileção sobre a Numismática, como tema de estudo específico, não são claros, porém Vinício Stein tinha como costume, nos eventos de inauguração dos museus e também durante as palestras de seu curso, doar cédulas ou moedas antigas como a primeira doação para o acervo do museu, além de cumprir sua parte no compromisso cívico da empreitada, servindo de exemplo para a comunidade local (2005, p. 91).

Outra prática comum a esses dois gestores foi a adoção das narrativas biográficas por meio da nomeação de patronos para os espaços museológicos. Em visita ao Museu Histórico Nacional, em 1944, o repórter Adalberto Mário Ribeiro foi conduzido por Barroso em uma visita guiada, após recente reordenamento das salas expositivas; Chagas narra tal reordenamento como:

> [...] nítida valorização de personagens individualizados, cada uma delas passou a receber o nome de um patrono que tanto poderia designar um estadista, um herói de guerra, um ministro, quanto um artista de destaque, um doador de objetos ou um mecenas (CHAGAS, 2003, p.113).

No caso dos MHPs, tal prática também foi assimilada, não apenas nas salas expositivas, mas nas unidades museológicas da rede; no entanto, nessas instituições paulistas, a escolha dos patronos se dava de maneira mais coesa, priorizando a eleição de figuras de destaque na história da República, no âmbito do Estado de São Paulo.

Possivelmente, o traço que mais aproxima as imaginações museais desses dois personagens e marca a provável influência de Barroso sobre o conceito museológico de Vinício Stein, foi a criação e estruturação do Curso de Museus. Após a concepção do Museu Histórico Nacional, em 1922, Barroso permaneceu em sua direção até 1930, quando em oposição a Getúlio Vargas e com a deposição de Washington Luís, foi afastado do cargo. Em seguida, sua função foi confiada a Rodolfo Garcia, que a ocupou até 1932, ano em que Barroso retomou a direção do museu. No decorrer de 1931, Garcia estruturou o Curso de Museus, sediado nas dependências do Museu Histórico Nacional e, em março de 1932, deu início às suas atividades. Tal curso possuía a duração de dois anos, e veio a "concretizar um sonho que remontava ao ano de 1922" (CHAGAS, 2003, p. 116).

O Curso de Museus configurou um grande marco na história da museologia brasileira, tendo sido caracterizado como o ato de sua institucionalização, primeiramente como "formação técnica especializada", e posteriormente como "formação acadêmica universitária" (CHAGAS, 2003, p.116). Tal curso, apenas em 1951 foi validado como universitário pela Universidade do Brasil, e em 1979 deixou o espaço físico do museu e foi assimilado pela Universidade do Rio de Janeiro.

Embora não tenha sido criado diretamente por Barroso, este imprimiu ao curso não apenas sua imaginação museal, como sua própria personalidade. Deu-lhe um

tom claramente elitista, rígido, e acima de tudo fez dele uma herança pessoal às futuras gerações de museólogos que o seguiram. É notável como seu projeto pessoal de imortalização foi efetivado por meio dessa circunstância, e como a penetração de seu ideário museológico influencia fortemente museus até os dias de hoje. Falando sobre o alcance desse curso, Chagas assinala: "Foi por seu intermédio que Barroso preparou seus seguidores, fez escola e constituiu um grupo de herdeiros que durante longo tempo destacaram-se nas instituições museais do Brasil" (2003, p. 120).

Neste momento, o que chama a atenção é a matriz curricular do Curso de Museus, reestruturada em 1944, ampliando o curso para três anos de duração, na época de sua instituição como ensino superior. Dele constavam as seguintes disciplinas: História do Brasil Colonial; História da Arte (parte geral); Numismática (parte geral), Etnografia; Técnica de Museus (parte geral); História do Brasil Independente; História da Arte Brasileira; Numismática Brasileira; Artes Menores; Técnica de Museus (parte básica); História Militar e Naval do Brasil; Arqueologia Brasileira; Sigilografia e Filatelia; Técnica de Museus (parte aplicada); Arquitetura; Pintura e Gravura; Escultura; Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Popular; Técnica de Museu (parte aplicada) (CHAGAS, 2003, p.121).

A disciplina "Técnica de Museus" – base museológica e museográfica do curso – era recorrente, configurando-se como tônica nesse contexto de ensino. Tal fato se fez evidente no lançamento, poucos anos depois, em 1946, da publicação *Introdução à Técnica de Museus*, concebida por Gustavo Barroso. Este veio a ser o "manual" dos fazeres museológicos por longos anos no Brasil. Como uma das primeiras obras tratando do assunto e, em especial, ligada ao cerne do Curso de Museus, foi amplamente difundida, estudada e aplicada nas instituições museológicas da época. Até os anos de 1970, alguns professores do curso de Barroso utilizavam integralmente em aula o conteúdo dessa publicação.

Aqui, mais uma vez, vê-se o interesse de Stein no trabalho de Barroso. Em análise ao Arquivo VSC, é possível encontrar cartas deste, destinadas a diretores de Museus Históricos e Pedagógicos, indicando a leitura da publicação de Barroso como forma de apoio à organização desses museus do interior paulista. Torna-se praticamente impossível não notar que a organização dos acervos e espaços museológicos dos MHPs reproduzem, em muitos casos com detalhes, os dispostos nesse manual.

Quadro 3 - Escopo da disciplina "Técnica de Museus", utilizado nos dois volumes da publicação *Introdução à Técnica de Museus*

Técnica de Museus	Noções de:
Parte Geral	Organização Arrumação Catalogação Restauração
Parte Básica	Cronologia Epigrafia Paleografia Diplomática Bibliografia Iconografia
Parte especializada	Heráldica Condecorações Bandeiras Armaria Arte Naval Viaturas Arquitetura Mobiliário Indumentária Cerâmica e Cristais Joalheria, Prataria e Bronzes Artísticos Instrumentos de Suplício Máquinas Arte Religiosa

Fonte: CHAGAS, 2003, p. 125.

Mais que a indicação dos textos de Barroso para leitura, chama a atenção a inserção da imaginação museal de Barroso no curso ministrado pelo próprio Stein, destinado a capacitar professores e estudantes da rede pública estadual de Educação para a atuação profissional nos Museus Históricos e Pedagógicos.

O intitulado Curso de Museologia, concebido e ministrado por Stein, apesar de muito compacto, traz semelhanças claras com o programa do Curso de Museus, lecionado no Museu Histórico Nacional.

A capacitação promovida pelo Estado de São Paulo, composta por quatro disciplinas, era estruturada pelas seguintes aulas: História dos Museus, Técnica dos Museus, Numismática Brasileira e, por fim, História do Brasil, interpretada em função da história do município. Tais disciplinas remontam, sem dúvida, às ministradas no curso de Barroso. Apenas a última, "História do Brasil, interpretada em função da história do município", não se apresenta inclusa nos projetos de aula do Museu Histórico e Nacional.

Vale ressaltar que o interesse de Stein no Museu Imperial, que o impeliu a buscar respaldo museológico em Lacombe[32], referia-se intimamente – além das questões pedagógicas trabalhadas nessa instituição e a tradição que representava por se tratar de uma antiga residência da Família Real – à "arrumação" desse museu. Esta, por sua vez, fora elaborada por Barroso alguns anos antes, quando convidado a conceber o projeto museográfico da recém-criada instituição. Nas palavras de Milan:

> Além do mais, a direção de Lacombe (1967-1990), muito afeita às ideias de Gustavo Barroso, garantiu continuísmo à concepção museográfica original do Museu Imperial, orientada por Gustavo Barroso, quando, em 1940, fora solicitado para organizar o Museu Imperial, recém-criado por Decreto Federal no ano de 1939 (MISAN, 2005, p.83).

Malgrado Barroso e Stein fossem provenientes de contextos históricos e culturais distintos – sendo o primeiro muito afeito às questões militares, e o segundo, às educacionais –, ambos nutriam grande apreço pelas tradições nacionais e buscavam construir um discurso fortalecedor da identidade nacional. Da mesma maneira, ambos acreditavam no continuísmo histórico, tratando do passado com algo pronto, acabado, contínuo e apaziguador. Embora fosse esperado que os dois, com a transição para o regime político republicano, tornassem os museus palcos de discussão sobre essa ruptura, escolheram não discuti-la, mas apenas fixar uma nova retórica de heróis e símbolos, descrevendo o processo histórico como progressivo.

Muito há que investigar sobre a interessante ligação entre as imaginações museais de Stein e Barroso. Todavia, apenas com este breve levantamento de dados, pode-se pressupor que, de fato, a constituição dos Museus Históricos e Pedagógicos foi fortemente impactada pelos preceitos barrosianos, tendo muitos destes se mantido em vigência em várias dessas instituições até os dias atuais. De certa forma, Vinício Stein, no âmbito do interior do Estado de São Paulo, assumiu o papel de Barroso: construiu um conceito de museu histórico que se perpetuou, com poucas alterações, durante quase sessenta anos.

1.3. A ausência do Museu Paulista: distanciamento do pensamento museológico paulista

Observando a trajetória de trabalho de Vinício Stein Campos no decorrer da concepção da rede de MHPs, é patente o seu isolamento dos demais profissionais da

[32] Lourenço Luiz Lacombe, diretor (1967- 1990) do Museu Imperial em Petrópolis, RJ.

museologia que atuavam no Estado de São Paulo. Nesse período, era notória a sua comunicação com profissionais afiliados ao IHGSP, do qual era membro; no entanto, destes obtinha informações relativas à história das cidades e patronos para os museus, enveredando por um viés muito mais histórico do que museológico.

Analisando a documentação salvaguardada sobre os trabalhos de Stein, localizada na Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), pertencente à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (SEC-SP) – organizada em 35 volumes[33], compreendendo as décadas de 1950, 1960 e 1970, divididos entre as cidades de implantação dos MHPs –, não foram encontrados, até o momento, registros de correspondência entre Stein e profissionais paulistas, nem ao menos relatos relacionados à utilização de suas ideias ou técnicas de trabalho na implementação desta rede de museus. Outro fato interessante é também a ausência de registros ou menções sobre o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O que se pôde encontrar nesse arquivo até o momento, surpreendentemente, foi a correspondência de Vinício Stein Campos com Lourenço Luiz Lacombe, diretor do Museu Imperial de Petrópolis entre os anos de 1967 e 1990. Nesta documentação consta a solicitação de Stein para envio de funcionários dos MHPs a fim de realizar estágios no Museu Imperial, visando ao aprimoramento de tais profissionais. É significativo observar a incongruência existente no fato de o criador de uma rede de museus, fortemente ligada à ideologia republicana paulista, buscar auxílio em uma instituição museológica focada em rememorar a Monarquia, localizada em um Estado que sediou por tão longos anos os representantes deste regime.

É possível presumir que o interesse de Stein nessa instituição museológica repousasse sobre a forma como absorvera e trabalhava a memória de um patrono, D. Pedro II. Além disto, a relação entre este patrono e a cidade onde se encontrava o museu, no caso do Museu Imperial de Petrópolis. Soma-se a estas questões o fato de D. Pedro II ter sido o fundador do IHGB, promovendo particular admiração por tal empreitada. Logo, este seria mais um motivo para a especial atenção dada ao Museu

[33] Nestes volumes são mencionados os Museus Históricos e Pedagógicos sediados nos seguintes municípios: Americana, Amparo, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Avaré, Bananal, Batatais, Bauru, Bilac, Botucatu, Brodowski, Cachoeira Paulista, Campinas, Capivari, Casa Branca, Catanduva, Diadema, Dumont, Embu, Franca, Guaratinguetá, Itanhaém, Itu, Jaú, Jundiaí, Limeira, Lins, Lorena, Mococa, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Mor, Orlândia, Ourinhos, Penápolis, Pindamonhangaba, Pinhal, Piracicaba, Piraju, Pirapozinho, Pirassununga, Porto Feliz, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Rita do Passa Quatro, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São Luiz do Paraitinga, São Manuel, São Roque, São Vicente, Tatuí, Tietê e Tupã.

Imperial por Vinício Stein: a figura de D. Pedro II. Não só o Museu Imperial atraiu a atenção de seus estudos, mas também o Museu Nacional. Cabe aqui relembrar a ligação, mesmo que indireta, aos conceitos museológicos de Gustavo Barroso, posto que a concepção museográfica do Museu Imperial foi projetada por ele e mantida por Lacombe nos anos subsequentes. Segundo Misan:

> Para Stein, eram os museus do Estado do Rio de Janeiro, em especial o Museu Nacional (1818) e o Museu Imperial (1943), ambos sediados em antigas residências da família imperial (Palácio da Quinta da Boa Vista e Palácio de Petrópolis), que mais o interessavam (MISAN, 2008, p.188).
>
> Trata-se de um exemplo claro (talvez o melhor que Stein encontrou no Brasil), para poder exemplificar a profunda ligação entre museus e cidade, servindo de modelo para sua proposta de implantação dos MHP (MISAN, 2008, p.192).

A pergunta que surge neste contexto é indispensável: E as instituições museológicas de São Paulo, por que não participaram deste processo? Possivelmente, a resposta está na falta de aceitação deste modelo institucional (Museu Histórico e Pedagógico) pelos profissionais da época. Em especial, pode-se levantar o posicionamento de Mário Neme, diretor do Museu Paulista entre os anos de 1960 e 1973.

Ao verificar o regulamento dos museus (MHP), redigido por Stein em 1957, observa-se a inserção do Museu Paulista em seu escopo de apoiadores:

> Artigo 2° - Os Museus contarão, para execução de seu programa cultural, com a colaboração do Departamento de Educação, do Museu Paulista e do Departamento do Arquivo do Estado.
> [...]
> Artigo 26° - O Museu deverá manter as mais estreitas relações de cooperação com os estabelecimentos de ensino, especialmente de grau secundário e normal, bem como o Museu Paulista e o Arquivo do Estado. (Ato n° 19, de 30 de abril de 1957).

Em seu estudo sobre a criação e implantação dos Museus Históricos e Pedagógicos, Misan relembra o que, possivelmente, foi a maior crítica pública em relação à concepção desta rede de museus do Estado de São Paulo. Tal crítica, proferida por Mário Neme, diretor do Museu Paulista durante as décadas de 1960 e 1970, pode explicar o porquê de Vinício Stein Campos ter-se apoiado em museus do

Rio de Janeiro para o trabalho nos MHPs: ele encontrava opositores às suas ideias dentro de São Paulo.

No ano de 1964, Neme divulgou sua opinião sobre os Museus Históricos e Pedagógicos nos Anais do Museu Paulista, ao tratar "*Os Problemas dos Museus Municipais*". O autor iniciou esta fala definindo a diferença entre "utilização cultural de material de museus" e "utilização de materiais de museus". Logo após, enfatizou a importância da criação de museus municipais pelo Estado, que deveria comprometer-se a auxiliá-los, porém sem limitar sua autonomia de gestão. A partir daí, sem citar nomes, mas deixando claro sobre quem (ou quais instituições) falava, proferiu seus primeiros julgamentos:

> Nota-se em certos Estados, por influência de elementos estrategicamente colocados nas Secretarias de Educação, a tendência a criar nas cidades do Interior uma série ou cadeia de museus supostamente articulados com o sistema oficial de ensino primário e secundário. Conforme nos foi solicitado em face de um caso concreto, dissemos em dada oportunidade que o Estado deveria, ao contrário do que vinha permitindo que se fizesse, fomentar a criação de verdadeiros museus municipais [...]
>
> Justificávamos esta proposta, em resumo, esclarecendo o seguinte: Não basta criar museus, sem lhes dar a organização e os recursos indispensáveis [...] e era isto que estava acontecendo com cerca de trinta museus já criados pelo Estado em cidades do Interior.
>
> Diante de tão larga (e insensata) safra de museus do Estado, podemos afirmar com a mais absoluta convicção que nunca haverá condições para um razoável funcionamento (NEME, 1964).

Neme, contrariamente ao ideário de Stein, não acreditava na criação de vários museus municipais sob a tutela do Estado, sabendo que este, por sua vez, não teria condições de mantê-los de forma exemplar. Mas acreditava na possibilidade da concepção de museus regionais, com responsabilidade de auxiliar "verdadeiros museus municipais" a atingirem os parâmetros adequados para seu funcionamento.

Ademais, o diretor do Museu Paulista se opunha veementemente à influência da educação formal (escolar) e da Secretaria de Educação nas atividades museológicas dessas instituições. Alegava que as escolas possuíam meios particulares de trabalhar seus conteúdos, e da mesma forma os museus, não podendo estes ser influenciados, ou submetidos a parâmetros escolares:

> O equívoco se demonstra facilmente, diante do fato de eles terem sido criados a pretexto de servirem como museus de interesse e da economia interna das escolas estaduais localizadas nos municípios, embora nada contenham que sugira orientação, estrutura ou objetivo pedagógico [...]
>
> Este primeiro equívoco tem levado a outros, não menos graves, como o de se pretender que os escolares participem das atividades de tais museus. Mas os trabalhos de um museu têm de obedecer forçosamente a uma linha de continuidade e desenvolvimento [...] Como, pois, pretender que tarefas desse tipo possam ser cometidas por escolares? (NEME, 1964).

Possivelmente, as dúvidas desse teórico concernentes aos MHPs advinham, sobretudo, de sua visão particular sobre como se configuraria um "real museu histórico" e o que seria um "museu escolar". Em seu ponto de vista, os museus históricos serviriam à população em todos os níveis de idade, e sua função educativa, de índole cívica e moral, seria oferecida a todos as camadas de público, sem qualquer distinção.

Já em relação aos museus escolares, acreditava que se constituíam, apenas, para complementação do currículo escolar, expondo objetos sem valor extrínseco, mas apenas de caráter ilustrativo. Ainda sobre este assunto, reafirmava: "O típico museu escolar nunca pretendeu sair do âmbito escolar, único lugar onde devem estar os museus de aparelho educacional, despojados de propósitos que a rigor não são seus*"* (NEME, 1964).

Finalizando sua fala sobre o tema, demonstrava sua preocupação quanto à inibição que estes MHPs, "pseudomuseus", poderiam causar na criação do que, em sua concepção, seriam "autênticos museus municipais". Nota-se que Neme, além de contrapor-se às ideias museológicas de Vinicío Stein Campos, também não acreditava que este havia alcançado seus objetivos; seus museus não eram nem histórico-municipais, nem escolares. Estavam perdidos em uma mistura equivocada de conceitos.

Vinício Campos, por sua vez, não aceitou tais críticas passivamente, externando, em vários momentos, seu descontentamento em relação ao julgamento proferido sobre seu trabalho e os desdobramentos de tais declarações. Um exemplo explícito deste descontentamento foi registrado no terceiro volume da série *Elementos da Museologia*, editada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, falando sobre a história de instalação do Museu Histórico e Pedagógico Major José Levy Sobrinho, em Limeira:

> Limeira foi uma cidade paulista que desde a primeira hora, quando se organizou o Serviço de Museus Históricos **(1963)**, pleiteou a criação de uma instituição dessa natureza em seu município, escolhendo o nome do Major Levy para a denominação do estabelecimento e designando o historiador, professor e médico limeirense – Dr. Reynaldo Kuntz Buch, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para coordenar a coleta de dados históricos relativos à origem e desenvolvimento de Limeira.
>
> O Museu não se criou com a urgência precisa. **Uma descabelada campanha na grande imprensa do Estado contra o Serviço de Museus Históricos, contrária à multiplicação dos museus e à ajuda que procuravam receber do poder público, entorpeceu o movimento criador de novas unidades museológicas e afetou de igual sorte o progresso das existentes. Tais verrinas, vertidas nas colunas anônimas da imprensa diária, mas com a calva da vergonhosa autoria bem à mostra, tiveram, na época, o efeito perseguido pelo articulista: sustaram por um momento o crescimento da rede de museus históricos. O museu de Limeira foi um dos sacrificados.**
>
> Havia na cidade, na ocasião, um professor aposentado que convertera a sua casa num verdadeiro museu de antiguidades. Colecionador apaixonado e esclarecido dos documentos, peças históricas e arte do Brasil antigo, reunira durante sua vida acervo que poderia facultar a Limeira a montagem de um museu excepcional, custando apenas o trabalho da triagem e da classificação do riquíssimo patrimônio. **Visitei-o nessa oportunidade e ele se mostrou sumamente alarmado com os ataques do anônimo escrevinhador do jornal, receoso de que tais artigos impedissem a fundação do museu de Limeira e o desbarato de suas coleções se verificasse após o seu falecimento, que adivinhava próximo.**
>
> Aconteceu exatamente o que previra o nosso professor. **Os artigos desse mau brasileiro, dado o prestígio do órgão em que escrevia, acabaram despertando o receio da nova administração, e o museu de Limeira não foi criado.** O professor faleceu algum tempo depois e as suas coleções caíram em mãos de sobrinhos, ávidos de resultados materiais com aquela herança, dispersando-se o rico acervo entre os negociantes de antiguidades e colecionadores particulares.
>
> Em 26 de janeiro de 1964, pelo Decreto n° 42.987, foi criado o Museu Histórico e Pedagógico "Major José Levy Sobrinho", de Limeira. A providência chegava evidentemente tarde. O patrimônio do mestre estava destruído. Mas nunca é tarde para se cuidar da recuperação histórica de uma cidade, da restauração de seus monumentos, do desnudamento das velhas raízes que nos podem levar ao conhecimento perfeito de nosso passado e motivar o seu culto pelas novas gerações[...] (CAMPOS, 1972, p. 159. Grifos da autora).

Ressalta-se que Neme, mesmo ocupando o cargo de diretor do Museu Paulista, manteve sua atuação no jornal “O Estado”, escrevendo neste periódico junto à turma de Piracicaba, grupo que se mudou de Piracicaba (SP) para escrever nos jornais da capital. Neme iniciou sua carreira no jornal na década de 1940, permanecendo como seu colaborador até 1972 (SILVA, 2011, pp. 2-3).

Posteriormente à crítica de Neme, a observação desses museus se tornou mais frequente, projetando olhares desconfiados sobre tais instituições. Poucos se arriscaram a escrever sobre o tema, julgado desconfortável à discussão museológica

da época, mas alguns anos mais tarde (1976), Waldisa Guarnieri retomou brevemente tal polêmica.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, reconhecida museóloga paulista, durante os anos de 1976 a 1978 integrou a equipe do Grupo Técnico do Departamento de Arquivos e Museus da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado de São Paulo. No decorrer deste período, realizou várias visitas técnicas e observação nos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado.

Em texto redigido em 1976, Guarnieri retrata sua visão pessoal sobre as Políticas Culturais do Estado de São Paulo e sugere modificações para elas. Entre tais modificações, envolve os museus conhecidos como "históricos e pedagógicos":

> DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS NO CAMPO DA CULTURA:
>
> [...] 3. Revisão de todo o conjunto de Museus Oficinas do Estado, visando:
> 3.2 À criação ou transformação de alguns museus municipais em Museus Regionais, sob a tutela e manutenção do Estado.
>
> 3.3 À entrega, aos municípios que possam sustentá-los e dinamizá-los, dos museus chamados "históricos e pedagógicos" que constituam, realmente, museus municipais, aos quais o Estado deverá, entretanto, prestar efetiva assistência técnica permanente.
>
> 3.4 À devolução à rede escolar e, portanto, à Secretaria de Educação dos museus chamados "históricos e pedagógicos" que se verifique constituírem museus ESCOLARES, ou seja, de mera complementação pedagógica ao ensino formal (aos quais, entretanto, poder-se-á prestar assistência técnica) (GUARNIERI, 1976, p.62).

Nesta fala, a autora evidencia sua opinião sobre a essência dos MHPs: alguns se tornaram, ao longo dos anos, museus histórico-municipais, museus de cidade[34]; portanto, deveriam ser municipalizados, a saber, ter a tutela de seus acervos, até então pertencente ao Estado, transferida aos municípios. Por outro lado, também nota, entre eles, "museus escolares" (de mera complementação do currículo escolar); sendo assim, estes deveriam ser restituídos à Secretaria de Educação.

Alguns anos após essa reflexão, Guarnieri redigiu novo documento, no ano de 1980, retomando o assunto. O tema central de tal discussão eram os museus do Estado de São Paulo. Em dado momento, declara:

[34] Segundo Ulpiano T. Bezerra de Meneses, "o museu de cidade deve ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e no seu presente), fruí-la, discuti-la, prever seu futuro, enfim, amá-la e preocupar-se com ela e agir em consequência" (MENESES, 2003, p. 260).

> Fica bem claro, pois, que os museus assim criados tinham características de museus escolares, vinculando-se, inclusive, a uma unidade de apoio às "instituições auxiliares da Escola", dentro do Departamento de Educação. Tais museus vão ser regulamentados por ato específico, e a Comissão Central incumbida de sua instalação passará, em seguida (1957), a se subordinar diretamente ao Secretário de Educação. A partir daí proliferam os decretos de criação de estabelecimentos museológicos, nem sempre acompanhados de atos efetivos de coleta de acervo e de instalação física (GUARNIERI, 1980, p. 110).
>
> A partir de 1958, os museus chamados "históricos e pedagógicos" assumem uma feição híbrida, vinculados à rede de ensino, da qual dependem até pela destinação que lhes é feita de recursos humanos, e pretendem ser organismos de atuação municipal e, por vezes, regional (GUARNIERI, 1980, p. 111).

Por meio destas declarações, comprova-se que, no decorrer dos anos, Guarnieri realmente assumiu o conceito de "hibridização" para os Museus Históricos e Pedagógicos. Desta forma, admitiu que a grande maioria já não se tratava – como se propunha anteriormente – de museus "puramente escolares", mas tomaram a essência de museus histórico-municipais e museus de cidade.

No caso dos Museus Históricos e Pedagógicos, após a análise das afirmações de Sólon Borges dos Reis, Vinício Stein Campos, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri e Mário Neme, pode-se constatar que todos eles, ao longo do tempo, veem estes museus com missões, ou funções diversificadas das idealizadas a princípio, quando Borges criara os primeiros quatro membros dessa rede.

Percebe-se, na fala de Guarnieri, que essas instituições museológicas, embora criadas sob o mesmo estatuto e decretos similares, tomaram caminhos diferentes ao longo dos anos. Algumas nasceram e foram abraçadas por suas comunidades, como museus de vocação histórico-municipal. Seu caráter educativo, assim como Neme idealizou, é voltado a todos os perfis de público, sem focar, apenas, no escolar.

No caso destas instituições, criadas como a primeira rede oficial de museus do País, tem-se um dado bem interessante: mesmo tendo sido concebidos como "pedagógicos", perduraram por muitos anos, na grande maioria, e se perpetuaram na cultura local onde se inseriam, diferentemente de outras propostas anteriores de museus pedagógicos no Rio de Janeiro, por exemplo. Por qual motivo estes museus, apesar das dificuldades, prosperaram? O que os diferenciava?

Averiguando, ainda que superficialmente, tomando como base os autores citados, fica clara a noção de que estes Museus Históricos e Pedagógicos prosperaram em virtude do envolvimento da comunidade, mesmo com dificuldades em sua composição. Sim, possuíam o caráter pedagógico, mas também detinham a missão histórica, social e cívica para com seu público. Possivelmente, a hibridização conceitual nestas instituições, embora não vista como adequada a um museu, garantiu a perpetuação destes museus e sua tradição municipal.

1.4. O ideário republicano

De acordo com o Decreto n° 26.218, de 3 de agosto de 1956, os quatro primeiros MHP criados rememoravam os primeiros presidentes republicanos paulistas: Prudente de Moraes (1894 – 1898), Campos Salles (1898 – 1902), Rodrigues Alves (1902 – 1906) e Washington Luís (1926 – 1930). Observando este fato mais atentamente, cruzando-o com as questões políticas ligadas ao reforço do sucesso republicano sobre a Monarquia e, sobretudo, a disputa por um espaço proeminente do Estado de São Paulo nesta transição, pode-se entender que a escolha destes patronos para os recém-criados museus nada mais foi do que estratégia para a projeção de uma identidade paulista republicana; neste caso, a invenção, beirando a teatralização, de memórias de um processo cuja participação popular foi quase nenhuma. Sobre a motivação real para estas instituições, Misan aponta:

> Os quatro museus foram criados com um duplo objetivo: preservar a memória dos presidentes paulistas e cultuar o período republicano. De acordo com José Murilo de Carvalho (1998), a dificuldade de fixação e aceitação da construção de um imaginário republicano revelou o abismo entre uma elite dirigente – políticos, militares e intelectuais do novo regime – e o povo de uma maneira geral. A instauração dos novos símbolos [...] permitiria, exatamente, consolidar a participação do povo – ao menos na história – na transição do regime monárquico para o republicano (MISAN, 2008, p. 182).

Somando-se a estes novos símbolos do regime a erigir, buscava-se reforçar a identidade do IHGSP, em oposição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O IHGSP, além de fortalecer a perpetuação de seus próprios símbolos na história da República, fortemente apoiou o impulso de criação dos MHPs, fornecendo subsídios teóricos tanto sobre os patronos das instituições (possivelmente, grande parte deles possuía alguma ligação com o instituto ou era sugerida por seus sócios),

como em relação ao percurso histórico das cidades onde estes museus eram instalados.

Na passagem do século XIX para o XX, movimentos artísticos e literários demonstravam a ansiedade em buscar o "elemento fundador" cultural do povo brasileiro, algo que representasse o Brasil das três raças: brancos, índios e negros. De maneira romanceada, a história aproximou-se da pintura e literatura, com o objetivo de construção de um imaginário. Da mesma forma, a promoção de eventos devotados ao passado paulista se apropriava de tais métodos para o incentivo à produção de ícones locais que reforçassem o discurso histórico-oficial adotado pelo novo regime político.

Cabe destacar que, a partir dos anos de 1950, em especial após a morte de Getúlio Vargas em 1954, São Paulo (Estado) retomou seu projeto de afirmação e hegemonia: empreendeu novas ações que, corroborando com as festividades do IV Centenário da Fundação da Cidade, reforçavam os símbolos de civilização e desenvolvimento adotados pelo discurso republicano "[...] tais como os bandeiristas, os soldados constitucionalistas da Revolução de 1932 e a imagem de cidade próspera, berço da industrialização do Estado" (MISAN, 2005, p. 28). De fato, os festejos do IV Centenário da cidade de São Paulo se tornaram um marco da retomada estadual do projeto de hegemonia por meio de cultura e educação. Neste contexto, surgiram os Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo.

Registra-se que os símbolos absorvidos pela República, advindos de outros períodos históricos brasileiros, dão força ao seu discurso homogeneizante, hegemônico e desbravador. No caso da criação dos MHPs, o tema bandeirista é utilizado de forma recorrente na escolha de patronos para as instituições museológicas. São exemplos: MHP Anhanguera[35], em Santana de Parnaíba; MHP Fernão Dias Paes, em Penápolis; MHP Antonio Raposo Tavares, em São Bernardo do Campo, e o MHP das Monções, em Porto Feliz. A reapropriação da figura do bandeirante, em vários momentos, torna-se símbolo de afirmação do Estado por intermédio dos seus projetos oficiais e representantes "pioneiros", enaltecendo suas atitudes corajosas, empreendedoras e "civilizatórias". Misan sustenta:

> Vinício Stein Campos pretendeu à semelhança da imagem do bandeirante, símbolo civilizador que adentrou o interior do Estado, evidenciar o propósito da criação de Museus Históricos e Pedagógicos: expandir a rede como meio

[35] Extinto pelo Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994.

> de promover a integração das cidades, ou seja, o controle do Estado sobre as cidades nos âmbitos da história e educação (ensino da história) (MISAN, 2005, p.13).

A força do ideário republicano na concepção destas instituições museológicas se mostra ainda mais presente quando se cruzam os dados: cidade-sede, patrono e presença do Partido Republicano Paulista. Tem-se aqui uma trama muito bem alinhavada, constituída de símbolos e personalidades emblemáticas que, juntos, ganhavam muito mais representatividade perante o povo. Trata-se do tecer de um discurso respaldado e avigorado por figuras "mitificadas" que, apesar de distantes da população, eram conhecidas por ela.

1.5. **Por uma nova identidade paulista:** o apagamento das heranças culturais locais

Possivelmente, ao examinar os principais reflexos da criação da rede de MHPs nas cidades do interior paulista, constata-se que um dos mais importantes legados destes – corroborando com as demais medidas nas áreas de educação e cultura empreendidas pelo governo da época – foi o apagamento das heranças culturais locais, ou melhor, a sua distorção. Misan, parafraseando Mário Neme, sugere: "[...] a criação de museus estaduais nas cidades do interior pode ter concorrido para impedir o surgimento de núcleos de preservação do passado histórico pelas prefeituras locais, que seguissem parâmetros diferenciados daqueles apresentados pelo Estado" (MISAN, 2005, p. 7).

Sabe-se que já no início da instauração da República, uma das principais ações empreendidas foi a destruição dos símbolos da memória do Império, em especial, edificações e documentos. A ânsia por esquecer (apagar) o passado imperial, escravocrata e atrasado, acabou por apagar (não raramente) a história das regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Tal estratégia de esquecimento possivelmente contribuiu para o enfraquecimento das culturas locais que, por consequência, desintegraram-se juntamente com a identidade do povo. Somando-se a isto, a imagem marginalizada e apiedada que muitos autores de renome, à época, construíram sobre o povo do interior de São Paulo, reforçou ainda mais a vergonha e a vontade de esquecimento do passado retrógrado que o constituiu.

Ainda em relação ao reforço governamental sobre o "apagamento do passado" e, por consequência, a desintegração gradual dos ícones de memória locais, já na

década de 1930, tem-se o Decreto-Lei n° 1.202, de 8 de abril de 1939, estabelecendo o que seria permitido ou proibido ao Estado e seus municípios em relação à utilização dos símbolos nacionais e referenciais locais: "Art. 53 - A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todos os Estados e Municípios; proibido quaisquer outros símbolos de caráter local." O artigo, aqui citado, deixa clara a intencionalidade do governo republicano em exaltar seus símbolos em detrimento dos concebidos exteriormente a ele (símbolos municipais).

Levando em consideração a constituição dos acervos pertencentes aos MHPs, em especial aqueles coletados nos primeiros anos de implantação desta rede, referentes às coleções particulares de seus patronos e, normalmente, objetos advindos das famílias aristocratas, não é de se admirar que o interesse maior de seu público repousasse sobre as coleções (muito frequentes nos MHPs) da Revolução Constitucionalista de 1932. A Revolução de 1932 foi, provavelmente, "o primeiro episódio político do Estado que extravasou da elite cafeeira e seus descendentes, atingindo o âmbito popular" (LOVE, 1982, p.168, apud MISAN, 2005, p.9).

Há muito o que discutir sobre este apagamento da identidade caipira no contexto dos Museus Históricos e Pedagógicos, fato que merece estudos mais aprofundados. Realmente, a marginalização da cultura caipira nestes museus é nítida, observada na não absorção dos núcleos materiais a esta relacionados. Ao que as pesquisas nos arquivos VSC e legislação que envolve estes museus indicam, durante o processo de formação desses acervos, não houve nenhuma diretriz que sugerisse a coleta material dos índices de memória locais. Possivelmente, a motivação para tal seja a inexistência de estudos com bases antropológicas e sociológicas sobre o caipira até as décadas de 1940 e 1950, fazendo com que seu valor cultural não fosse devidamente reconhecido.

Na análise de Enid Yatsuda (2003), mencionada por Misan (2005), observa-se o impacto e a estigmatização que a cultura caipira sofreu em decorrência da produção de alguns escritores, mormente nas décadas de 1920 a 1940. Entre eles, sobressaem: visconde de Taunay, Cornélio Pires, Monteiro Lobato, Paulo Setúbal, Silvio Romero, entre outros. É interessante notar que, dos cinco nomes citados, quatro são patronos de Museus Históricos e Pedagógicos.

No texto "O Caipira e os Outros", Enid Yatsuda (2003) cita viajantes como Saint-Hilaire e Agusto Emílio-Zaluar, historiadores como Oliveira Vianna e, mais tarde, escritores como Monteiro Lobato, como exemplo de autores que

> colaboraram para a depreciação do caboclo. *Itaoca, Oblivion,* entre tantas "Cidades Mortas", muitas delas sedes dos Museus Históricos e Pedagógicos, ao tentarem readquirir o status de outrora no mapa econômico e político do Estado, estrategicamente promoveram o "esquecimento" de tudo aquilo que representasse o atraso, a vida no meio rural e, consequentemente, o universo caipira, empecilho ao progresso material, à industrialização e ao desenvolvimento urbano (MISAN, 2005, pp. 17-18).

A distorção em relação ao caipira, além da marginalização apresentada nos textos de Lobato, também, por vezes, toma caráter romantizado, atribuindo a ele (caipira) uma aura de "desventurado", bem como em outros momentos, assumindo a feição de comédia, ridicularização desta cultura. Exemplos disto são os textos de Cornélio Pires, também homenageado como patrono de um MHPF, na cidade de Tietê.

Outro fato importante a observar sobre a formação dos acervos dos MHP e, em consequência, o discurso histórico a adotar pelas instituições, é a reivindicação social sobre o que reverenciar nos museus. Questiona-se: Como inserir nos museus segmentos da cultura que ainda não tinham sido aceitos como parte da história pela comunidade local? Além disto, lembra-se que boa parte dos municípios que receberam MHP acabava de passar por processo de forte declínio econômico após a queda da economia cafeeira (agrícola) nas primeiras décadas do século XX, buscando reerguer-se com base nos preceitos da industrialização e progresso, desejando apagar o passado de "fracasso" e ressaltar apenas os grandes feitos e vultos de seu desenvolvimento. Nisto, os personagens locais, seus costumes e história foram sublimados em detrimento da história "oficial" oferecida por estes novos museus.

No entendimento de Misan:

> [...] A implantação da rede de museus construiu uma versão de "reconhecimento identitário" à custa do relevo da história local e dos personagens "que fizeram história", mas, na realidade, tal versão se constituiu em um eficaz instrumento de apagamento da identidade destas cidades (MISAN, 2005, p.23).

Assinala-se que não apenas o caipira se encontra excluído, ou diminuído, nos acervos dos MHPs, mas também outras comunidades, como a indígena, a imigrante e a negra, por exemplo. Possivelmente, pode-se encontrar algumas peças relacionadas a estes grupos, no entanto, sua representatividade é sublimada em meio a um tipo de discurso histórico (oficial) adotado nestes museus.

2. Municipalização: o processo e seus questionamentos

A trajetória da municipalização dos acervos estaduais de São Paulo, sediados no interior nestes 28 anos de história, experimentou as mais diversas situações e contratempos. Enfrentou desde a falta de recursos até a inexistência de corpo técnico para a realização dos processos; da mesma forma, resistiu às intempéries das mudanças de governo, e em diversos momentos, a resistência política tanto das gestões municipais quanto das estaduais. Trata-se de um processo repleto de nuances e que requer considerável atenção.

Porém, antes de prosseguir nas discussões, deve-se responder à seguinte questão: O que é municipalização? Conforme já mencionado, sinteticamente, a municipalização dos acervos pertencentes ao Estado e que se encontram sediados nos municípios do interior paulista consiste na transferência legal da tutela destes bens aos municípios que os abrigam, ou seja, a transferência da posse legal destes objetos aos municípios que os guardam. Afora isto, entende-se que tal processo requer também, em alguns casos, quando tais acervos se encontram acomodados em prédios pertencentes ao Estado, a concessão de um Termo de Permissão de Uso (TPU) de tais edifícios e, consequentemente, posterior doação aos municípios.

A implicação direta deste processo, em termos de gestão pública, é a liberação legal dos municípios para se apropriarem deste acervo e a ele destinarem recursos, tanto financeiros como humanos, sem incorrer em crimes relacionados à ingerência administrativa, posto que aos municípios é vetado o investimento de verba pública em bens alheios a seu escopo de administração. Por outro lado, passam a deter a responsabilidade direta de zelar por este patrimônio cultural, sendo passíveis de penalizações caso negligenciem a salvaguarda de tais bens.

Muitas são as questões sobre a legitimidade desse processo, seus “prós” e “contras”. Tais questionamentos normalmente permeiam o campo da administração pública. No entanto, pouco se discute – em meio às negociações de municipalização no ambiente político – sobre os impactos no campo cultural, levando-se em consideração o relacionamento das comunidades locais com seus museus. E indaga-se: Como as municipalizações podem beneficiar a fruição do patrimônio histórico-cultural de uma comunidade?

Sobre sua questão histórica, toma-se como marco inicial das municipalizações o Decreto n° 24.634, de 13/1/1986, que criou o Sistema de Museus de São Paulo, tendo como uma de suas principais atribuições a "gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado" (art. 2°, IV). Entretanto, ao longo da atual pesquisa, observou-se que tal decreto, ou melhor, a criação do Sistema de Museus, foi o resultado de uma longa discussão sobre o real papel destes museus do interior do Estado, questionando-se sobre qual seria o futuro que se pretendia para eles e para o trabalho museológico em geral de São Paulo. Fato incontestável relativo a essas instituições é que, malgrado o contexto controverso de sua criação, implantação e organização inicial, e metodologias de concepções discutíveis sob a perspectiva museológica, tornaram-se ferramentas muito férteis para desencadear uma profunda reflexão relacionada ao papel do Estado e municípios perante seus museus, tanto em aspectos conceituais quanto de gestão pública.

Ainda sob a perspectiva histórica, observou-se que as discussões sobre as municipalizações tiveram início, de fato, no final da década de 1970, já com os apontamentos realizados por Waldisa Rússio, durante seu trabalho direto com os museus do interior, em especial entre os anos de 1976 e 1977. Tais discussões passaram a fomentar ações-piloto de dinamização desses museus e, por fim, culminaram na concepção do primeiro decreto de municipalização, no ano de 1994[36]. Tais questões serão pormenorizadas mais à frente.

Em relação ao processo de pesquisa e levantamento de informações, conforme mencionado, o arrolamento de documentação sobre o percurso da doação dos acervos estaduais aos municípios do interior, apesar de encontrado, apresentava-se relativamente fragmentado. Boa parte do que foi utilizado durante esta pesquisa foi localizado nos processos (juntada de documentos) de doação dos acervos, nos relatórios anuais do Sistema Estadual de Museus de São Paulo e em alguns relatórios do extinto Departamento de Museus e Arquivos, salvaguardados na Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria de Estado da Cultura.

Em contatos com antigos funcionários da Secretaria de Cultura, para a averiguação da possível localização de documentação mais completa, concluiu-se que, possivelmente, tais registros foram acondicionados em outros locais, após os

[36] Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994 ─ ANEXO II ─ Autoriza a celebração de convênio visando à transferência da administração dos museus para os municípios.

períodos de reorganização espacial da unidade. A complementação de tais registros foi realizada por meio de arquivos pessoais de ex-funcionários, envolvidos com a questão da municipalização, que mantiveram seus procedimentos e as cópias da documentação por eles concebida.

No decorrer da pesquisa, muitas lacunas surgiram sobre a trajetória da municipalização; para que tais lapsos fossem sanados optou-se, então, por buscar os depoimentos de antigos diretores, coordenadores e responsáveis por este processo no decorrer dos últimos 28 anos de labor em prol destes museus. A partir das gentis colaborações de Ana Maria da Costa Leitão Vieira, Beatriz Augusta Correa da Cruz, Cecília de Lourdes Fernandes Machado, Diná Terezinha Camarinha Queiroz Jobst e Maria Ignez Zuccon Mantovani Franco foi possível aprofundar o entendimento sobre o contexto e os meandros que envolveram e ainda envolvem o processo de municipalização. Sem sombra de dúvida, tais contribuições foram cruciais para o real entendimento do assunto e subsidiaram o registro de detalhes preciosos, apenas passíveis de captação no confronto com as memórias de quem presenciou o desenrolar dos acontecimentos.

2.1. A reestruturação da Cultura no Estado de São Paulo e o nascimento do Sistema de Museus

Para que seja possível entender o percurso dos Museus Históricos e Pedagógicos, que culminou na iniciativa de municipalização destes, é indispensável o entendimento das diferentes configurações de gestão, no âmbito estadual, pelas quais passaram. Na verdade, a compreensão sobre estas instituições sempre esteve diretamente ligada ao próprio entendimento referente à Cultura do Estado e, inevitavelmente, ao espaço que ocupava na gestão pública.

O efetivo nascimento dos Museus Históricos e Pedagógicos (1956) e, posteriormente, a formação da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado (1958), deu-se no âmbito da Secretaria da Educação, criada em 1947, fruto do desmembramento da antiga Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública (1931). À época, a questão cultural era vista de forma indissociável da Educação, ficando a Cultura subordinada a ela.

Em 1963, por meio do Decreto n° 42.101, de 25 de junho, instituiu-se, em título precário, na Secretaria da Educação, o Serviço de Museus Históricos, ao qual

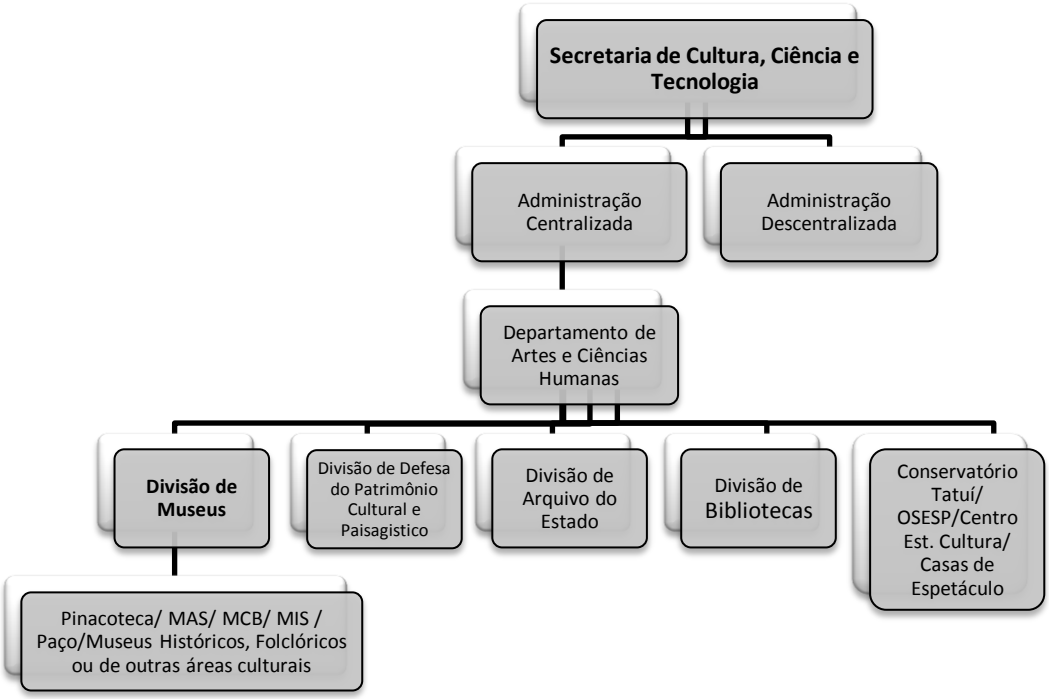
competiria a execução de todos os trabalhos técnico-administrativos relativos aos Museus Históricos e Pedagógicos, anteriormente atribuídos à Comissão Central Instaladora que, a partir daquele momento, ficava extinta. Interessante notar que, mesmo antes de sua instituição oficial, o Serviço de Museus Históricos já aparecia mencionado em alguns decretos de criação de museus como, por exemplo, no Decreto n° 38.628, de 19/6/1961, que dispõe sobre a instalação, na cidade de Mococa, do Museu Histórico e Pedagógico "Marquês de Três Rios".

No ano de 1968, o Serviço de Museus Históricos foi transferido da Secretaria de Educação para a recém-criada Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, instituída no Decreto n° 49.165, de 29 de dezembro de 1967. Em 1974, criou-se a Divisão de Museus pelo Decreto nº 4.093, de 26 de julho de 1974, ainda no corpo da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

Pelo Decreto n° 5.929, de 15 de março de 1975, estabeleceu-se a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. E em 1976, pelo Decreto n° 7.730, de 23 de março de 1976, a Divisão de Museus foi transferida para a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, ficando subordinada ao Departamento de Artes e Ciências Humanas.

Quadro 4 - Estrutura da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia

Decreto n° 7.730/76

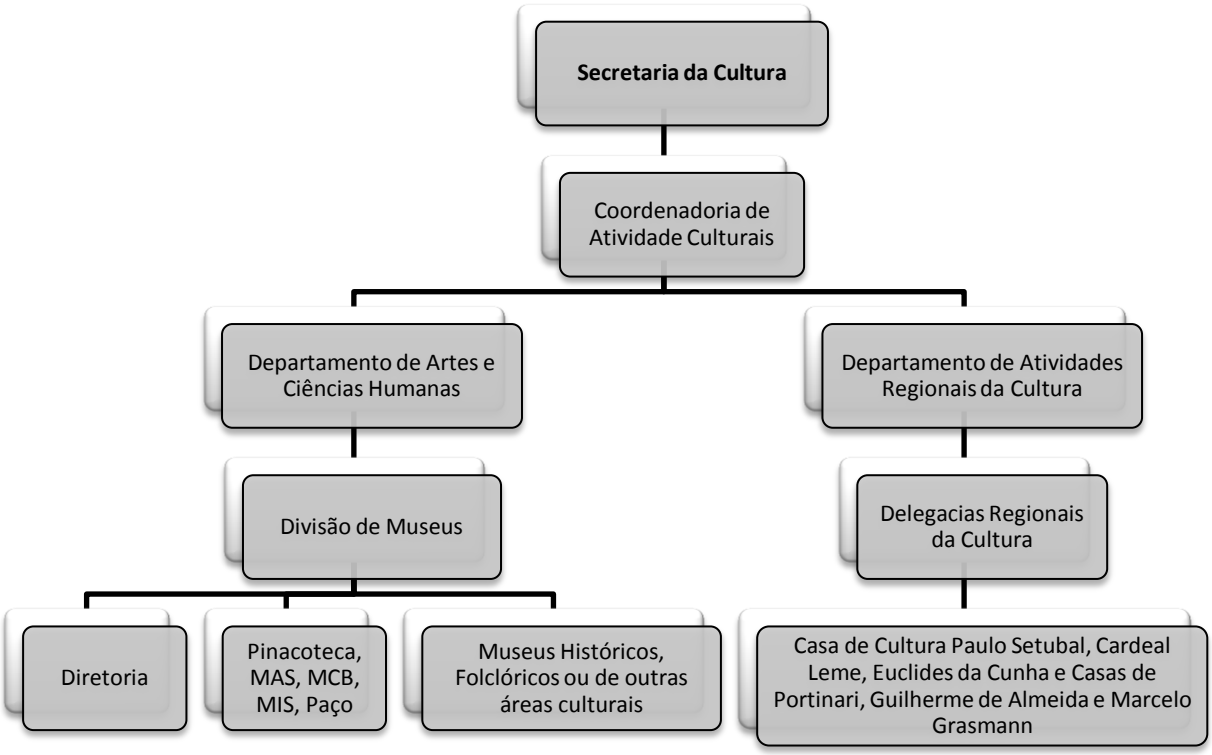


Fonte: trabalho da autora, baseado no Decreto n° 7.730/76

Finalmente, pelo Decreto n° 13.426, de 16 de março de 1979, ficou criada a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, independentemente das demais. No ano de 1983, a Secretaria de Estado da Cultura foi reorganizada pelo Decreto n° 20.955, de 1 de junho e, neste momento, criam-se o Departamento de Atividades Regionais da Cultura (DARC) e o Departamento de Museus e Arquivos (DEMA).

Quadro 5 - Estrutura da Secretaria de Estado da Cultura

Decreto n° 13.426/79

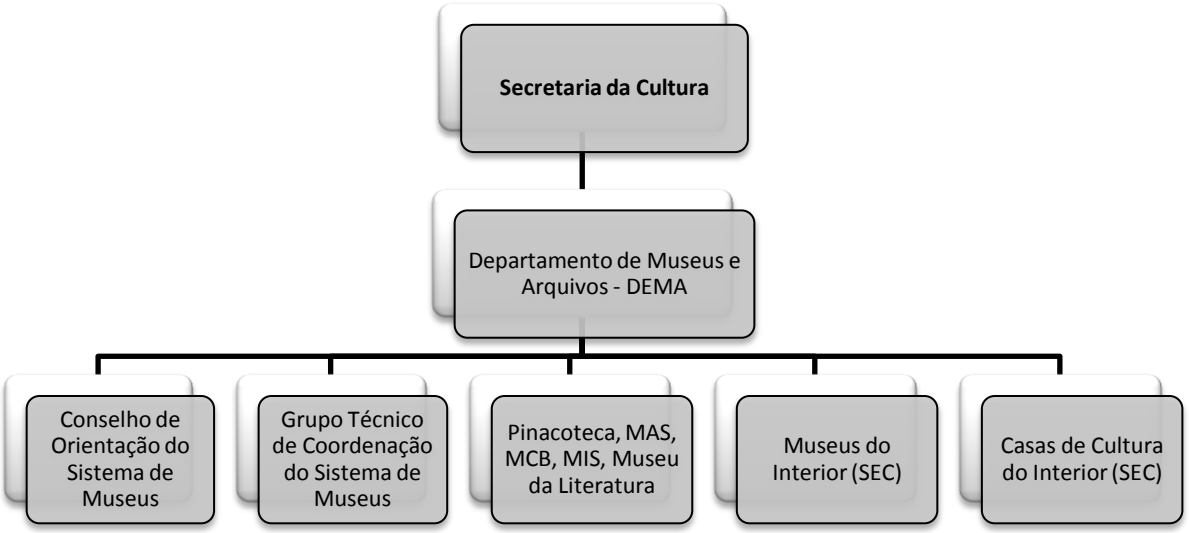


Fonte: trabalho da autora, baseado no relatório de atividades anuais do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, referente ao ano de 2012.

Em 1986, instalou-se o Sistema de Museus do Estado de São Paulo, pelo Decreto n° 24.634, de 13 de janeiro de 1986, subordinado diretamente ao Departamento de Museus e Arquivos (DEMA). Neste momento foi iniciada a formação do Conselho de Orientação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo e do Grupo Técnico de Coordenação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, unidade interdisciplinar com nível de Divisão Técnica.

Quadro 6 - Estrutura da Secretaria de Estado da Cultura

Decreto n° 24.634/86



Fonte: trabalho da autora, baseado no relatório de atividades anuais do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, referente ao ano de 2012.

Neste momento, vale retornar ao contexto sociopolítico do período de criação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Este se formou em um período de reabertura política no País, pós-ditadura militar, e um pouco anterior à Promulgação da Constituição de 1988. Conjuntamente ao Sistema Estadual de Museus, houve a criação do Sistema Estadual de Bibliotecas e do Sistema Estadual de Arquivos. Em relação à criação de tantas redes institucionais neste curto período, o Relatório de Atividades do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (2012) aponta:

> O debate em torno da criação de "sistemas" referencia-se na valorização e fortalecimento dos equipamentos culturais estaduais e municipais por meio de ações, formação, capacitação e aperfeiçoamento técnico, mas também na perspectiva de uma ação integrada e de articulação institucional democrática, com respeito à autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica (Sistema Estadual de Museus, 2012, p. 29).

Portanto, observa-se que os objetivos apontados no decreto de criação do Sistema de Museus do Estado espelham tais intentos de articulação, fortalecimento, participação democrática da sociedade no contexto museológico e, como é mencionado no art. 2, a "gradual municipalização dos museus estaduais localizados no interior do Estado" (Decreto n° 24.634, de 13/1/1986, art. 2, IV) que, neste caso,

também poderia ser vista como uma tentativa de aproximar as populações locais dos seus bens culturais e fortalecimento de suas instituições museológicas.

Deve-se destacar a vinculação existente entre a iminência da municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo, assunto mais especificamente discutido na década de 1980, e o nascimento do Sistema Estadual de Museus, em 1986, que já em seu decreto de criação indica como um de seus objetivos principais, a gradual municipalização dos museus estaduais sediados no interior. Analisando este fato, não é de se admirar a íntima ligação entre SISEM-SP e os Museus Históricos e Pedagógicos, existente até os dias atuais.

Levando-se em consideração os depoimentos coletados – durante a atual pesquisa – junto aos profissionais que iniciaram as análises para a municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos e a concepção do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, observa-se que, apesar de o marco legal de criação do Sistema preceder cronologicamente o das municipalizações, este veio a nascer em decorrência da necessidade de doação dos acervos estaduais aos municípios que os abrigavam, ou seja, da municipalização. Certamente, a municipalização dos museus do interior não foi a única motivação para a concepção do sistema, no entanto, foi a partir dos questionamentos sobre qual seria o real papel do Estado junto a estas instituições que foram suscitadas reflexões em relação à construção de um organismo articulador dos museus no Estado, que fomentasse a troca entre instituições museológicas e a gestão colaborativa de seus pares.

Segundo Maria Ignez Mantovani, entre o final da década de 1970 e início de 1980, foi constituída a *Comissão de Dinamização dos Museus*, idealizada pelo então secretário de Cultura, Cunha Bueno. Tal iniciativa surgiu como resposta às demandas provindas dos gestores municipais do interior do Estado, que se queixavam da situação de abandono em que se encontravam os Museus Históricos e Pedagógicos. A partir desse momento deu-se início a uma série de ações visando a qualificar e fortalecer as instituições museológicas de todo o Estado e, em especial, aquelas localizadas no interior.

Em virtude desta aproximação do Estado aos municípios e a percepção real sobre qual era a situação desses museus interioranos, de seu perfil de acervo e vocação conceitual, tomou-se consciência de que, para se tornarem instituições relevantes às suas comunidades, tais museus deveriam ser entregues, de fato e de

direito, aos municípios que os sediavam. Esses municípios, à época, já haviam assumido o ônus da gestão desses equipamentos, suprindo-os com funcionários provenientes da prefeitura, subsidiando ações e o zelo pelo acervo. Todavia, pelas indefinições de gestão desses museus e a própria forma de sua criação (sem a participação da comunidade local), eles foram relegados a um "limbo", onde nem o Estado nem a prefeitura e nem a comunidade se sentiam aptos a cuidar dessas instituições. Num contexto de total confusão, a melhor saída para a tentativa de salvamento desses museus seria a devolução dos acervos à comunidade à qual eles pertenciam. Assim nasceu o conceito da municipalização.

Embora o governo estadual entendesse que a municipalização desses museus fosse o melhor caminho para a resolução dos problemas causados pela indefinição de gestão, também entendia que, ao passo que tais museus retornassem aos municípios, necessitariam de grande apoio técnico por parte do Estado. Sendo o Estado desonerado de cuidar de questões primárias nessas instituições (provimento de material de escritório, funcionários, cuidados prediais), pressupunha-se que poderia atuar em uma frente muito mais estruturadora, fornecendo ações de capacitação e assessoramento técnico aos museus, fortalecendo-os e intensificando sua autonomia. Ao mesmo tempo, havia o intento de estimular sinergias locais e regionais, isto é, fomentar o diálogo entre as instituições culturais para que conjuntamente se apoiassem. Partindo destas idealizações, teve origem a formação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo.

Em janeiro de 1986, pelo Decreto n° 24.634, nasceu oficialmente o Sistema de Museus do Estado de São Paulo. Sua primeira diretora, que permaneceu no cargo por 22 anos, Diná Terezinha Camarinha Queiroz Jobst, descreveu as dificuldades que encontrou durante a implantação do Sistema de Museus, tanto no aspecto financeiro – não havia recursos financeiros e nem humanos para suprir as demandas –, quanto sob o aspecto de aceitação do modelo de gestão. No período de implantação do sistema houve oposição por parte dos profissionais que atuavam no setor museológico, alegando que tal proposta de trabalho era equivocada, porquanto o Estado não seria capaz de gerir esse sistema, seria algo inoperante. Diná relembra:

> Então nossa luta começou em 1986, quando eu retornei da Alemanha. Aí, em 86, foi criado o Decreto do Sistema e foi constituído um grupo técnico, só que este grupo técnico tinha um único cargo, que era o da direção; o restante eram aquelas arrumações de funcionário dali, daqui, do departamento. Assim começou a história do Sistema de Museus, que foi boicotadíssimo no início,

> por muita gente da área museológica mesmo [...]. Só existe um SISEM-SP hoje, acho que por uma luta, modéstia à parte, muito minha e do Sr. Dêgelo, que era o diretor do DEMA. Nós brigamos muito. Não tínhamos apoio político, brigamos muito para que o sistema não fosse cancelado. Foram muitas críticas. Então, vi situações bastante delicadas no decorrer dos anos. Os museus estavam praticamente abandonados e sem vontade política central. Era muito delicada a situação; nos sentíamos impotentes porque éramos duas ou três pessoas...você estava falando do Estado de São Paulo inteiro. Por "n" motivos, em cada gestão sempre tinha alguma coisa que não acontecia, não deixavam acontecer. Então, o começo foi este (JOBST, 2014) [informação verbal].[37]

No decorrer dos anos, o Sistema de Museus experimentou diversas formações e situações: períodos de escassos recursos e inexistência de funcionários, até ocasiões que contou com mais de dez museólogos, contratados de outros Estados, para o auxílio em atividades de assessoramento técnico, levantamento patrimonial dos Museus Históricos e Pedagógicos e concepção de diagnósticos institucionais.

Apenas no início da década de 1990 as atividades do sistema começaram a ganhar maior vulto, interligadas às ações do Departamento de Museus e Arquivos. Nesse período, o investimento de recursos se intensificou, proporcionando um maior campo de alcance ao trabalho junto aos museus do Estado, mas tal investimento não se manteve perene. Diná Jobst prossegue:

> Nós tivemos "n" situações no decorrer deste tempo. Por exemplo, existiu uma época que o grupo técnico tinha dez museólogos. Tínhamos um pessoal do Rio de Janeiro, que foi contratado aqui porque nós não tínhamos museólogos suficientes. Veio gente da Bahia, do Rio de Janeiro, inúmeros currículos. Nós selecionamos o pessoal e eles trabalharam dois anos comigo, na década de 1990; eles ajudaram muito nesta parte de diagnóstico, de realizar visitas técnicas. Nesta época, nós tivemos recursos. Acho que foi entre 1992 e 1994, aproximadamente. Depois, os contratos acabaram e eles voltaram para o Rio. Mas tivemos, sim, bastante apoio nesta época. Depois, o grupo técnico foi se estruturando multidisciplinarmente; eu tinha gente de várias áreas, sempre fazíamos visitas técnicas, procurávamos orientar. Sempre tivemos esta preocupação. Porém, nunca tivemos recursos financeiros garantidos para investir; era uma coisa pontual. Nunca houve verbas para estes museus; eram coisas pontuais. Esta era nossa maior briga, nossa limitação (JOBST, 2014) [informação verbal].[38]

Observando, mesmo que brevemente, as descrições sobre como se deu o processo de implantação do Sistema de Museus, prontamente se nota que este veio esbarrando em dois pontos cruciais no decorrer de sua história: recursos financeiros e recursos humanos. Embora o escopo de trabalho pretendido para o sistema fosse de grandes proporções, quase sempre ficou estritamente restringido por conta dos exíguos recursos a ele destinados. Isto incluiu, também, a municipalização dos

[37] Entrevista fornecida por Diná Jobst em São Paulo, 2014.
[38] Idem.

Museus Históricos e Pedagógicos. De fato, ao mensurar a quantidade de atividades desempenhadas pelo sistema (estes dados serão retomados adiante), faz-se nítido que, após a adoção da gestão das instituições museológicas do Estado por Organizações Sociais de Cultura (OS), no ano de 2006, quando seus contratos traziam "metas"[39] de atividades a serem cumpridas junto ao Sistema de Museus, houve um avanço vertiginoso na capacidade de sua atuação.

Em 2006, a Secretaria de Estado da Cultura foi novamente reorganizada, pelo Decreto n° 50.941, de 5 de julho, e a partir daí nasceu a atual Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, responsável pela gestão dos museus do Estado e apoio às demais instituições museológicas de São Paulo. Nesta unidade se localizam: o Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico (GPPM) e o Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (GTC SISEM-SP), que levam a responsabilidade de apoiar e tramitar os processos de doação dos acervos estaduais aos municípios que os sediam, ou seja, a municipalização.

2.2. Os Museus Históricos e Pedagógicos, o Estado e as cidades: décadas de 1980, 1990 e 2000

Após a promulgação do decreto de criação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, em 1986, em decorrência dos diagnósticos anteriormente realizados pela Secretaria de Estado da Cultura, referentes às instituições museológicas interioranas, abriu-se um canal de comunicação entre os agentes estaduais de cultura e os gestores municipais. À medida que o Estado passou a adotar a postura de "interiorização da cultura", enviando aos municípios representantes para um diálogo direto e desenvolvimento de atividades técnicas e capacitação, propiciou a aproximação entre Estado e municípios.

O entanto, tal estreitamento de relações não prosseguiu de forma perene por diversos motivos. Em especial, podem-se ressaltar as questões políticas, pois embora em inúmeras ocasiões houvesse interesse dos profissionais do SISEM e DEMA em desenvolver ações por meio de parcerias com os municípios, em muitos casos não se conseguia o respaldo dos gestores locais. Em outras ocasiões, a situação se invertia. Já em outros momentos, a mudança de gestão – tanto no Estado quanto nos municípios (troca de mandatos) – interrompia por completo o desenvolvimento de atividades, dado o desinteresse dos novos eleitos em dar continuidade aos projetos da

[39] Tais metas implicam, diretamente, o empenho de recursos do Estado, geridos via OS.

gestão anterior. Em meio a tantas “idas e vindas”, em vários momentos se perdeu o contato entre municípios e Estado. Somando-se a isto, os momentos de inexistência de recursos que possibilitassem o desenvolvimento de ações técnicas e de capacitação nos museus do interior, dezenas de projetos caíram no esquecimento, levando consigo os canais de comunicação estabelecidos entre municípios e Estado.

Os ex-diretores do Sistema de Museus elucidam que após o ano de 1995 aproximadamente, o Estado experimentou um sensível declínio em suas atividades junto aos museus interioranos e, em especial, aos Museus Históricos e Pedagógicos e ao processo de municipalização destes. Novamente, tal afastamento foi justificado por incongruências políticas. Apenas em 2006, com o advento das Organizações Sociais de Cultura atuando junto à gestão pública, foi retomado um contato mais íntimo com essas instituições e a ampliação de ações de apoio.

2.2.1. As atividades de apoio aos Museus Históricos e Pedagógicos

Pouco se sabe sobre as atividades de apoio empreendidas aos Museus Históricos e Pedagógicos, anteriores à criação do Sistema de Museus. Além do curso rápido de museologia, concebido e ministrado pelo próprio Vinício Stein Campos, há apenas alguns registros, contidos no arquivo VSC, relacionados a remessas esporádicas de material de escritório a alguns museus, nomeação de alguns funcionários do Estado para atuar nas instituições, realização de palestras sobre assuntos relacionados às coleções dos museus e “arrumação” destes.

Há, ainda, registros de requerimentos realizados por Vinício Stein Campos, para doação de prédios que sediariam os museus e, em alguns casos, solicitações de Stein a museus de outros Estados, para o envio de profissionais dos MHPs, visando à realização de estágios técnicos. Entretanto, não foram encontrados registros organizados sobre tais ações, sendo difícil identificar, com precisão, quais eram os principais campos de apoio a esses museus na época de sua criação.

Figura 3 - Professor Vinício Stein Campos e Jocely Stolf inauguram a sala "História de Piracicaba", no MHP Prudente de Moraes (4/11/971)

Fonte: arquivo do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes.

A partir de 1983 ocorreu uma sistematização mais precisa das ações de apoio aos Museus Históricos e Pedagógicos, dada a organização do Departamento de Museus e Arquivos e, em 1986, do Sistema de Museus. Analisando os arquivos da Secretaria de Estado da Cultura nota-se que, a princípio, as atividades do DEMA e do SISEM-SP são difusas; em boa parte dos relatórios, todas as ações são descritas e contabilizadas conjuntamente.

O estudo das atividades empreendidas junto a esses museus, ao longo dos anos, é fundamental para o entendimento de sua realidade atual, especialmente para a constatação do grau de envolvimento dedicado a estas instituições museológicas por parte do governo do Estado. Nesta pesquisa, infelizmente não foi possível aprofundar este estudo, porém, far-se-á um rápido panorama visando a compreender, minimamente, o apoio que a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos recebeu.

Após a criação oficial da Secretaria de Estado da Cultura em 1979, os primeiros registros encontrados de atividades de apoio aos MHPs remontam ao trabalho da Comissão de Dinamização dos Museus. Maria Ignez Mantovani, em entrevista, relembra algumas ações que marcaram aquele período de trabalho.

As primeiras atividades relacionavam-se, em geral, à revitalização de museus e comunicação museológica (exposições). São exemplos de ações realizadas à época: Projeto de Revitalização do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (Tupã, 1981); Projeto de Revitalização do Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves (Guaratinguetá, 1982); Projeto "Destaque do Mês", programa cultural aplicado aos museus do interior, desenvolvendo exposições temporárias e atividades paralelas (1982); Assessoramento técnico-permanente aos museus afetos aos seguintes departamentos da Secretaria de Estado da Cultura: DEMA e DARC (1983); Assessoramento permanente a todos os museus afetos à Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, incluindo orientação sobre criação e instalação de novos museus (1984).

Em 1985, com o intento de promover a articulação de museus, realizou-se o IX Congresso Nacional de Museus, organizado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, no Teatro Sergio Cardoso. Neste congresso foi tomada a decisão de criar, efetivamente, o Sistema de Museus do Estado de São Paulo.

Durante o período de existência do Sistema de Museus, embora não tenham sido encontrados os registros detalhados das ações de apoio aos Museus Históricos e Pedagógicos, sendo que muitos deles se perderam ao longo dos anos, foi possível ter acesso a um relatório geral que descreve as ações empreendidas por ele entre os anos de 1986 e 2006. Este documento aponta fatos muito interessantes sobre as prioridades de atendimento do sistema e revela nitidamente os momentos em que ações mais pontuais foram desenvolvidas em prol da municipalização dos museus do interior.

De início verifica-se que, até o ano de 1993, a maioria esmagadora dos trabalhos empreendidos pelo Grupo Técnico do Sistema de Museus foi dedicada aos Museus Históricos e Pedagógicos. As linhas de ação centravam-se nos eixos de assessoramento técnico (visitas técnicas, projetos de revitalização, projetos técnicos), comunicação (exposições) e formação (cursos, palestras, seminários e *workshops)*.

Apenas em 1994 houve maior inserção do atendimento a museus municipais em cidades que não possuíam Museus Históricos e Pedagógicos; mesmo assim, o atendimento a museus não MHPs, continuou timidamente até o ano de 1998. A partir de 1998, inseriu-se nos relatórios um espaço distinto de "visitas/assessorias técnicas a

museus municipais". Apenas em 1999, segundo tais registros, as atividades do sistema nas instituições municipais superou o número de ações destinadas aos MHPs.

Somente em 2001 a quantidade de ações realizadas pelo Sistema de Museus, dedicadas às instituições municipais, se equiparou às destinadas à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos.

Fato interessante sobre a análise de tal relatório de atividades é a observação sobre os trabalhos dedicados à municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos. O documento menciona que a primeira atividade de fato relacionada a este fim, foi realizada apenas em 1991, tendo sido discriminada como "Municipalização: Aplicação de diagnóstico", atendendo aos municípios de São João da Boa Vista, Porto Ferreira, Itápolis, Orlândia e Avaré.

Outras atividades, neste sentido, são mencionadas nos anos de 1993, 1994 e 1998. Depois disso, mais nenhuma atividade específica foi registrada sobre este assunto. Obviamente, a falta de menção ao processo de municipalização, nesse compilado de atividades, não significa que estava paralisado. Porém, é curioso notar que algo tão importante tenha sido raramente citado nos relatórios de atividade. Sobre tais atividades relacionadas às municipalizações, são citadas as seguintes informações:

Quadro 7 - Atividades relacionadas às municipalizações no Sistema de Museus de São Paulo

ANO	ATIVIDADE	MUSEUS ATENDIDOS
1991	Aplicação do diagnóstico	São João da Boa Vista, Porto Ferreira, Itápolis, Orlândia e Avaré.
1993	Visita técnica/Levantamento patrimonial	Americana, Amparo, Araçatuba, Andradina, Araraquara, Batatais, Bauru, Casa Branca, Dumont, Embu, Mococa, Mogi das Cruzes e Mogi Guaçu.
1994	Visita técnica/Levantamento patrimonial	Amparo, Araçatuba, Araraquara, Avaré, Bauru, Botucatu, Casa Branca, Dumont, Itapetininga, Itápolis, Itu, Limeira, Mococa, Mogi Guaçu, Monte Mor, Pirapozinho, Porto Feliz, Porto Ferreira, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra e São José do Rio Pardo.
1998	Visitas a Prefeitos Municipais e Secretarias de Cultura	Avaré, São Manuel, Itapetininga, Orlândia, São Joaquim da Barra, Batatais, Itu, São João da Boa Vista, Casa Branca, Mococa, São José do Rio Pardo, Botucatu, Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Itapira.
	Visitas técnicas/Levantamento patrimonial	Itapira.

Fonte: relatório do Sistema Estadual de Museus de São Paulo - 1986 a 2006.

É certo que o documento, aqui observado, não reflete completamente a gama de ações desenvolvidas pelo Sistema Estadual de Museus, tampouco pela Secretaria de Estado da Cultura. Entretanto, possibilita vislumbrar que estes Museus Históricos e Pedagógicos não foram meramente criados e, depois, deixados de lado pelo Estado. Obviamente, a quantidade de ações empreendidas, em relação ao número de museus, era insuficiente; é certo que tais instituições necessitavam de apoio muito mais contudente para que pudessem se estruturar, mas isto não inibe o fato de que dezenas de ações de apoio e capacitação foram realizadas, priorizando as instituições museológicas.

Aqui, de forma alguma pretende-se advogar a favor do Estado. Sabe-se claramente de suas falhas. Mas cabe ressaltar que alegar abandono total, no caso desta rede de museus, não se trata de fato verídico.

2.2.2. Por que municipalizar?

Assim como os primeiros decretos de autorização da instalação dos Museus Históricos e Pedagógicos traziam apontamentos e justificativas para a criação dessas instituições, o primeiro decreto destinado à sua municipalização também era acompanhado de motivações para tal ato. Segundo o Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994, a doação dos acervos estaduais aos municípios se fundamentava na seguinte argumentação:

> LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando a atual política descentralizadora do Estado visando à efetiva co-participação técnico-administrativa das instituições culturais;
>
> Considerando a relevância da interiorização da cultura e a valorização das manifestações populares que se consolidam, originando verdadeiras tradições locais;
>
> Considerando que a natureza dos acervos dos Museus Históricos e Pedagógicos pertencentes à Secretaria da Cultura traduz, em sua maior parte, características das culturas religiosas e locais;
>
> Considerando que as comunidades locais, em razão da proximidade e facilidade de acesso, detêm maior interesse em zelar, conservar e ampliar os acervos já existentes nos Museus Históricos e Pedagógicos localizados no interior do Estado;
>
> Considerando que apesar de criados, muitos Museus Históricos e Pedagógicos ainda não foram instalados;
>
> Considerando que os municípios onde se acham situados os museus que ora se pretende municipalizar foram consultados e anuíram expressamente às indagações formuladas;

> Considerando os princípios norteadores do Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986, e especialmente as conclusões emanadas pelo Grupo Técnico de Coordenação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, no sentido de uma gradual municipalização dos museus estaduais localizados no interior do Estado, Decreta:
>
> **Artigo 1º** - Fica a Secretaria da Cultura, por seu titular, autorizada a celebrar convênio, na conformidade do modelo-padrão que como Anexo I integra este decreto, com municípios onde se encontram instalados os museus relacionados no Anexo II, também deste decreto, visando à transferência da administração daquelas unidades.
> **Parágrafo único** - Os museus que forem objeto de convênio continuarão a participar do Sistema de Museus do Estado, na forma disposta no artigo 5º do Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986 (Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994).

Este era o discurso oficial. No entanto, sabe-se que a alguns gestores municipais, ao longo dos anos, a ação de municipalização desses acervos pareceu uma tentativa de esquivamento do Estado às suas responsabilidades, relegando-as aos municípios. Em não raras ocasiões, levantou-se a questão do suposto desejo de "livrar-se do problema", proveniente do governo do Estado.

Em virtude de tais circunstâncias, a investigação sobre as motivações para a doação dos acervos estaduais tornou-se algo essencial para o entendimento global das municipalizações no Estado de São Paulo. Neste sentido, buscaram-se os relatos dos antigos gestores, responsáveis por este processo na Secretaria de Cultura.

Para o entendimento sobre os fundamentos da municipalização, faz-se imprescindível a visita ao contexto precursor deste processo, remontando ao final da década de 1970. Este período marcou a criação da Secretaria de Estado da Cultura, independente da Educação ou de outros entes da administração pública. Aqui, a Cultura tomou novas proporções no Estado; havia a preocupação de fortalecer este setor, incluindo os museus.

Entre os anos 1979 e 1982, durante a gestão do secretário Cunha Bueno[40], político fortemente ligado ao interior paulista, diversas denúncias sobre o abandono em relação aos museus do interior começaram chegar à Secretaria de Cultura, por meio dos prefeitos e representantes dos municípios. Tendo em vista a gravidade da situação, Cunha Bueno idealizou o que chamou de *Comissão de Dinamização de Museus*, que estaria imbuída de desenvolver um trabalho técnico que apoiasse as instituições museológicas do Estado. Para a constituição desta comissão, a princípio

[40] Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno.

foram convidadas Maria Ignez Zuccon Mantovani Franco e Sonia Guarita, alunas da primeira turma do Curso de Museologia de São Paulo.

A partir da formação desta Comissão de Dinamização, tais profissionais deram início ao reconhecimento da situação dos museus no Estado: conceberam calendários de programações anuais para os museus do interior, baseando-se na percepção de quão significativas lhes eram as datas comemorativas; empreenderam séries de visitas técnicas, realização de diagnósticos, assessoramento técnico *in loco;* promoveram cursos de capacitação, seminários e oficinas com grandes nomes do teatro, cinema e patrimônio. Segundo Maria Ignez Mantovani, "tínhamos a ideia de abrir a cabeça das pessoas, quem era de museu tinha que pensar diferente, expandir o pensamento" (2014). Com base nestas atividades, principiou-se um contato mais íntimo com os prefeitos e demais gestores municipais, observando-se a dinâmica de relacionamento das cidades com seus museus históricos. Maria Ignez Franco explica:

> Basicamente, a formação destes Museus Históricos e Pedagógicos obedeceu a uma concepção de Vinício Stein Campos em torno de uma "história das mentalidades"; ele criou um número de "padrinhos" para estes museus que, grande parte deles, não tinha nada a ver com a cidade e nem com a região. Ele queria fazer uma história das grandes figuras, mas isto não necessariamente reverberava dentro do museu ou em relação a esta comunidade, ou em relação a estas cidades. Então, nós percebemos, em um determinado momento, que teríamos, de alguma forma, de esquecer estes patronos [...]. Então, o que aconteceu? Nós, aos poucos, fomos orientando que estes museus teriam que voltar a ser centrados na cidade porque, no fundo, **eram museus de cidade, que seria um misto entre museu de sociedade e museus de cidade, em termos de modelo museológico**. Nós achamos **(interessante)** quando fizemos as experiências de fomentar as relações entre as prefeituras e outros parceiros locais, porque nós também fomos incentivando que eles estabelecessem sinergias locais e regionais. Fizemos muitas reuniões por região, mostrando que eles também poderiam se apoiar [...] (FRANCO, 2014) [informação verbal].[41]

Com base nestas experiências de trabalho no interior paulista, observou-se que nos museus que implementaram maior ênfase no trabalho com a história local e regional, envolvendo sua comunidade, apresentaram-se mudanças significativas. Tais instituições começaram a ser apropriadas por sua comunidade local. Ainda segundo Maria Ignez Franco:

> Quando percebemos que esta mistura era muito mais "palatável" para eles próprios e para a comunidade [...] Na medida, os museus que começaram a

[41] Entrevista fornecida por Maria Ignez Mantovani Franco em São Paulo, 2014.

> dialogar com a cidade também começaram a ter um resultado muito mais produtivo. Então, percebemos que este seria um caminho [...] A questão da municipalização veio em decorrência de uma experiência que a gente fez e que vimos que "pegava", que tinha sentido, que era bacana. Então, a partir daí, começamos a fazer um levantamento político: Como que politicamente isto poderia acontecer? Isto foi no início da década de 1980 (FRANCO, 2014) [informação verbal].[42]

Possivelmente as declarações de Waldisa Rússio[43], feitas poucos anos antes, ainda reverberavam entre os profissionais da recém-criada Secretaria de Cultura e, em especial, entre seus alunos do Curso de Museologia que, além de alunos, atuavam contemporaneamente no âmbito da gestão museológica do Estado. Na década de 1980 era voz corrente que, da maneira como tais museus vinham sendo conduzidos, dificilmente obteriam algum sucesso. Nesse momento, sob a ótica dos profissionais da Secretaria de Cultura, era nítida a debilidade de gestão desses museus por parte do Estado. Não havia proximidade, não havia recursos humanos e, além de tudo, tais acervos, em sua maioria, eram de caráter eminentemente municipal; não diziam respeito, de fato, à história do Estado de São Paulo, mas às histórias locais. Manter tais instituições atreladas, na gestão direta, ao governo do Estado seria, no mínimo, contraproducente.

A partir desta constatação, surgiram os primeiros esboços do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, com o intento de ser o grande apoiador e articulador das instituições museológicas paulistas, tanto do interior quanto da capital. Franco explana:

> Basicamente, tínhamos uma grande expectativa de que os museus assumissem uma maior autonomia, e nós vimos, com muita clareza, que a solução de municipalização era uma alternativa jurídica, porque de alguma forma também, no plano da cidade, o fato da prefeitura e de outros órgãos municipais se apoderarem do museu, neste sentido, era muito bom. [...] **Então, a ideia da municipalização era potencializar estes museus e criar uma sinergia verdadeira, não um patrono, entende?** A ideia do patrono, para nós, era uma coisa completamente absurda. [...] Acho que nós temos que entender este contexto, quando Vinício deu estes nomes aos museus; mas, naquele momento, achamos que tínhamos que dar um passo além, não é porque ele pensou desta forma que a gente teria que continuar com esta fidelização ao patrono. Então nós criamos, na verdade, uma alternativa e a alternativa era, muito claramente, esta questão do museu de cidade... de vinculá-lo mesmo à própria cidade e à comunidade, criar outros vínculos de aprofundamento (FRANCO, 2014. Grifo da autora).
>
> Por outro lado, nós também sabíamos que não poderíamos largá-los (falando sobre a municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos): "Municipalizar e até logo!" Então, achamos que a figura do Estado estaria muito mais no sentido de orientação [...], e aí veio a ideia do Sistema de Museus. A ideia de trabalhar o sistema era, exatamente, criar duas

[42] Entrevista fornecida por Maria Ignez Mantovani Franco em São Paulo, 2014.
[43] Apresentadas no capítulo 1, no subitem "A ausência do Museu Paulista: distanciamento do pensamento museológico paulista", pp. 54-60.

> competências: uma que seria um equilíbrio político, para dar suporte a tudo isto, e outra, oferecer arcabouço técnico. Nós tínhamos uma ideia, naquele momento, que o sistema poderia ser uma grande troca técnica. Então, o que significa isto? Museus que tinham um desenvolvimento maior (por exemplo, o museu de Araraquara), eles poderiam articular, fazer cursos regionais, fazer coisas por aí. Por outro lado, pensávamos não só no interior, mas na capital também. Por exemplo, a Pinacoteca tinha um laboratório de restauro de pintura, vamos imaginar, ele poderia fazer trabalhos para os outros museus, poderia fomentar [...]. A ideia é que este "know-how" pudesse ser intercambiado e isto, não necessariamente, só com os museus da secretaria; por isto que foi concebido um sistema mais amplo (FRANCO, 2014. Grifo da autora). [informação verbal].[44]

Maria Ignez Mantovani relata que, para o fortalecimento desse sistema, muitos esforços foram investidos na consolidação de seu conselho, composto por nomes fortes da museologia, profissionais de notório saber e reconhecimento, que pudessem dar legitimidade às decisões tomadas pelo sistema.

Sobre a composição do conselho, a ideia era ter uma visão heterogênea, uma composição heterogênea. Ao mesmo tempo, a proposta era que cada um desses representantes tivesse uma esfera de articulação, por exemplo, os museus universitários; eles estariam representados por uma pessoa que se encarregaria de fazer um levantamento sobre quais seriam os projetos prioritários que os seus pares gostariam de ver apoiados pela secretaria. Então, funcionariam como câmaras setoriais que trariam os projetos, já triados, para o sistema. A responsabilidade do conselho seria escolher os projetos emergentes e apresentar ao secretário uma pauta fechada. Tal pauta, por sua vez, conteria as indicações sobre onde os recursos deveriam ser prioritariamente investidos, com base nos projetos elencados e aprovados pelo conselho do Sistema de Museus.

Esse foi o início do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, fomentado pela perspectiva de municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos, visando a absorver, organizar e atender às demandas técnicas que seriam geradas por tal processo. Fez-se, no fundo, a extensão do trabalho inicialmente desenvolvido pela Comissão de Dinamização dos Museus.

Ainda sobre as possíveis motivações para a realização das municipalizações, Beatriz Augusta Correia da Cruz, em 1990 escreveu um artigo sobre tal processo no Boletim dos Museus, concebido pelo Departamento de Museus e Arquivos (DEMA). Neste momento, dá formas bem definidas à municipalização e ao papel que o Estado assumiria. Cruz complementa:

[44] Entrevista fornecida por Maria Ignez Mantovani Franco em São Paulo, 2014.

> Sendo assim, esta medida nada mais é do que devolver às comunidades locais um acervo que, por direito, a elas pertencem. É o reconhecimento do legítimo direito de ver que cada comunidade tem de preservar e gerenciar instituições dentro de uma estrutura por elas definidas.
>
> Por fim, a municipalização permitirá que o Estado, através do Departamento de Museus e Arquivos, amplie e redirecione a sua linha de ação. De órgão hoje mantenedor, o Estado passará a ser o articulador atendendo não mais 50 museus. Poderá, através do estabelecimento de convênios, dar assistência técnica de maneira eficaz para o desenvolvimento dos museus no Estado de São Paulo (CRUZ, 1990, p.12).

Nota-se, nesta fala, semelhanças aos conceitos também expressos por Maria Ignez Mantovani, quando relembra sobre um dos intuitos da municipalização: "A impressão que eu tinha era esta: nós vamos nos desonerar daquilo que não nos compete, do ponto de vista que não tem proximidade, entendeu? E vamos poder ter uma relação muito mais efetiva naquilo que é essencial. Este é o ponto" (2014). Quando menciona "desonerar daquilo que não nos compete", refere-se à gestão direta de tais museus; ao tratar do "essencial", faz alusão ao que acreditava ser o real trabalho do Estado, que seria agir como articulador e apoiador técnico destes museus, sempre fomentando seu amadurecimento, tanto técnico quanto conceitual e administrativo.

Beatriz Cruz, ainda nesse mesmo artigo, ressalta que o termo "municipalização" não deveria, de forma alguma, ser confundido com a "prefeiturização" destes museus ou com as municipalizações que, naquele momento, estavam em vigor no sistema da Educação ou do SUDS. Ao mencionar que as municipalizações não deveriam ser confundidas com "prefeiturização", referia-se ao caráter conceitual desse projeto: não se tratava, apenas, de transmitir a posse legal desse patrimônio às prefeituras municipais, mas, primeiramente, de devolver à comunidade local os bens que lhe eram de direito, permitindo que estes fossem cuidados e usufruídos segundo as escolhas de quem realmente representavam. Tratava-se da apropriação destes acervos por sua comunidade. Em relação aos questionamentos sobre a possível tentativa do Estado de se esquivar de suas responsabilidades por meio das municipalizações, responde:

> Tampouco deve ser entendida (municipalização) como uma medida que visa a "livrar" o Estado de uma responsabilidade. Pelo contrário, tal medida toca em cheio nas questões: A quem compete gerir um patrimônio cultural? Deve o Estado determinar a coleta e a preservação da memória local? (CRUZ, 1990, p. 11).

Em entrevista, já em 2014, Beatriz Cruz, falando ainda sobre o porquê das municipalizações, menciona que ao chegar ao DEMA, em 1988, foi trabalhar diretamente no Sistema de Museus. Pouco tempo antes, a equipe do sistema havia realizado um diagnóstico sobre os museus do Estado, tendo sido ela designada para a tabulação dos dados obtidos. Durante a análise destas informações, observaram que boa parte desses museus não possuía perfil de instituições estaduais. Sobre a sequência desse trabalho, relata:

> Logo na sequência, nós chegamos a encontrar no DEMA um questionário semelhante que a Waldisa fez, em 1976. Então, neste questionário, Waldisa já tinha chegado às conclusões que nós havíamos chegado, ou seja, era basicamente o seguinte: existiam museus com um caráter eminentemente estadual; tinham outros museus que tinham um perfil eminentemente municipal e tinham alguns outros museus de caráter misto. Com o questionário em mãos, respondido e tabulado, houve então a primeira intenção, no governo Quércia, de municipalização (CRUZ, 2014) [informação verbal].[45]

A princípio houve resistência por parte dos funcionários da secretaria em relação à municipalização, mas na gestão seguinte (Fleury) aconteceu um fato que fez com que os funcionários da secretaria repensassem em sua posição sobre a doação dos acervos estaduais. Nesse período ocorreu a edição de um decreto ordenando a todos os professores da rede estadual, que estavam emprestados a outras secretarias, que voltassem para a Educação. Desta forma, os Museus Históricos e Pedagógicos, em sua maioria dirigidos por professores afastados da Educação, sofreram uma grande baixa de funcionários. Em muitos casos, as prefeituras puderam inserir funcionários de seus próprios quadros nos museus, porém, pela falta de pessoal, diversos museus foram fechados. E de novo sentiu-se que a única possibilidade de permanência desses museus seria a transmissão da posse legal dos acervos aos municípios, para que fosse possível o investimento nessas instituições.

Cecília Machado, diretora do Sistema de Museus entre os anos de 2008 e 2011, iniciou seu trabalho com as municipalizações anos antes, em 1993 e 1994, quando junto à antiga diretora do sistema, Diná Jobst, empreendia o levantamento patrimonial dos Museus Históricos e Pedagógicos com previsão de doação dos acervos aos municípios. Nesse período, o Departamento de Museus e Arquivos era presidido por Ana Maria Leitão e, em seguida, por Carlos Perrone. No momento em que Cecília

[45] Entrevista fornecida por Beatriz Cruz em São Paulo, 2014.

Machado retornou ao SISEM, já como diretora, novamente houve a retomada da tramitação dos processos de municipalização. Com referência à motivação para a continuidade das doações, ela relembra:

> Estes museus eram de caráter municipal. Sim, este era o grande motivo. O Estado não tinha possibilidade de administrar isto, e não era financeiramente, mas por motivos políticos mesmo. Estes acervos não tinham representatividade para o Estado. Muitos questionaram isto: "Não tem representatividade para o Estado? Imagine! O Oswaldo Cruz, o Washington Luís, em Batatais. Como não vai ter representatividade?" Não, porque o caráter, o perfil da coleção, é municipal. [...]
>
> O motivo foi este mesmo, não tinha como. Depois da Waldisa, já ficou muito evidente que estes museus, criados por decretos, eram inadequados. Nós trabalhamos sempre, a vida toda, com base na Nova Museologia. Para o Estado, a não ser as granadas da Revolução de 1932, nada nos identifica com estas coleções.
>
> Agora, a municipalização também é a tentativa de solucionar aquilo que é imponderável, porque tudo foi falho, tudo. Desde a criação dos museus, o arrolamento das peças, forma de gestão... (MACHADO, 2014) [informação verbal].[46]

Diná Terezinha Camarinha Queiroz Jobst foi a primeira diretora do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, ocupando tal cargo por aproximadamente 22 anos, de 1986 a 2008. Sua trajetória junto aos museus do Estado teve início em 1977, quando a convite de Waldisa Rússio passou a integrar um grupo técnico de trabalho, alguns meses após a realização de sua entrevista para o cargo. Diná Jobst, Maria Ignez Mantovani e Sonia Guarita também integraram a primeira turma do Curso de Museologia, concebido por Waldisa Rússio.

Após trabalhar no Museu de Arte Sacra, e depois retornar à secretaria, Diná deixou este cargo para estudar sobre museus na Alemanha durante cinco anos (no início da década de 1980), em virtude de uma bolsa de estudos. Quando retornou ao Brasil, foi convidada a assumir a direção do Sistema de Museus.

Muitas são suas memórias em relação ao processo de municipalização dos museus localizados no interior do Estado. Por exemplo, ao relembrar a fundamentação para a doação dos acervos, sucintamente menciona que, por volta de 1992, o Departamento de Museus e Arquivos, conjuntamente ao Sistema de Museus, empreendeu um trabalho de avaliação das instituições do interior. Por meio do preenchimento de formulários sobre as instituições, ocorreu a formulação de um

[46] Entrevista fornecida por Cecília Machado em São Paulo, 2014.

grande diagnóstico. A partir daí passaram a observar melhor quais seriam as saídas possíveis para esses museus tão fragilizados.

Diná Jobst explicita:

> A partir daí, deste diagnóstico, chegamos à seguinte conclusão: que o que deveria ser feito era a municipalização gradativa dos museus, não a "prefeiturização". Nos debatemos muito com esta questão, não a "prefeiturização", mas a municipalização dos museus. Por quê? Porque o Estado se sentia impotente de estar administrando a 500 km daqui, a 100 km daqui. A figura do Estado se tornava muito invisível; você não tem como reclamar para o Estado: "Ah, o funcionário lá não está no museu." Agora, é diferente reclamar para o prefeito.
>
> Começamos a notar que nós não tínhamos alcance nestes museus, e não tínhamos uma equipe, não tínhamos gente, não tinha profissional para realizar visitas, para dar assessoria técnica. Impossível! Nestas circunstâncias, sem recursos (os recursos eram pequenos), atender a esta gama de museus que existia era inviável. Então, daí surgiu esta questão da gradativa municipalização dos museus; isto já estava no decreto, mas ficou bem visível para nós a partir desta época (pós-diagnóstico) (JOBST, 2014) [informação verbal].[47]

Ana Maria Leitão, por sua vez, ingressou na Secretaria de Estado da Cultura em 1989, como diretora do DEMA, permanecendo neste cargo até 1992. Assim como as demais profissionais entrevistadas, Ana Maria ressalta que tais museus, os Históricos e Pedagógicos, tratavam-se de instituições "de caráter municipal, refletiam a identidade daquelas comunidades", e sendo assim, não fazia sentido que o Estado continuasse a gerir todos eles. De fato, seus acervos não possuíam o perfil estadual; contavam a história local. Os profissionais da Secretaria de Estado da Cultura já haviam percebido que o papel que caberia ao Estado "era articular, não administrar diretamente estes museus". Desta forma, a municipalização desses museus se fazia necessária para que, realmente, tais instituições tivessem representatividade cultural em meio às suas comunidades locais (VIEIRA, 2014, informação verbal).[48]

Ao considerar o posicionamento das cinco profissionais que acompanharam as diversas etapas do processo de municipalização em períodos distintos, evidencia-se que suas opiniões convergem em relação aos motivos que justificariam a doação dos acervos estaduais aos municípios do interior. Nota-se também que boa parte destas motivações foram elencadas no preâmbulo do primeiro decreto sobre as municipalizações, em 1994. Tal fato não contradiz, de qualquer forma, que havia

[47] Entrevista fornecida por Diná Jobst em São Paulo, 2014.
[48] Idem, por Ana Maria Leitão em São Paulo, 2014.

igualmente a intenção, por parte do Estado, de resolver este problema. É inegável que toda a situação histórica dos Museus Históricos e Pedagógicos, ao longo dos anos, tornou-se ponto de constrangimento ao Estado, expondo sua debilidade na gestão destes museus.

2.2.3. A trajetória da transferência de competências (estado-municípios)

Estabelecer uma data precisa para o início do processo de municipalização não é tarefa fácil. Durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa, foi possível notar as divergências de opinião sobre qual momento se pode considerar que tal processo começou. De conformidade com os marcos legais, entende-se que a formalização da intenção de doação dos acervos estaduais aos municípios se deu em 1986[49], pois o decreto de criação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo expressa: "gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado" (Decreto n° 24.634, de 13/1/1986, art. 2°, IV). Quanto à autorização legal para o início desse processo, foi efetivada apenas em 1994, pelo Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994, e revista pelo Decreto nº 39.395, de 19 de novembro de 1994.

Reitera-se que a constatação da necessidade de municipalização dos museus pertencentes à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos é bem mais antiga, começando no final da década de 1970, por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri; foi reafirmada no início da década de 1980, por meio dos trabalhos da Comissão de Dinamização dos Museus, e em 1986 emitiu-se a primeira medida formal sobre o assunto. Entre a percepção desta necessidade e o primeiro passo para a resolução da situação controversa desses museus, aproximadamente dez anos se passaram.

A primeira ação concreta para o início das atividades de municipalização foi descrita por Beatriz Cruz, em artigo concebido para o Boletim de Museus do DEMA, em 1990. Neste texto ela expõe:

> A municipalização, **processo iniciado em maio de 1989**, devolve a gerência dos museus localizados no interior às comunidades de origem. **Através de convênio com as prefeituras**, estes museus municipalizados, mas integrados ao Sistema de Museus do Estado, continuarão a receber assessoria técnica do DEMA [...] (CRUZ, 1990, p. 3. Grifo da autora).

[49] Apêndice II – Resumo cronológico do processo de municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo.

Em trecho subsequente, Beatriz continua a exposição sobre as municipalizações e descreve os primeiros trabalhos realizados e a metodologia aplicada:

> Não bastava, no entanto, o conhecimento desta realidade. Para que o processo de municipalização pudesse ser efetivado de maneira eficiente foi preciso conhecimento profundo de cada um dos museus que hoje integram o quadro da Secretaria de Estado da Cultura.
>
> Assim, **o trabalho foi subdividido em duas partes**: **pesquisa de gabinete** e **pesquisa de campo.**
>
> A pesquisa de gabinete consistiu no levantamento a partir de documentos, relatórios, diagnósticos, inventários de acervo e outros documentos, da **situação do museu no que se refere ao imóvel**, situação jurídico-administrativa, origem dos funcionários e situação atual do acervo. **Concluída esta fase, foram selecionados 15 museus cujas características indicavam a possibilidade de municipalização.**
>
> **Com estes dados em mãos partimos para a pesquisa de campo**. Esta consistiu em visitas "in loco" aos museus do interior para checagem dos dados coletados na primeira fase.
>
> Feitos estes levantamentos, o Grupo Técnico do sistema de museus do Estado de São Paulo iniciou **a terceira fase de seu trabalho, que era a consulta a cada município sobre o interesse em receber a instituição**. **Foram chamados os prefeitos de cada município** e discutidas, caso a caso, as particularidades de cada museu. **Somente com a concordância expressa do município é que serão, então, municipalizados os museus**. (CRUZ, 1990, pp. 11-12. Grifos da autora).

Esses pequenos trechos trazem informações preciosas sobre a constituição inicial dos processos de municipalização. Em primeiro lugar, vale frisar que estes textos foram produzidos em 1990 e retratam atividades desenvolvidas entre 1989 e 1990, portanto, aproximadamente quatro anos antes da promulgação do primeiro decreto de municipalização.

A primeira passagem menciona que "através de convênio com as prefeituras" os museus municipalizados permaneceriam recebendo a assessoria do DEMA. Da mesma forma, o termo "convênio" foi utilizado no Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994, quando dispõe sobre as municipalizações:

> **Artigo 1º** - Fica a Secretaria da Cultura, por seu titular, autorizada a celebrar convênio, na conformidade do modelo-padrão que como Anexo I integra este decreto, com municípios onde se encontram instalados os museus relacionados no Anexo II, também deste decreto, visando à transferência da administração daquelas unidades.
> **Parágrafo único** - Os museus que forem objeto de convênio continuarão a participar do Sistema de Museus do Estado, na forma disposta no artigo 5º do Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986.
>
> **Artigo 2º** - Ficam extintos os museus estaduais constantes do Anexo III.

> **Artigo 3º** - Serão doados aos municípios, nos termos da alínea a, do inciso II, do artigo 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinada com a alínea a, do inciso II, do artigo 20 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, os acervos e bens móveis pertencentes aos museus estaduais constantes do Anexo II.
> **Parágrafo único** - Fica o secretário da Cultura autorizado a proceder, mediante resolução, às doações a que se refere este artigo, e a firmar os respectivos termos de doação à vista dos inventários existentes (Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994).

Isso sugere que, bem antes do preparo do dispositivo legal que organizaria a doação desses acervos, já havia a constatação de que, mediante as municipalizações, o Estado deveria oferecer contrapartidas aos municípios. Durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa, foi apontado que os municípios, quando consultados sobre a possibilidade de recepção dos acervos estaduais, sinalizavam que necessitariam de maior apoio do Estado, seja financeiro, técnico, ou mesmo a doação de prédio para a instalação dos acervos.

Em seguida há um excelente relato sobre a metodologia de trabalho adotada pelo Departamento de Museus e Arquivos para a municipalização e fornece, também, detalhes importantes. Sobre a metodologia de trabalho, pode-se observar, na verdade, três etapas básicas: a) a pesquisa de gabinete; b) a pesquisa de campo e, por fim, c) a consulta de interesse dos municípios em receber os acervos em doação.

Quanto à pesquisa de gabinete, um ponto é de grande importância: a situação do museu no que se refere ao imóvel que ocupava. Por quê? Porque na época, vários Museus Históricos e Pedagógicos se encontravam instalados em prédios do Estado. De nada adiantaria resolver o problema da posse legal dos acervos se os museus nem ao menos tivessem sedes próprias (municipais), onde o município manifestasse a mobilidade de submeter recursos para sua manutenção.

Em outros casos, os acervos estavam acomodados em espaços particulares ou da própria prefeitura, porém completamente inadequados. Sendo assim, uma das principais preocupações que se tinha era o provimento de edifícios adequados para a guarda dos acervos. Esta questão foi recorrente nos depoimentos de Cecília Machado, Diná Jobst e Beatriz Cruz.

Ainda neste trecho, há uma colocação fundamental sobre a seleção de 15 museus cujas características indicavam a possibilidade de municipalização. Aqui insere-se um elemento novo à discussão que, até então, a presente pesquisa não

mencionou. Nem todos os museus pertencentes à Rede de Museus Históricos seriam municipalizados. Menciona-se "a municipalização da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos", dando a entender que a maior parte desses museus tem previsão de municipalização, mas não todos eles. A passagem citada mostra que desde o início do preparo para a municipalização, havia interesse em manter alguns desses museus vinculados ao Estado. Um pouco adiante se verá que a seleção das instituições escolhidas para permanecerem na malha do Estado foi sendo alterada ao longo dos anos.

Quais seriam os critérios utilizados para a eleição dos museus que seriam municipalizados e dos que continuariam sob a gestão do Estado? Prosseguindo na análise do texto de Beatriz Cruz, tem-se o seguinte dado:

> Não serão municipalizados aqueles museus cujo assunto extrapole o interesse regional, como o Museu Casa de Portinari, por exemplo.
> Os museus que permanecerem vinculados à Secretaria de Estado da Cultura serão revitalizados de acordo com a vocação específica de cada um, canalizando e organizando as expectativas da comunidade local (CRUZ, 1990, p. 3).

Diná Jobst também menciona tal justificativa como o principal critério para a escolha dos museus que seriam municipalizados. Vinculados à estrutura da Secretaria de Estado da Cultura ficariam apenas as instituições com acervos de relevância estadual.

Por fim, o texto publicado no Boletim dos Museus ressalta o fato que, até os dias de hoje, é um dos principais determinantes da municipalização: "Somente com a concordância expressa do município é que serão, então, municipalizados os museus" (CRUZ, 1990, p. 12). Esta medida tornou-se crucial no desenrolar de todo o processo de doação dos acervos estaduais. Em primeiro lugar, foi por meio dela que se pôde averiguar até que ponto os municípios estavam envolvidos com as instituições museológicas e, principalmente, se havia a intenção de envolvimento, que implicaria assumir maiores responsabilidades. Em segundo lugar, foi por meio desta etapa que se averiguou quais instituições seriam mencionadas no instrumento legal que autorizaria o Estado a firmar convênio para a doação dos acervos; apenas os municípios que manifestassem real interesse seriam mencionados no decreto de doação. Por este motivo, observa-se a ausência de vários MHPs nos decretos de

1994: ou estes museus haviam sido selecionados para permanecer na gestão estadual, ou não manifestaram interesse em receber os acervos estaduais em doação.

Já nos anos de 1992, 1993 e 1994, como etapas seguintes do processo, foram empreendidas séries de visitas técnicas aos museus do interior, visando à coleta de informações gerais e levantamento patrimonial para a doação. Em seguida, foram promulgados o Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994, que autorizava a celebração de convênio visando à transferência da administração dos museus para os municípios, e o Decreto nº 39.395, de 19 de novembro de 1994, que alterava o anexo II do Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994, fazendo modificações na listagem de museus a municipalizar.

Sinaliza-se que, simultaneamente aos estudos das instituições a municipalizar, promoveu-se também uma discussão sobre os museus criados no âmbito da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos que, por não terem sido instalados, ou permanecerem fechados por muitos anos, seriam extintos da rede. E o Anexo III do Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994, traz a relação de museus a extinguir no âmbito estadual. No entanto, ao que tudo indica, os municípios mencionados nos decretos de criação não foram formalmente notificados sobre esta extinção em massa de museus pelo Estado. O resultado deste equívoco, após alguns anos, foi o ressurgimento de algumas destas instituições museológicas nos municípios (valendo-se do decreto de criação original do museu, com a tipologia MHP), já há muito extintas pelo Estado.

Após a seleção das instituições com perfil adequado para a municipalização houve consulta de interesse dos municípios em receber os acervos em doação e, por fim, a publicação do decreto que autorizava as doações, estabelecendo-se outros procedimentos de priorização no andamento dos processos. Tal priorização estaria ligada à dinamização da tramitação desses processos, iniciando as atividades junto aos municípios que apresentassem as condições mais favoráveis à municipalização. Mas quais seriam estas condições “favoráveis”? Segundo Beatriz Cruz, dois pontos básicos eram analisados: posse do prédio do museu (se municipal, estadual ou federal), e filiação dos funcionários (se municipais ou estaduais). Beatriz recorda:

> Nós fizemos um quadro onde tínhamos museus com próprios do Estado, funcionários do Estado e com acervo do Estado. Fizemos uma segunda tabela que continha: acervo do Estado, funcionários do Estado, mas prédio

> da prefeitura. Uma terceira situação: prédio da prefeitura, funcionários da prefeitura e acervo do Estado. Esta foi a primeira tabulação. Em um segundo momento, separamos museus que tinham perfil e caráter eminentemente regional e aqueles que tinham caráter eminentemente municipal; daí, cruzamos as duas listas. Então, escalonamos que a municipalização se daria, em primeiro lugar, com aqueles museus que, não tendo um perfil de caráter estadual ou regional e nem uma atuação de caráter regional ou estadual, estavam funcionando em prédios da prefeitura e com funcionários da prefeitura, tendo apenas o acervo do Estado. E por que nós fizemos esta opção? Porque nas viagens que eu fiz no interior, uma queixa recorrente dos prefeitos é que eles gostariam muito de investir no museu, porém eles não poderiam porque seriam penalizados pelo Tribunal de Contas, pois estariam usando verba municipal para manutenção de um acervo que não era deles e não poderiam manter oficialmente os funcionários do museu por conta disto também. Esta foi a primeira opção porque atenderíamos a uma demanda municipal (CRUZ, 2014) [informação verbal].[50]

Sendo assim, as equipes do DEMA E GTSISEM cruzavam uma série de dados e, afinal, formulavam as listas de instituições com prioridade no processo.

Da mesma forma, Diná Jobst também recorda esta metodologia de escolha sobre quais museus seriam municipalizados primeiramente:

> A ideia era começar com um bloco de museus e ir estendendo. Primeiro, aqueles que tinham o acervo com maior relevância local ou que tinham, por exemplo, o edifício municipal (o edifício que abrigava o acervo). Então, foi uma junção de vários elementos [...] Estes museus que já entraram neste primeiro momento, possuíam acervos de caráter local e prédio municipal. Estavam em uma situação mais favorável (JOBST, 2014) [informação verbal].[51]

Segundo o relatório de atividades do Sistema de Museus, elaborado em 2006, as instituições que iniciaram o processo de municipalização em 1994 e conseguiram concluí-lo, foram apenas quatro.

Quadro 8 - Municipalizações iniciadas em 1994 (concluídas)

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	PROCESSO/PUBLICAÇÃO
Bauru	Museu Histórico e Pedagógico "Morgado de Mateus"	Abertura do processo SC 3085/94 Municipalizado – publicado DOE 8/5/98
Botucatu	Museu Histórico e Pedagógico "Francisco Blasi"	Abertura do processo SC 3086/94 Municipalizado – publicado DOE 26/8/98
Porto Feliz	Museu Histórico e Pedagógico "Das Monções"	Abertura do processo SC 3101/94 Municipalizado – publicado DOE 5/8/98
Mococa	Museu Histórico e Pedagógico "Marques de Três Rios"	Abertura do processo SC 3098/94 Municipalizado – publicado DOE 5/6/98

Fonte: elaborado pela autora, baseado no relatório do Sistema Estadual de Museus de São Paulo - 1986 a 2006.

[50] Entrevista fornecida por Beatriz Cruz em São Paulo, 2014.
[51] Idem, por Diná Jobst em São Paulo, 2014.

Embora apenas quatro museus tenham alcançado a municipalização entre os anos de 1994 e 1998, outros processos foram abertos após o decreto de 1994. No entanto, estes não chegaram à conclusão, com a assinatura do termo oficial de doação desses bens pelo Estado. São eles:

Quadro 9 - Municipalizações iniciadas em 1994 (não concluídas)

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	PROCESSO/CONVÊNIO
Mogi Mirim	Museu Histórico e Pedagógico "Presidente João Teodoro Xavier"	Abertura do processo/convênio 3096/94
Pirapozinho	Museu Histórico e Pedagógico "Cacique Tibiriçá"	Abertura do processo/convênio 3100/94
Pirassununga	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Fernando Costa"	Abertura do processo/convênio 3099/94
Rio Claro	Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"	Abertura do processo/convênio 3103/94
São José do Rio Preto	Museu Histórico e Pedagógico "Dom João VI"	Abertura do processo/convênio 3105/94

Fonte: elaborado pela autora, baseado no relatório do Sistema Estadual de Museus de São Paulo - 1986 a 2006.

Após o ano de 1998, o processo de municipalização foi paralisado, mas não há muitos esclarecimentos sobre o que ocasionou tal pausa nas atividades. De acordo com as entrevistas realizadas com as antigas gestoras da Secretaria de Estado da Cultura, tal atitude estava ligada às questões políticas desfavoráveis e, até mesmo, à falta de vontade política, por parte da Secretaria da Cultura, em dar andamento à tramitação dos processos. Cecília Machado levantou a seguinte possibilidade:

> Houve um problema com a secretaria para acabar com a municipalização? Houve! Problemas políticos gravíssimos. Muitos municípios começaram a procurar o Ministério Público e alegar que o Estado estava tentando se livrar do problema. Isto foi o que gerou a extinção do processo anteriormente [...] Enfim, o Estado parou com o processo de municipalização porque não havia ganho político com isto (MACHADO, 2014) [informação verbal].[52]

Sobre esta paralisação do processo, Beatriz Cruz comenta:

> A municipalização apenas se daria mediante convênio entre o Estado e as prefeituras, onde o Estado se obrigaria a repassar um montante de recurso às prefeituras para que os museus se estruturassem. O que aconteceu? Foi editado o primeiro decreto, foram abertos vários convênios, mas nenhum foi levado a termo, porque neste meio tempo o governador Covas mudou de ideia e tudo foi engavetado. A partir disto, a situação ficou no limbo. E esta situação persistiu. A cada dois anos, nós fazíamos tudo, deixávamos tudo pronto para celebrar os convênios e, então, mudava o governador. Assim,

[52] Entrevista fornecida por Cecília Machado em São Paulo, 2014.

> tínhamos que esperar que o novo governador decidisse se ele queria, ou não, as municipalizações e, em cima disto, tínhamos que consultar os prefeitos, se tinham o interesse, ou não [...] ficou esta "bola de neve", até que editamos o segundo decreto (CRUZ, 2014) [informação verbal].[53]

Terminado este intervalo, enquanto novas decisões eram esperadas sobre como proceder para a efetivação das municipalizações, entre 1999 e 2000 as atividades de doação dos acervos estaduais foram retomadas. Neste momento, novamente foram empreendidas as ações de averiguação para municipalização, conforme o que se havia realizado entre o final da década de 1980 e início de 1990. Novas consultas foram feitas aos prefeitos dos municípios que possuíam Museus Históricos e Pedagógicos e, mais uma vez, conceberam-se estudos sobre quais instituições permaneceriam vinculadas à Secretaria de Estado da Cultura e ao ordenamento de instituições com prioridade de municipalização.

Tendo em mãos os levantamentos e, principalmente, a relação de municípios que manifestaram interesse em receber os acervos estaduais, deu-se prosseguimento à concepção e promulgação do Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000, que autorizava a doação, a municípios paulistas, dos acervos dos museus pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado de São Paulo. Tal normativa trazia, conforme os decretos de 1994, uma listagem anexa contendo as instituições que estariam autorizadas a receber os acervos estaduais em doação; nesse momento, 41 instituições museológicas foram mencionadas.

É interessante notar que neste novo dispositivo legal não há a menção de estabelecimento de convênio com os municípios para a realização da municipalização, ou seja, nesta etapa, as doações seriam feitas sem a transferência direta de verbas estaduais a estes museus. O que se garante aos municípios, neste caso, é que receberiam assistência do Sistema de Museus e assessoramento técnico.

> MÁRIO COVAS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e
>
> Considerando que os acervos museológicos localizados no interior do Estado destacam-se pela identidade histórica e artística com aquelas comunidades;
> Considerando a necessidade de maior integração dos equipamentos museológicos com as comunidades onde estão instalados;
> Considerando a necessidade da integração destes acervos ao patrimônio público municipal, para que ali permaneçam definitivamente;
> Considerando os aspectos técnicos e funcionais aferidos pela área museológica da Secretaria da Cultura;

[53] Idem, por Beatriz Cruz em São Paulo, 2014.

> Considerando o interesse manifestado pelos municípios consultados em receber e manter instalados estes acervos e
> Considerando que mesmo na condição de órgão municipal estes museus deverão fazer parte do Sistema Estadual de Museus e receber orientação técnica necessária do Grupo Técnico,
>
> Decreta:
> **Artigo 1º** - Fica o secretário da Cultura autorizado a doar os acervos museológicos e bens móveis, constantes dos respectivos inventários daquela secretaria, aos Municípios nos quais se encontram instalados os museus relacionados no Anexo deste decreto.
> **Parágrafo único** - A doação a que se refere este artigo deverá ser formalizada mediante termo contratual, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.
>
> **Artigo 2º** - O secretário da Cultura, mediante resolução, disciplinará a instrução dos respectivos expedientes que deverá incluir, necessariamente, a manifestação da Consultoria Jurídica que serve à Pasta.
>
> **Artigo 3º** - Após o cumprimento das formalidades legais atinentes aos atos de doação de que trata o artigo 1º, deverá a Secretaria da Cultura adotar as providências cabíveis com vista à regularização patrimonial e à extinção dos museus cujos acervos foram doados.
>
> **Artigo 4º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
>
> Palácio dos Bandeirantes, 3 de março de 2000
> MÁRIO COVAS
> (Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000).

Outro fator curioso sobre as diferenças entre os decretos de 1994 e 2000, é a discrepância entre as listagens de museus mencionados como passíveis de municipalização (contidas nos anexos dos decretos). Nota-se que vários museus, citados em 1994, deixam de aparecer no decreto de 2000; em alguns casos, instituições museológicas não haviam aparecido nem no dispositivo de 1994 nem no de 2000. Tais diferenças se explicam, basicamente, por dois motivos: a) a falta de manifestação de aceite, por parte dos municípios, sobre a municipalização; b) a eleição dos museus que permaneceriam sob a gestão estadual.

Como já mencionado, os museus, cujos municípios não estavam de acordo com a municipalização, não seriam mencionados nos dispositivos legais de doação. Da mesma forma, não havia motivos para mencionar os museus que permaneceriam na malha do Estado; sendo assim, não foram incluídos nos decretos. Mas como se verá adiante, a relação de museus que continuariam a pertencer ao Estado sofreu alterações; em virtude disto, as instituições que anteriormente ficariam com o Estado, e agora não mais, enfrentaram problemas para a municipalização, já que não constavam na listagem de museus autorizados a receber o acervo estadual em doação.

Quadro 10 - Museus Históricos e Pedagógicos e demais instituições mencionadas nos decretos de municipalização – 1994/2000

TOTAL	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	DECRETOS	
1	Americana	MHP "Dr. João da Silva Carrão"		
2	Amparo	MHP "Bernardino de Campos"		
3	Andradina	MHP "Regente Feijó"		
4	Araçatuba	MHP "Marechal Rondon"		
5	Araraquara	MHP "Voluntários da Pátria"		
6	Avaré	MHP "Saldanha Marinho" (Anita Ferreira de Maria)		
7	Batatais	MHP "Dr. Washington Luís"		
8	Bauru	MHP "Morgado de Mateus"		
9	Botucatu	MHP "Francisco Blasi"		
10	Brodowski	Museu Casa de Portinari		
11	Caçapava	MHP "Ministro José de Moura Resende"		
12	Cachoeira Paulista	MHP "Dr. Costa Júnior"		
13	Campinas	MHP "Campos Sales"		
14	Capivari	MHP "Dr. Cesário Motta Júnior"		
15	Casa Branca	MHP "Visconde de Taunay e Afonso de Taunay"		
16	Catanduva	MHP "Governador Pedro de Toledo"		
17	Cruzeiro	MHP "Major Novais"		
18	Dumont	MHP "Santos Dumont"		
19	Embu	MHFA "Luiz Gonzaga"		
20	Guaratinguetá	MHP "Conselheiro Rodrigues Alves"		
21	Itapetininga	MHP "Dr. Fernando e Júlio Prestes de Albuquerque"		
22	Itapira	MHP "Comendador Virgolíno de Oliveira"		
23	Itápolis	MHP "Alexandre de Gusmão"		
24	Itu	MARMS "Padre Jesuíno do Monte Carmelo"		
25	Limeira	MH "Major José Levy Sobrinho"		
26	Mococa	MHP "Marques de Três Rios"		
27	Mogi das Cruzes	MHP "Visconde de Mauá"		
28	Mogi Guaçu	MHP "Dr. Sebastião José Pereira"		
29	Mogi Mirim	MHP "Presidente João Teodoro Xavier"		
30	Monte Mor	MHP "Dr. Carlos de Campos"		
31	Orlândia	MHP "Lucas Monteiro de Barros"		
32	Penápolis	MHP "Fernão Dias Pais"		
33	Pindamonhangaba	MHP "Dom Pedro I e Dona Leopoldina"		
34	Piracicaba	MHP "Prudente de Moraes"		
35	Pirapozinho	MHP "Cacique Tibiriça"		
36	Pirassununga	MHP "Dr. Fernando Costa"		
37	Porto Feliz	MHP "Das Monções"		
38	Porto Ferreira	MHP "Professor Lourenço Filho"		
39	Rio Claro	MHP "Amador Bueno da Veiga"		
40	S. Rita do Passa Quatro	MHP "Zequinha de Abreu"		
41	São Bernardo do Campo	MHP "Antônio Raposo Tavares"		
42	São João da Boa Vista	MHP "Dr. Armando Salles de Oliveira"		
43	São Joaquim da Barra	MHP "Barão de Pinto Lima"		
44	S. José do Rio Pardo	Casa de Cultura Euclides da Cunha		
45	São José do Rio Preto	MHP "Dom João VI"		
46	São Luiz do Paraitinga	MHP "Oswaldo Cruz"		
47	São Manuel	MHP "Padre Manoel da Nóbrega"		

48	Tatuí	Casa de Paulo Setúbal		
49	Taubaté	MHFP "Monteiro Lobato"		
50	Tietê	MHFP "Cornélio Pires"		
51	Tupã	MHP "Índia Vanuíre"		
	Decreto nº 39.395, de 19 de novembro de 1994 - Altera Anexo II do Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994.			
	Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000 - Autoriza a doação, a Municípios paulistas, dos acervos dos museus pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado de São Paulo.			

Fonte: elaborado pela autora, baseado nos decretos nº 39.395, de 19 de novembro de 1994 e Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000.

Em decorrência da simplificação do processo de doação dos acervos estaduais, que a partir do Decreto n° 44.735/2000 não exigia mais a realização de convênios, as municipalizações ganham mais velocidade em sua tramitação. Apenas em 2000, mais 16 instituições concluíram o processo de municipalização. Em 2001, somando-se a estas, outras 12 e, por fim, em 2002, mais um processo foi finalizado. Até este momento, dos 49 Museus Históricos e Pedagógicos, 33 já haviam passado pelo processo de municipalização.

Quadro 11 - Municipalizações iniciadas em 2000/2001/2002 (concluídas)

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	PROCESSO/PUBLICAÇÃO
Americana	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. João da Silva Carrão"	Abertura do processo SC 1016/00 Municipalizado – publicado DOE 22/11/00
Araçatuba	Museu Histórico e Pedagógico "Marechal Rondon"	Abertura do processo SC 1291/00 Municipalizado – publicado DOE 24/10/00
Araraquara	Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria"	Abertura do processo SC 1190/00 Municipalizado – publicado DOE 01/11/00
Avaré	Museu Histórico e Pedagógico "Saldanha Marinho" (Anita Ferreira de Maria)	Abertura do processo SC 1122/00 Municipalizado – publicado DOE 11/10/00
Batatais	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"	Abertura do processo SC 1115/00 Municipalizado – publicado DOE 01/11/00
Caçapava	Museu Histórico e Pedagógico "Ministro José de Moura Resende"	Abertura do processo SC 1614/01 Municipalizado – publicado DOE 20/10/01
Capivari	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Cesário Motta Júnior"	Abertura do processo SC 1186/00 Municipalizado – publicado DOE 11/10/00
Casa Branca	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Taunay e Afonso de Taunay"	Abertura do processo SC 1257/00 Municipalizado – publicado DOE 11/10/00
Catanduva	Museu Histórico e Pedagógico "Governador Pedro de Toledo"	Abertura do processo SC 1132/00 Municipalizado – publicado DOE 11/10/00
Cruzeiro	Museu Histórico e Pedagógico "Major Novais"	Abertura do processo SC 0780/01 Municipalizado – publicado DOE 20/12/01
Itapetininga	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Fernando e Júlio Prestes de Albuquerque"	Abertura do processo SC 1211/00 Municipalizado – publicado DOE 11/10/00

Itapira	Museu Histórico e Pedagógico "Comendador Virgolino de Oliveira"	Abertura do processo SC 1164/00 Municipalizado – publicado DOE 18/11/00
Itápolis	Museu Histórico e Pedagógico "Alexandre de Gusmão"	Abertura do processo SC 1496/01 Municipalizado – publicado DOE 05/04/01
Itu	Museu de Arte Religiosa e Música Sacra "Padre Jesuíno do Monte Carmelo"	Abertura do processo SC 1412/01 Municipalizado – publicado DOE 02/11/01
Limeira	Museu Histórico "Major José Levy Sobrinho"	Abertura do processo SC 1049/00 Municipalizado – publicado DOE 28/10/00
Mogi das Cruzes	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Mauá"	Abertura do processo SC 1476/00 Municipalizado – publicado DOE 06/12/00
Mogi Guaçu	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Sebastião José Pereira"	Abertura do processo SC 1288/00 Municipalizado – publicado DOE 01/11/00
Monte Mor	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Carlos de Campos"	Abertura do processo SC 0665/01 Municipalizado – publicado DOE 12/04/01
Orlândia	Museu Histórico e Pedagógico "Lucas Monteiro de Barros"	Abertura do processo SC 1490/01 Municipalizado – publicado DOE 30/10/01
Penápolis	Museu Histórico e Pedagógico "Fernão Dias Pais"	Abertura do processo SC 0132/01 Municipalizado – publicado DOE 20/07/01
Pindamonhangaba	Museu Histórico e Pedagógico "Dom Pedro I e Dona Leopoldina"	Abertura do processo SC 1628/01 Municipalizado – publicado DOE 09/02/02
Porto Ferreira	Museu Histórico e Pedagógico "Professor Lourenço Filho"	Abertura do processo SC 0818/01 Municipalizado – publicado DOE 27/07/01
Santa Rita do Passa Quatro	Museu Histórico e Pedagógico "Zequinha de Abreu"	Abertura do processo SC 1182/01 Municipalizado – publicado DOE 21/03/01
São Bernardo do Campo	Museu Histórico e Pedagógico "Antônio Raposo Tavares"	Abertura do processo SC 1232/01 Municipalizado – publicado DOE 19/01/01
São João da Boa Vista	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Armando Salles de Oliveira"	Abertura do processo SC 1351/00 Municipalizado – publicado DOE 25/10/00
São José do Rio Pardo	Casa de Cultura Euclides da Cunha	Abertura do processo SC 0781/01 Municipalizado – publicado DOE 27/07/01
São Luiz do Paraitinga	Museu Histórico e Pedagógico "Oswaldo Cruz"	Abertura do processo SC 0769/01 Municipalizado – publicado DOE 04/08/01
São Manuel	Museu Histórico e Pedagógico "Padre Manoel da Nóbrega"	Abertura do processo SC 1184/00 Municipalizado – publicado DOE 11/10/00
Tietê	Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico "Cornélio Pires"	Abertura do processo SC 1094/00 Municipalizado – publicado DOE 27/10/00

Fonte: elaborado pela autora, baseado no relatório do Sistema Estadual de Museus de São Paulo - 1986 a 2006.

2.2.4. A paralisação dos processos anteriores: retrocesso ou avanço?

Até 2004, o desenvolvimento dos processos de doação dos acervos estaduais caminhava de forma positiva. Ao contrário do primeiro grupo de instituições municipalizadas, no início da década de 1990, a tramitação destas doações transcorria

de forma ágil. Porém, em maio de 2004, novo questionamento surgiu em relação a estas municipalizações.

Nessa ocasião efetivava-se a doação do acervo pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Costa Júnior", no município de Cachoeira Paulista, processo SC 0680/2004. Como de praxe na tramitação processual, a juntada de documentos para a doação desse acervo foi enviada à Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura para análise, prévia à autorização formal de doação. No entanto, neste caso, a Consultoria Jurídica manifestou dúvidas sobre a constitucionalidade de tal processo.

À época, por solicitação do procurador-geral do Estado, foi encaminhada à Secretaria de Estado da Cultura, cópia do Parecer PA n° 104/2004, por possuir conteúdo referente também à cultura. Tratava-se de um parecer solicitado à Procuradoria-Geral do Estado pela Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento sobre a aplicabilidade, ou não, do artigo 272 da Constituição Estadual referente à alienação de animais do Instituto de Zootecnia, integrante da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Tal artigo aborda especificamente o patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da Administração direta, indireta e fundacional do Estado.

Possivelmente, por ter tomado conhecimento do Parecer n°104/2004, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Cultura também se questionou sobre a aplicabilidade, ou não, do artigo 272 da Constituição Estadual referente ao processo de municipalização dos acervos museológicos estaduais. Tal dúvida foi expressa no Parecer CJ/SC 249/2004, sobre a doação do acervo estadual ao município de Cachoeira Paulista. O artigo supracitado dispõe:

> **Artigo 272** - O patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da administração direta, indireta e fundacional são inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo.
> **Parágrafo único** - O disposto neste artigo não se aplica à doação de equipamentos e insumos para a pesquisa, quando feita por entidade pública de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, para outra entidade pública da área de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia (Constituição do Estado de São Paulo).

Neste contexto, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura encaminhou questionamento à Procuradoria Administrativa por divergir da orientação expressa pelo procurador-geral do Estado, no Parecer PA n° 104/2004. Observou o

parecer da Consultoria Jurídica que o artigo 272 da Constituição estadual está inserido no Título VII, Capítulo IV, do texto constitucional, que diz respeito à Ciência e Tecnologia, sendo estranho ao capítulo dedicado à Cultura. Argumenta que se o constituinte paulista desejasse, de fato, abarcar neste dispositivo o patrimônio cultural, te-lo-ia inserido nas disposições gerais da Ordem Social ("Disposições Gerais" – Capítulo I, Título VII). Sendo assim, levantou sua dúvida sobre a "extensão que se pretendeu dar dicção do referido artigo 272 da Carta Paulista". Por fim, o Parecer sobre o processo CJ/SC n° 680/2004, opina por divergir do Parecer PA n° 104/2004, afirmando que, no caso da aplicação do artigo 272 da Constituição do Estado aos acervos museológicos pertencentes à Secretaria de Estado da Cultura, o Decreto n° 44.735, de 3 de março de 2000, que autoriza sua doação aos municípios paulistas, deveria ser considerado inconstitucional segundo a Constituição Estadual.

Em resposta ao Parecer da CJ/SC, a Procuradoria-Geral do Estado argumenta que a norma do artigo 272 é clara, sendo que os acervos dos museus do Estado, em caso de alienação ou transferência, estão sujeitos à prévia audiência da comunidade científica e aprovação do Poder Legislativo, de acordo com a Lei Estadual n° 9.475, de 30 de dezembro de 1996[54].

Ainda em resposta aos apontamentos da CJ/SC, a Procuradoria-Geral indica que não entende o Decreto n° 44.735/2000 como inconstitucional, levando-se em consideração que em seu artigo 1°, parágrafo único, faz a ressalva de que a doação deverá observar "as normas legais e regulamentares pertinentes". Sendo assim, não se pode afirmar que este decreto seja inconstitucional, "mas apenas que a formalização da doação autorizada pelo chefe do Executivo deve observar as formalidades impostas pelo artigo 272 da Constituição do Estado, pela Lei Estadual n° 9.475/1996". Trata-se de vício sanável, pois é passível de adequação segundo a Lei Estadual n° 10.177, de 30 de dezembro de 1998[55] (artigo 11, inciso II), que admite ato inválido, em caso de vício formal, se este puder ser suprido de modo eficaz.

Finalizando seu parecer, a Procuradoria-Geral opina:

> Por todo o exposto, em atenção à dúvida suscitada pela Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura, conclui-se, nos mesmos termos já expostos no Parecer PA n° 104/2004, que o artigo 272 da Constituição do Estado exige autorização legislativa e oitiva da comunidade científica na

[54] Dispõe sobre a normatização de audiência com a comunidade científica.
[55] Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

> hipótese de alienação do patrimônio físico, cultural ou científico dos museus, institutos e centros de pesquisa, de valor cultural ou científico. Em decorrência desta norma constitucional, a doação do acervo dos museus autorizada pelo Decreto n° 44.735/2000, se acaso operacionalizada sem a observância dessas exigências, é passível de validação. (Procuradoria-Geral do Estado, 2004).

A partir deste parecer, o processo de municipalizações foi interrompido até que fossem sanadas as necessidades legais para sua efetivação. Acordando com o que fora mencionado pela Procuradoria, as doações de acervos, realizadas com base no Decreto n° 44.735/2000, não se configurariam como atos ilegais, mas seriam passíveis de regularização, sendo necessário que se fizesse uma nova autorização legislativa e realizasse audiência pública, contando com a comunidade científica dos municípios para a aceitação, ou não, desses acervos em doação.

Em cumprimento às exigências acima mencionadas, no ano de 2008, durante a gestão do secretário de Estado da Cultura João Sayad, foi promulgada a primeira lei em relação à doação dos acervos estaduais aos municípios do interior. A Lei nº 13.209, de 29 de setembro de 2008, que autoriza a doação dos acervos dos museus estaduais aos municípios onde se localizem, também retroagia a 3 de março de 2000, data da promulgação do Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000:

> O governador do Estado de São Paulo:
> Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
>
> **Artigo 1º -** Fica o Poder Executivo autorizado a doar o acervo dos museus estaduais aos municípios onde se localizem os respectivos equipamentos culturais.
>
> **Artigo 2º -** A Secretaria de Estado da Cultura providenciará o inventário de todos os bens disponibilizados e a realização da audiência pública prevista na Lei nº 9.475, de 30 de dezembro de 1996, com a comunidade cultural da localidade e, se for o caso, da região.
>
> **Artigo 3º -** A doação deverá ser formalizada mediante termo contratual, observado o disposto no artigo 2º desta lei e cumpridas as demais normas pertinentes.
> Parágrafo único - Na hipótese de estarem os bens objeto da doação na posse do município, atendido o disposto no artigo 2º desta lei, o inventário poderá corresponder ao documento de transferência da titularidade ao donatário.
>
> **Artigo 4º -** Dos documentos a que se refere o artigo 3º desta lei deverão constar cláusulas que assegurem seja mantida a atual destinação cultural dos bens, enquanto componentes de acervo museológico, sua preservação e efetiva disponibilização ao público, vedada a transferência a terceiros, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido, com imediata reversão ao patrimônio estadual, independentemente de qualquer indenização.

> **Artigo 5º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 3 de março de 2000.
>
> Palácio dos Bandeirantes, aos 29 de setembro de 2008.

Sendo assim, a partir desse ano houve a retomada das municipalizações pelo governo do Estado de São Paulo, observando os trâmites processuais e legais estipulados em 2004.

Ao analisar este contratempo na história das municipalizações, torna-se inevitável a seguinte questão: A pausa destes processos, para a observância do artigo 272 da Constituição Estadual, foi positiva ou apenas protelou a resolução das pendências de gestão destes acervos, em especial quanto aos Museus Históricos e Pedagógicos? Primeiramente, faz-se necessário admitir que tal decisão, de fato, retardou em alguns anos o andamento dos processos e, ademais, causou diversos constrangimentos aos municípios, pois uma pausa nos trâmites legais para sua posterior retomada implicaria novas negociações com os dirigentes municipais e nova mobilização deles na coleta da documentação necessária para as doações do acervo estadual. Neste sentido, também, tal interrupção abalou a confiança dos municípios em relação ao Estado, sendo os novos contatos da Secretaria de Cultura, por diversas vezes, atendidos com reticências pelos gestores municipais.

Entretanto, quando se observa a situação pelos ângulos museológico e social, tal interrupção configurou-se como um avanço para a empreitada das municipalizações, ao passo que aproximava as comunidades de suas instituições. Conforme o mencionado por Beatriz Cruz e Maria Ignez Mantovani, a intenção maior das municipalizações seria devolver esses acervos a quem lhes era de direito; sendo assim, não incluir a população local na decisão de aceitação ou não desta doação seria completamente contraditório ao que se pretendia, e era reiterado pelo discurso da Secretaria de Estado da Cultura. Municipalizar, sem esta medida de inserção social seria apenas uma providência paliativa do problema com os Museus Históricos e Pedagógicos, além de ser ato autoritário do Estado. Por fim, a consulta pública deu legitimidade a essas doações.

Levando-se em consideração os conceitos atualmente trabalhados sobre a Sociomuseologia[56], a não inserção da população nesta decisão significaria bani-la, pela segunda vez, da construção destas instituições museológicas, dificultando sua aproximação e participação no dia-a-dia destes museus.

2.3. **A nova constituição do processo de municipalização:** etapas e exigências do processo legal de municipalização

Como qualquer outro processo do Estado, a doação dos acervos museológicos e bens móveis aos municípios do interior precisa obedecer a trâmites legais, adequar-se a uma série de leis, decretos e resoluções para que o ato seja reconhecido como legal e possa vigorar. Por conta de um equívoco na observância legal do artigo 272 da Constituição Estadual, como visto, deu-se a interrupção dos processos de municipalização pautados pelo Decreto n° 44.735/2000 e fez-se necessária a regularização de tais doações; sendo assim, as etapas de instrução destes processos tornam-se essenciais para o sucesso das municipalizações.

Em março de 2000, logo após a promulgação do Decreto n° 44.735/2000, em observância ao seu artigo 2°, a Secretaria de Estado da Cultura publicou a Resolução SC-14, de 11 de maio de 2000, visando a arregimentar procedimentos de instrução dos processos de doação dos acervos estaduais. Esta resolução, mais precisamente, "dispõe sobre a instrução dos expedientes referentes à doação dos acervos museológicos e bens móveis administrados e inventariados pela Secretaria de Cultura, aos municípios onde se encontram instalados os museus relacionados no anexo do Decreto 44.735, de 3-3-2000 [...]".

A resolução menciona que o início de um processo de doação do acervo estadual dar-se-ia por meio de uma proposta do chefe do Poder Executivo Municipal acompanhada dos seguintes documentos/exigências: primeiramente, encontrar-se o chefe do Poder Executivo Municipal no exercício do cargo e com mandato em plena vigência; apresentação de declaração afirmando que a Prefeitura Municipal manteria instalados e disponibilizados ao público os acervos museológicos e bens móveis

[56] A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia, em particular, com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território.
A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa a consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica. A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no patrimônio cultural e natural, tangível e intangível da humanidade (MOUTINHO, 2007).

recebidos, a serem supervisionados pelo GTC SISEM-SP; envio de cópia autenticada do CNPJ do município; cópia autenticada dos números de RG e CPF do prefeito. Afora isto, obviamente, seria encartada ao processo a listagem do patrimônio que seria doado. Assim, os autos do processo seriam submetidos à Consultoria Jurídica da pasta para sua manifestação, e sendo aprovados pela CJ, um termo contratual seria assinado pelo secretário de Estado da Cultura, homologando a doação de tal acervo. Finalizada a formalização dos atos de doação, seriam efetivadas as providências para a regularização patrimonial e extinção dos museus cujos acervos foram objetos de doação.

Contudo, em 2004, no parecer CJ/SC 249/2004 – o qual apontou falhas na tramitação dos processos de doação dos acervos estaduais aos municípios que os sediavam –, a Consultoria Jurídica da pasta, por entender que as exigências legais para estas doações eram demasiadamente sucintas, solicitou, além da obediência ao artigo 272 da Constituição Estadual, a observância das seguintes etapas:

> 11 – Em relação à instrução do processo, é conveniente que seja apresentada cópia da Lei Orgânica do Município. Além disto, entendo que, a despeito da Resolução SC 14, de 11/05/2000, não fazer tantas exigências, pede-se outrossim a comprovação das seguintes situações:
>
> A- Não estar o município impedido de receber auxílios e/ou subvenções estaduais em virtude de decisão do Tribunal de Contas do Estado;
> B- Aplicação do percentual mínimo, constitucionalmente exigido, da receita municipal resultante de imposto, na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 35, inciso III, e 212 da Constituição Federal e 149, inciso III da Constituição Estadual);
> C- Entrega da prestação anual de contas junto ao Tribunal de Contas (artigos 35, inciso II da Constituição Federal e 149, inciso II da Constituição Estadual e artigo 24 da Lei Complementar Estadual n° 709, de 14 de janeiro de 1993);
> D- Não incorrer o município nas vedações dos artigos 11, parágrafo único; 23, § 3°, inciso I, e § 4°; 25, § 1°, inciso IV; 31, §§ 2°, 3°, e 5°; 51, § 2°; 52, § 2°; 55, § 3°; e 70, parágrafo único; ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 25, § 3°; 63, inciso II, alínea "b"; 65, inciso I; e 66; todos da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (mediante declaração neste sentido).
>
> 12 – Ademais, para que se cumpra satisfatoriamente a exigência relativa à avaliação, é recomendável que seja informado o método utilizado na avaliação dos bens, assim como sua totalização – para constar, inclusive, do instrumento de contrato (Parecer CJ/SC 249/2004).

Desta forma, aos procedimentos descritos na Resolução SC-14 foram somadas estas exigências, com a intenção, também, de averiguar se os municípios estariam, de fato, aptos a receber tais acervos em doação. Em virtude da retomada das

municipalizações, com base na Lei n° 13.209/2008, e levando em consideração as novas exigências impostas a este processo no ano de 2004, os profissionais na Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico elaboraram um documento de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP)[57], visando a estabelecer as etapas de tramitação dos processos de ratificação das doações de acervo, realizadas entre os anos de 2000 e 2004. De forma sucinta, tal documento elenca as seguintes etapas e procedimentos para a regularização da municipalização dos acervos estaduais:

1) Carta de interesse, assinada pelo prefeito, na regularização da doação do acervo destinada ao secretário de Estado da Cultura;
2) Declaração do prefeito assegurando:
    - ✓ A preservação e a efetiva disponibilização do acervo ao público;
    - ✓ que o acervo não será transferido a terceiros;
    - ✓ que o museu será integrante do Sistema Estadual de Museus do Estado de São Paulo, aceitando a supervisão desse órgão;
    - ✓ que será garantida a destinação cultural dos bens como componentes de acervo museológico;
    - ✓ a criação do museu no município, com dotação orçamentária e recursos humanos (caso não se apresente a lei de criação do museu no âmbito municipal).

3) Documentos e certidões:
    - ✓ CNPJ da Prefeitura Municipal;
    - ✓ Cópias do RG e CPF do prefeito;
    - ✓ Declaração do presidente da Câmara dando conta do exercício na chefia do Poder Executivo local + cópia do termo de posse do prefeito;
    - ✓ Comprovação de que o município não está impedido de receber auxílios e/ou subvenções estaduais em virtude de decisão do TCE;
    - ✓ Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
    - ✓ Certidão de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
    - ✓ Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS/CRF;

[57] Procedimento Operacional Padronizado (POP), concebido em 2012/2013 pela Secretaria de Estado da Cultura, visando a organizar os procedimentos para a regularização das municipalizações de 29 instituições museológicas, realizada entre os anos de 2000 e 2004. Elaboração: Sandra Ramos (UPPM) e Luara Palley de Barros Ruegenberg.

- ✓ Certidão negativa de débitos tributários da dívida ativa do Estado de São Paulo;
- ✓ Comprovante de regularidade do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual;
- ✓ Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- ✓ Comprovante de que o município não consta na lista de sanções administrativas da Secretaria de Estado da Gestão Pública;
- ✓ Lei de criação municipal do museu, com dotação orçamentária e organograma funcional;
- ✓ Lei Orgânica do Município;
- ✓ Comprovante de entrega da prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas (para atender aos artigos 35, incisos II da C.F. e 149, inciso II da C.E. e artigo 24, da L.C. Estadual 709/1993);
- ✓ Comprovação de que atende às normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal (para atender à L.C. 101/2000);
- ✓ Comprovação de aplicação do percentual mínimo, constitucionalmente exigido, da receita municipal resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (para atender aos artigos 35, inciso III, e 212 da Constituição Federal e 149, inciso III da Constituição Estadual).

4) Elaboração de Relatório Técnico pelo técnico responsável na Unidade Gestora;
5) Ciência do relatório técnico pelas instâncias superiores na Unidade Gestora;
6) Elaboração de Parecer da Unidade Gestora sobre seu posicionamento em relação à ratificação da sua doação ou reversão;
7) Autorização do secretário da Cultura para realização de audiência pública, com vistas à ratificação da doação;
8) Publicação da decisão do secretário no DOE;
9) Realização de audiência pública e publicação da Ata no DOE;
10) Encaminhamento do processo para manifestação CJ/SC;
11) Com parecer favorável e observação das orientações contidas no parecer CJ, atualizar documentos de regularidade do município, bem como confirmar que o museu foi criado em lei municipal e apresenta dotação orçamentária;
12) Encaminhar o processo ao titular da Pasta com proposta de assinatura do Termo;
13) Assinatura e publicação do Termo de Ratificação da Doação.

Aos museus que não puderam concluir o percurso de municipalização entre os anos de 2000 e 2004, faz-se necessário o requerimento de abertura do processo (juntada de documentos); neste caso, os procedimentos de tramitação assemelham-se aos acima citados, referentes às regularizações das doações anteriormente realizadas, mas há a adição de uma etapa de aferição do acervo a doar e concepção de novo inventário de bens que serão utilizados no processo, de acordo com o mencionado pela Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura, no Parecer CJ/SC 249/2004 e pela Lei nº 13.209/2008.

Ao longo dos anos, entre 1994 e 2012, diversos dispositivos legais foram acrescidos no transcurso destas doações, de acordo com a promulgação de novos ordenamentos referentes à alienação de bens públicos. Atualmente, a base legal a ser observada neste processo pauta-se nos seguintes dispositivos:

I. Constituição Estadual[58]

Artigo 272 da Constituição Estadual:

Estabelece normas para a alienação do patrimônio.

II. Leis

Lei Estadual 6544/1989:

Artigo 20 – Alienação de Bens da Administração Pública.

Lei Federal 8666/1993:

Artigo 17 – Alienação de Bens da Administração Pública.

Lei Estadual 9475/1996:

Normatização de Audiência Pública.

Lei Estadual 10177/1998:

Regula processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo.

Lei Estadual 13209/2008:

Autoriza a doação do acervo dos museus estaduais aos municípios, retroagindo seus efeitos a 3/3/2000.

Lei Estadual 14676/2011:

Institui o Plano Plurianual do Estado de São Paulo 2012/2015.

12000 Secretaria da Cultura/Programa 1214

III. Decretos Estaduais

[58] Listagem de dispositivos legais retirada do documento de Procedimento Operacional Padronizado (POP), concebido em 2012/2013 pela Secretaria de Estado da Cultura, visando a organizar os procedimentos para a regularização das municipalizações de 29 instituições museológicas, realizada entre 2000 e 2004. Elaboração: Sandra Ramos (UPPM) e Luara Palley de Barros Ruegenberg.

Decreto 35374/1992:
Regulamenta o artigo 3° da Lei Estadual 6544/1989.
Decreto 38947/1994:
Autoriza convênio objetivando a transferência de museus para a administração municipal.
Decreto 39395/1994:
Substitui anexo e altera redação do Decreto 38947/1994.
Decreto 44735/2000:
Autoriza a autorização dos acervos de 41 museus aos municípios onde se localizem.
Decreto 51027/2006:
Delega competência para autorizar doação de bens móveis.
Decreto 51887/2007:
Altera o Decreto 51027/2006.

IV. Resoluções

Resolução SC 14/2000:
Instrução do processo de doação dos bens móveis.

V. Pareceres

Parecer CJ/SC 249/2004.
Parecer PA/PGE 239/2004.

Cabe ressaltar que, concomitantemente à doação dos acervos museológicos, em alguns casos, onde tais coleções se encontram instaladas em prédios pertencentes ao Estado, faz-se também a tramitação do Termo de Permissão de Uso (TPU) deste espaço em favor do município. O Termo de Permissão de Uso, de forma concisa, trata-se de instrumento de regulamentação dos espaços públicos para usufruto destes por outros setores da sociedade, mediante acordo entre as partes. Após o fornecimento da permissão de uso do prédio, mediante o zelo do município sobre tal bem, far-se-á sua doação final. Tal medida visa a dar condições para que estes museus possuam sede própria e, por consequência, estabilidade para se desenvolverem e aprimorar os trabalhos ali realizados.

2.3.1. A reestruturação do SISEM-SP, a participação do GPPM e a articulação com os entes municipais

O Sistema de Museus do Estado de São Paulo foi criado pelo Decreto n° 24.634, de 13 de janeiro de 1986, durante a gestão do secretário de Cultura Jorge da Cunha Lima, na estrutura da Secretaria de Estado da Cultura, instituída apenas poucos anos

antes, em 1979; anteriormente a esta data, como já mencionado, a Cultura era subordinada à Educação no âmbito estadual.

O Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP) é uma instância da Secretaria de Estado da Cultura que atua por meio do Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus (GTCSISEM- SP), subordinado à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. Sua atual missão e atribuições estão descritas no Decreto n° 57.035, de 2 de junho de 2011.

Em 2011, após 25 anos de atuação, o Sistema de Museus do Estado de São Paulo passou pela primeira grande reformulação, assumindo nova nomenclatura: Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP), e adequando-se ao Estatuto de Museus, estabelecido na Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Neste processo de reformulação, além das mudanças de ordem organizacional-prática de suas ações, houve um esforço para a simplificação do decreto de 1986, tornando a missão do SISEM-SP mais específica, clara e coesa, delimitando um escopo de trabalho que prioriza a articulação das iniciativas museológicas do Estado, bem como meios de capacitação e apoio ao corpo profissional da área. Cabe ressaltar que, entre as mudanças acima citadas, em seu novo decreto, há a supressão da tarefa de auxiliar na realização das municipalizações (art. 2, IV do Decreto 24.634/1986).

Em decorrência da edição do Decreto n° 57.035, durante o ano de 2011, buscou-se fortalecer o diálogo e cooperação entre os museus paulistas. A partir disto, foram publicadas as Resoluções SC n° 60/2012, de 27 de agosto de 2012, e SC n° 86/2012, de 3 de outubro de 2012. A primeira estabeleceu o Grupo de Trabalho do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, constituído por 30 representantes regionais. A segunda designou os membros do Conselho de Orientação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (COSISEM-SP).

Em 2009, com vistas a identificar e compreender o perfil das instituições museológicas instaladas no Estado de São Paulo, teve início um projeto de mapeamento destas instituições, desenvolvido conjuntamente com a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari. Tal projeto, intitulado "Diagnóstico dos museus do Estado de São Paulo", percorreu os 645 municípios paulistas coletando informações, registrando, desta forma, os museus e instituições afins de cada município. Tal trabalho resultou em uma base de dados onde se discriminou a existência de 415 museus, distribuídos em 190 municípios no Estado de São Paulo.

Tomando como base este universo de instituições museológicas no Estado de São Paulo, seus perfis dominantes e as atribuições elencadas em decreto, o Sistema Estadual de Museus de São Paulo tem atuado em cinco focos de ação principais: Articulação; Apoio técnico; Comunicação; Formação; e, mais recentemente, Fomento. Cada um deles, por sua vez, possui um escopo de atividades bem delimitado:

Quadro 12 - Eixos de ação – SISEM-SP

Fonte: gráfico baseado na descrição das ações do SISEM-SP, disponível em seu website. www.sisemsp.org

Alinhando-se à diretriz da Secretaria de Estado da Cultura de "interiorização da cultura" (SISEM, 2012), o Sistema Estadual de Museus tem contado com a parceria das Organizações Sociais de Cultura que administram os museus vinculados à secretaria. Tal parceria consiste no apoio à extroversão e difusão do conteúdo destes acervos museológicos pelo litoral e interior, buscando dinamizar a fruição deste conhecimento pela população das diversas cidades do Estado, levando em consideração seu caráter eclético e a diversidade de contextos socioculturais.

O contrato de gestão estabelecido entre a Secretaria de Estado da Cultura e estas Organizações Sociais é composto, também, por um plano de metas. Entre elas, encontra-se o “Programa de Apoio ao SISEM-SP". A partir das especificações estabelecidas neste programa, são desenvolvidas as ações de apoio aos museus do interior e litoral do Estado, firmando a parceria SISEM-SP e OSs. A inserção de ações de apoio ao SISEM-SP no plano de trabalho das Organizações Sociais de Cultura teve início em 2009.

As ações realizadas pelas OSs, conjuntamente ao SISEM-SP, dividem-se em três frentes principais: formação, comunicação e apoio técnico, sendo estas desdobradas em várias linhas de ação pontuais. Visando a ordenar a divisão destas ações no Estado de forma coerente às demandas existentes, foi estabelecido um fluxo para seu atendimento, enfatizando o papel articulador dos representantes regionais, delegando a eles a coleta dos pedidos de ações das instituições museológicas e sua triagem para envio ao GTCSISEM-SP. Lembra-se que, por meio desta medida descentralizadora, houve o fortalecimento dos laços entre as instituições museológicas do interior paulista, fomentando discussões sobre parcerias possíveis, melhorias necessárias, e até mesmo debates de cunho conceitual sobre a relevância delas.

Retomando a questão da nomeação do Grupo de Trabalho do SISEM-SP, instituído pela Resolução SC n° 60/2012, ligado à representação regional, o Relatório de Atividades do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (2012) fornece os seguintes esclarecimentos sobre a função:

> A representação regional trata da participação da comunidade museológica paulista na articulação e na qualificação das ações promovidas pelo SISEM-SP. Trata-se de um grupo de trabalho composto por 30 profissionais da área museológica que atuam como interlocutores da área museológica de cada uma das 13 Regiões Administrativas e Regiões: Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista junto ao GTCSISEM-SP. O grupo iniciou suas atividades em 2011 e sua atual composição foi consolidada durante o 4° Encontro Paulista de Museus, ocorrido em junho de 2012. Os representantes eleitos nesta ocasião atuarão até o ano de 2014 [...] (SISEM, 2012, p.18).

Dando seguimento a este avanço na trajetória de trabalho do SISEM-SP, ocorreu a publicação da Resolução SC n° 86/2012, em obediência ao Decreto n° 57.035/2011, instituindo o Conselho de Orientação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, definido como "[...] instância consultiva da Secretaria de Estado da Cultura que tem por objetivo opinar sobre a definição de diretrizes e acompanhar as ações relacionadas ao SISEM-SP". Tal conselho conta com representantes pertencentes ao

corpo funcional da Secretaria de Estado da Cultura, docente de curso superior, representante do curso técnico de museus e representantes das instituições museológicas paulistas, assumindo assim caráter democrático à deliberação sobre as diretrizes a adotar pelo sistema. Sobre este conselho, possivelmente foi um grande passo rumo ao amadurecimento na articulação museológica do Estado, posto que tal grupo possibilita uma discussão mais aberta, democrática e habilitada sobre diretrizes de trabalho a adotar para a qualificação museológica das instituições paulistas.

Por meio destas duas resoluções, é possível notar um esforço claro em direção à democratização das discussões sobre as instituições museológicas paulistas e o futuro que se pretende a elas. Embora sejam providências recentes, já refletem impactos nas atividades museológicas do Estado e abrem caminhos para a aproximação e cooperação entre os museus, seus profissionais e o Poder Público.

Outro avanço em relação ao desenvolvimento museológico paulista foi a articulação junto à Unidade de Fomento e Produção de Difusão Cultural da Secretaria de Estado da Cultura (UFDPC), resultando no lançamento de editais do Programa de Ação Cultural (Proac), diretamente voltados para museus. Esta foi a primeira vez que os museus tiveram espaço como atividades culturais contempladas pelo Proac Editais. Ainda sobre as mudanças e atividades recentes do SISEM-SP, é possível elencar o apoio e acompanhamento de convênios celebrados entre a Secretaria de Estado da Cultura e municípios, buscando qualificar e implantar instituições museológicas no interior.

Finalmente, pode-se enfatizar a atuação do GTCSISEM-SP[59] no acompanhamento da transferência de acervos museológicos estaduais aos municípios que os acolhem, em especial os ligados aos Museus Históricos e Pedagógicos. Embora o novo decreto que organiza o Sistema Estadual de Museus de São Paulo (2011) tenha suprimido, entre outras coisas, sua incumbência de "promover a adoção de medidas visando à gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado", tal tarefa ainda se faz presente por meio de sua articulação política e apoio técnico específico aos museus em municipalização.

Não obstante a tramitação dos processos de municipalização ser responsabilidade do Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico (GPPM),

[59] Atualmente, o Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo é composto por Luiz Fernando Mizukami, Thais Romão, Rafael Egashira, Juliete de Jesus (estagiária) e Davidson Panis Kaseker, seu diretor.

pertencente à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), o trabalho de articulação dos procedimentos necessários junto aos municípios é feito pela diretoria do GTCSISEM-SP e, da mesma forma, o apoio técnico necessário a estes municípios, que receberão em doação o acervo estadual, também é realizado pela equipe do Sistema Estadual de Museus. Sendo assim, a interface para as municipalizações acontece atualmente, em especial, por meio destes dois grupos: GPPM e GTCSISEM-SP. O primeiro possui a responsabilidade pela tramitação formal das doações (abertura dos processos, juntada de documentos, encaminhamento dos autos para manifestação da CJ/SC, publicação oficial das doações, organização de audiência pública, etc.), e o GTC SISEM-SP, por sua vez, realiza a mediação entre gestores municipais e Secretaria de Estado da Cultura, introduz os primeiros passos da municipalização ou regularização das doações anteriores (2000-2004), consulta o interesse dos municípios em receber estes acervos e, ainda, realiza o apoio técnico necessário a estes museus.

2.4. Panorama atual das municipalizações

Após 2008, com a promulgação da Lei n° 13.209, efetivamente foi retomado o processo de municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos, bem como de algumas outras instituições museológicas localizadas no interior do Estado. À época, deu-se a prioridade de realização da doação dos acervos estaduais às instituições que estavam sob a gestão da Organização Social de Cultura ACAM Portinari (MHP Prudente de Moraes – Piracicaba; MHFP Monteiro Lobato – Taubaté; MHP Rodrigues Alves – Guaratinguetá; Casa de Paulo Setúbal – Tatuí; MHP Bernardino de Campos - Amparo). A priorização destas instituições se deu, entre outros motivos, por conta da decisão já tomada na Secretaria de Estado da Cultura de não renovação do contrato de gestão delas junto à ACAM Portinari, ou seja, a OS não mais seria responsável por estes museus do Estado no seu próximo contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Cultura. Desta forma, optou-se por acelerar a doação de seus acervos para que, ao deixarem o contexto de gestão da OS, estivessem prontos para ser absorvidos, de fato e de direito, por seus municípios-sede.

No caso dos MHPs Rodrigues Alves (Guaratinguetá) e Bernardino de Campos (Amparo), por não terem sido mencionados no Decreto n° 44.735, de 3 de março de 2000, não possuíam autorização governamental para a municipalização; sendo assim, necessitariam aguardar a promulgação de novo dispositivo legal que assentisse na

doação dos acervos estaduais a estes municípios. Quanto às outras três instituições, tiveram seus processos de doação reabertos no decorrer de 2009.

Nesta nova fase das municipalizações, o primeiro museu a concluir o processo foi o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (Taubaté). Este teve a abertura de seu processo em outubro de 2009 e sua conclusão em março de 2013, com a assinatura do termo de doação do acervo. A publicação no DOE, oficializando o processo, foi realizada em 10/4/2013.

Ainda em 2009 foram abertos os processos de doação dos acervos pertencentes à Casa de Paulo Setúbal (Tatuí) e ao Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes (Piracicaba). Estes, porém, ainda não concluíram a tramitação da doação, encontrando-se atualmente em fase final.

Durante o ano de 2012, a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM-SEC) readequou sua estratégia para o prosseguimento das doações dos acervos estaduais localizados no interior, dando prioridade às instituições que estão em situação de "regularização" da municipalização. Tais instituições, conforme anteriormente mencionado, fazem parte do grupo dos museus que passaram pelo processo de municipalização entre 2000 e 2004, e o concluíram; porém, em virtude do Parecer PA/PGE 249/2004, averiguou-se a inobservância do artigo 272 da Constituição Estadual, fazendo-se necessária a regularização desses processos. Os casos que se enquadram nesta situação somam um montante de 29 museus.

Entre 2012 e 2014, foram reabertos os processos de doação referentes aos museus sediados em Capivari, Pindamonhangaba, Batatais, São José do Rio Pardo, Casa Branca, Porto Ferreira, Orlândia e Araraquara. Destes, três já cumpriram o disposto no artigo 272 da Constituição Estadual e tiveram suas audiências públicas, junto à comunidade, realizadas. Os Museus Históricos e Pedagógicos: Dr. Cesário Motta Júnior (Capivari), Dr. Washington Luís (Batatais) e D. Pedro e Dona Leopoldina (Pindamonhangaba) foram legitimamente aceitos pelas comunidades locais, estando liberados para a continuação da tramitação dos processos de doação de seus acervos. Quanto aos demais, aguardam agendamento ou liberação para a realização das audiências públicas, com previsão ainda para 2014.

Figura 4 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico Dr. Cesário Motta Júnior ao município de Capivari-SP (10/12/2012).

Fonte: acervo do Sistema Estadual de Museus de São Paulo

Figura 5 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís ao município de Batatais-SP (28/07/2013).

Fonte: acervo do Sistema Estadual de Museus de São Paulo

Figura 6 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís ao município de Batatais-SP (28/07/2013).

Fonte: acervo do Sistema Estadual de Museus de São Paulo

Figura 7 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina ao município de Pindamonhangaba -SP (04/12/2013).

Fonte: acervo do Sistema Estadual de Museus de São Paulo

Figura 8 - Audiência pública - Doação do acervo estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina ao município de Pindamonhangaba -SP (04/12/2013).

Fonte: acervo do Sistema Estadual de Museus de São Paulo

3. A transferência de tutela: os primeiros resultados

3.1. Transição: estudo de casos

Para que se entenda um pouco mais sobre os impactos causados pela municipalização destas instituições museológicas, faz-se necessário observar as primeiras mudanças ocasionadas por tal processo. Cabe ressaltar que, embora a trajetória da doação dos acervos estaduais localizados nos Museus Históricos e Pedagógicos de São Paulo já perdure por 28 anos, seu desenrolar se deu em tempos distintos em cada museu; sendo assim, torna-se nítido o descompasso no amadurecimento de tal ação entre estas instituições. Os resultados alcançados pelos museus em municipalização, ou em sua fase final, até o momento, são diversos.

Visando à observação das possíveis mudanças que as municipalizações podem proporcionar às instituições museológicas do interior paulista, bem como vislumbrar os pontos positivos e negativos desta medida, tomando como base os resultados obtidos pelas instituições museológicas que já estão na etapa final de municipalização ou que a concluíram recentemente, prossegue-se no estudo de dois casos: Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (Taubaté) e Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina (Pindamonhangaba).

Ambas as instituições se encontram localizadas na região do vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), criada pela Lei Complementar Estadual n° 1166, de 9 de janeiro de 2012, composta por 39 municípios, tendo como sede a cidade de São José dos Campos, no extremo leste do Estado. Tal região se caracteriza como grande centro urbano estadual, dispondo de amplo polo industrial, automobilístico e mecânico. Além disto, destaca-se por concentrar parte considerável do PIB estadual.[60]

Segundo o Diagnóstico de Museus do Estado de São Paulo, realizado pelo Sistema Estadual de Museus entre os anos de 2009 e 2010, o município de Taubaté conta com oito instituições museológicas: Museu de Arte Sacra Dom Epaminondas, Museu de História Natural, Museu do Transporte e da Tecnologia Rural, Museu Histórico Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, Museu Histórico Professor Paulo Camilher Florençano, Museu Mazzaropi, Museu da Imagem e do Som e Museu da

[60] Fonte: Fundação SEADE, Informações dos Municípios Paulistas.

Imigração Italiana. Neste mesmo documento, à época, o município de Pindamonhangaba contava com apenas uma instituição museológica: Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina.

Figura 9 - Municípios pertencentes à região metropolitana do vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

A eleição destas duas instituições museológicas como estudo de casos se deve ao fato de, apesar de muito próximas geograficamente, possuírem trajetórias de desenvolvimento e gestão bem distintas, fazendo com que, embora pertencendo à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos e obedecerem aos mesmos procedimentos para a doação de seus acervos aos municípios, tenham os históricos de transição de gestão (municipalização) bem peculiares, e igualmente seus primeiros resultados. Tornam-se, aqui, exemplos da grande diversidade encontrada entre os Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo.

3.1.1. MHFP "Monteiro Lobato" (Taubaté)

3.1.1.1. Breve panorama

O Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, situado na cidade de Taubaté, teve sua instalação autorizada por meio do Decreto n° 33.909, de 4 de novembro de 1958. Este museu, juntamente com o criado na cidade de Tietê[61], mencionado no mesmo decreto, seriam as primeiras instituições da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos a abordar a temática do folclore. De acordo com seu decreto de criação, tais museus seriam "organizados pela Comissão Central Instaladora dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado e nos mesmos moldes dos demais estabelecimentos da rede de museus a seu cargo", no âmbito da Secretaria de Estado da Educação.

Já no preâmbulo do decreto que autoriza a instalação destes museus, há menção sobre a importância do estudo do folclore, sendo este "indispensável ao perfeito entendimento das diversas épocas sociais do Estado". Posteriormente, em seu artigo 1°, ressalta que estes museus seriam dedicados "a reunir, classificar, expor, divulgar e conservar todo o material folclórico nacional e, de modo particular, o relacionado com a comunidade paulista" (Decreto n° 33.909/1958).

Sobre a escolha do patrono do MHFP de Taubaté e seu processo de instalação, Vinício Stein Campos traz informações preciosas na coleção de sua autoria, "*Elementos da Museologia*":

> Monteiro Lobato é, indiscutivelmente, uma das figuras mais eminentes de nossas letras. Escritor e patriota no mais alto sentido da expressão, o maravilhoso criador do poema em prosa - Cidades Mortas, o genial contista do Jeca Tatu, o admirável sonhador do Sítio do Picapau Amarelo não poderia ficar sem o seu museu em sua terra natal. Taubaté deve a Fábio Moura, professor que chefiou o gabinete do Dr. Alípio Corrêa Neto quando o ilustre médico exerceu o cargo de secretário da Educação de São Paulo, em 1958, a criação do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico "Monteiro Lobato".
>
> A instalação se deu solenemente nesse mesmo ano, num ato brilhante, em que foi empossado o Conselho Administrativo do Museu constituído pelos Srs.: Prof. Gentil Eugênio de Camargo Leite, presidente; Dr. José Ortiz Monteiro Patto, Alfredo José Balbi, Prof. José Augusto Bartholo, Prof. Ernani Roberto Bevilacqua, Prof. Paulo Cichi e Vinício Marcos Machado Leal.
> Evidentemente que a instalação do Museu de Lobato só poderia ocorrer na histórica mansão do escritor, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e curas obras de restauração ainda não se concluíram. O Sr.

[61] Posteriormente, pelo Decreto n° 33.980, de 19 de novembro de 1958, este museu ganhou a denominação de Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Cornélio Pires.

> Oswaldo Barbosa Guisard tem todos os anos promovido a Semana de Monteiro Lobato, atividade que concorre para manter vivo, em sua terra, o culto do escritor. O Serviço de Museus Históricos obteve o comissionamento da funcionária do Departamento do Arquivo, Srta. Marlene Carvalho, para o auxiliar na implantação do Museu e a partir do corrente ano, de 1971, finalmente vai ter início a fase efetiva da formação do Museu Histórico de Taubaté, com o estudo da história da cidade e a documentação completa da vida e obra do autor de Urupês (CAMPOS, 1972, p. 184).

O museu se encontra instalado no antigo casarão do visconde de Tremembé, avô materno de Monteiro Lobato. Tal edifício fazia parte de uma fazenda da família, onde existia a criação de gado e plantio de café. Embora não tenha sido encontrada comprovação sobre o nascimento de Lobato nesse local, certamente fez parte de sua infância.

O casarão, com sua arquitetura já muito modificada, foi erigido em taipa de pilão e pau-a-pique, tendo sua data de construção estimada entre os anos de 1860 e 1865. De acordo com as pesquisas contidas no planejamento museológico do MHFP Monteiro Lobato – concebido em 2009[62] – possivelmente a casa teria entre seis e oitos cômodos em sua planta original.

Segundo informações disponibilizadas no Plano Museológico da instituição, a sede do museu, seu entorno e uma jaqueira centenária foram tombados pelo SPHAN, em 23 de julho de 1962, e poucos anos depois, pelo CONDEPHAAT, no dia 13 de outubro de 1980. Ainda segundo tal documento, o prédio teve sua primeira restauração "realizada em 1963, pelo SPHAN, e outra coordenada pelo CONDEPHAAT ocorreu de 1979 a 1981. A área atualmente tem cerca de 18 mil m²". (Plano Museológico do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, 2009, p. 21).

[62] Concebido durante a gestão da ACAM Portinari, por meio da contratação da empresa EXPOMUS.

Figura 10 - Fachada do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 11 - Lateral direita do MHFP Monteiro Lobato, na Chácara do Visconde, conhecida como "Sítio do Pica Pau Amarelo" (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 12 - "Cruzeiro" da Chácara do Visconde (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 13 - Personagens de Monteiro Lobato, representadas nas dependências da Chácara do Visconde. Narizinho e Tia Nastácia (2014).

Fonte: acervo da autora.

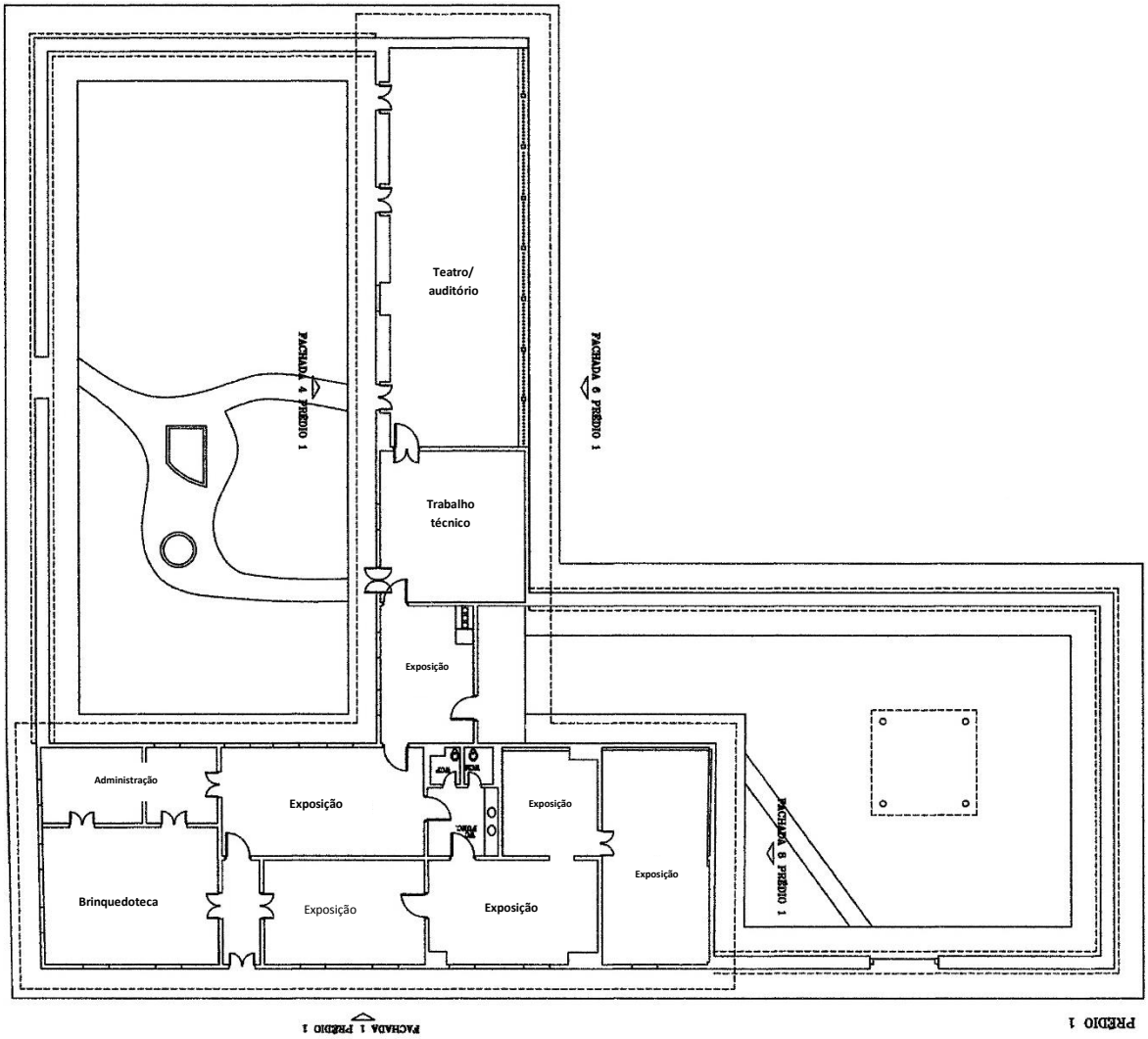
Figura 14 - Personagens de Monteiro Lobato, representadas nas dependências da Chácara do Visconde. Saci e Rabicó (2014).

Fonte: acervo da autora.

Aproximadamente no ano de 1985, a Prefeitura Municipal começou a assumir, paulatinamente, a gestão da instituição, provendo corpo funcional e arcando com as necessidades de manutenção do prédio-sede e área verde que o circunda. Posteriormente, em 2008, a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (Organização Social de Cultura) firmou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, passando a gerir este equipamento; a OS tutelou o MHFP Monteiro Lobato entre os anos de 2008 e 2011.

Nos dias atuais, todo o espaço é oficialmente denominado “Chácara do Visconde”, porém, é conhecido na cidade como o “Sítio do Pica Pau Amarelo”, tendo as atividades do museu assumido esta identidade local e ampliando-a como mote de seus trabalhos. De fato, apesar de abordar uma temática muito querida pelos habitantes locais, o MHFP Monteiro Lobato, diferentemente da maioria dos Museus Históricos e Pedagógicos, não possui como enfoque a discussão da história do município e sua constituição, mas sim, do patrono e sua obra.

Figura 15 - Planta baixa da sede do MHFP Monteiro Lobato.



Fonte: arquivo do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato

A sede do museu, atualmente, subdivide-se em 6 salas expositivas, sendo: 2 dedicadas à exposição de longa duração; 2 pequenas salas administrativas; 1 sala para brinquedoteca e atividades educativas; 1 sala para atividades técnicas e, por fim, um auditório, utilizado para a realização de eventos e, em especial, as peças teatrais produzidas pela equipe educativa.

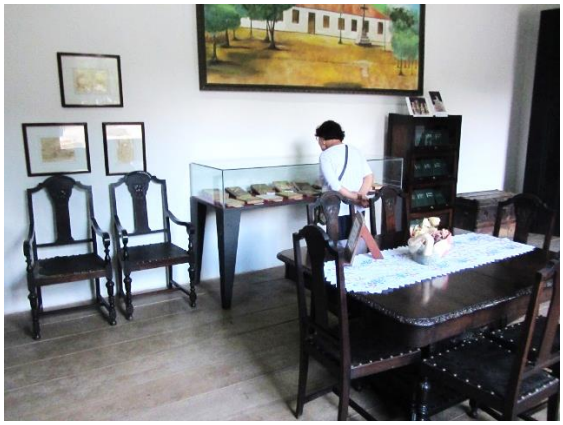
Figura 16 - Fachada da sede do MHFP Monteiro Lobato, na Chácara do Visconde (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 17 - Lateral esquerda da casa-sede do MHFP Monteiro Lobato (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 18 - Exposição de longa duração. Mobiliário da Chácara (2014).



Fonte: acervo da autora.

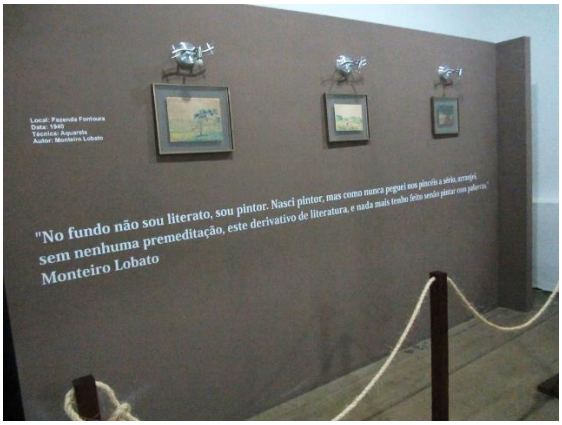
Figura 19 - Exposição de longa duração. Mobiliário da Chácara (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 20 - Exposição de longa duração sobre a vida e obra de Monteiro Lobato (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 21 - Exposição de longa duração com aquarelas pintadas por Monteiro Lobato (2014)



Fonte: acervo da autora.

Figura 22 - Exposição de longa duração (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 23 - Exposição de longa duração sobre Taubaté (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 24 - Exposição temporária (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 25 - Brinquedoteca (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 26 - Exposição de longa duração. Cozinha da Chácara do Visconde (2014).

Fonte: acervo da autora.

Figura 27 - Exposição de longa duração. Cozinha da Chácara do Visconde (2014).

Fonte: acervo da autora.

O museu possui um perfil educativo muito acentuado, conquistando públicos, cuja visitação é frequente, até mesmo de outros Estados. A instituição investe consideravelmente no trabalho de arte-educadores, em especial atores, que promovem encenações sobre as histórias de Monteiro Lobato. Esta equipe, além das encenações, realiza oficinas, palestras, jogos, gincanas, visitas educativas e saraus; tais eventos são abertos ao público geral, mas alcançam, principalmente, o público escolar e familiar.

Figura 28 - Atividade educativa, parte da programação especial da Semana Nacional de Museus, em 2014.

Fonte: acervo da autora.

Figura 29 - Atividade educativa, parte da programação especial da Semana Nacional de Museus, em 2014.

Fonte: acervo da autora.

Outro fato interessante sobre esta instituição é que possui um dos números mais expressivos de visitação entre os museus do interior paulista, recebendo, atualmente, cerca de 300 a 500 pessoas por dia. Segundo entrevista cedida por Maria Cristina Lopes, coordenadora do museu desde 2003, a aproximação da instituição com o público e o consequente aumento na taxa de visitação deram-se a partir do início da década de 1990, por meio das ações promovidas pela então coordenadora, Conceição Molinaro, responsável pelo museu entre os anos de 1993 e 2003.

Quadro 9 - Registros de visitação do MHFP Monteiro Lobato.

Período	Visitantes
2008	88.456
2009	115.873
2010	108.447
2011	119.719
2012	172.377
2013	142.856
TOTAL	747.728

Fonte: arquivos do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato.

Quanto a seu acervo, o museu vivencia profundamente o imaterial contido nas obras de Lobato, explorando ricamente tal matéria intangível. Quanto ao mais, a instituição possui alguns objetos pessoais do patrono, bem como três aquarelas pintadas por ele. Boa parte dos objetos expostos são cenográficos, ou provindos de outros períodos da Chácara do Visconde, mas de ligação com Lobato.

3.1.1.2. Sobre a gestão

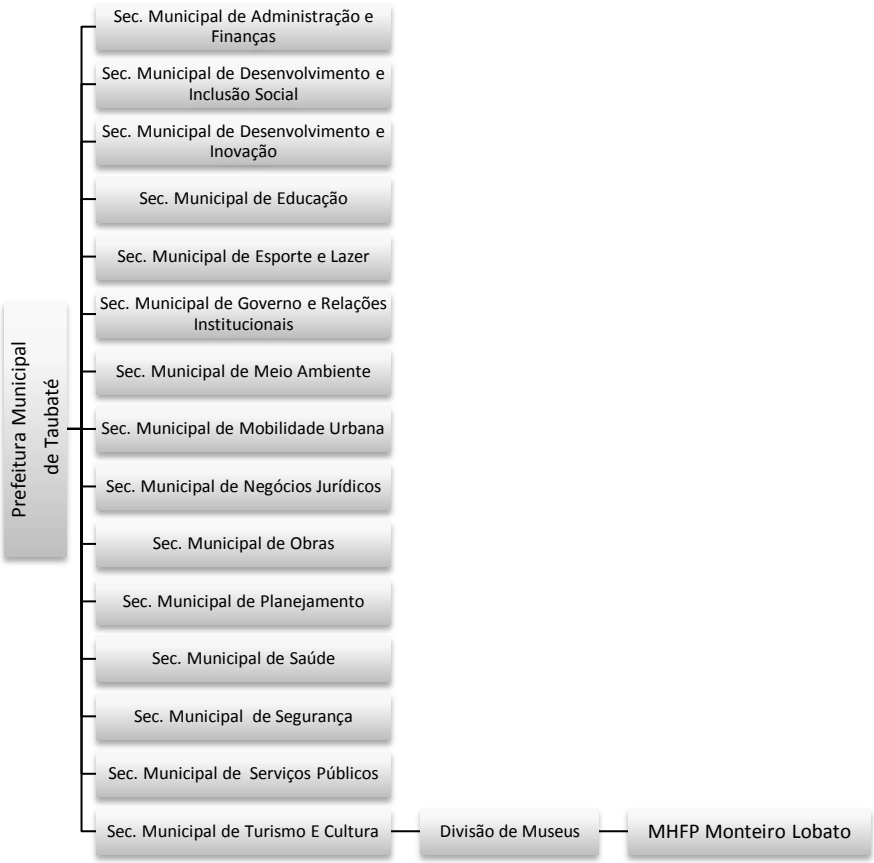
Ao que concerne à gestão do MHFP Monteiro Lobato, sabe-se que a partir do início da década de 1980 foi assumida pelo governo municipal, que proveu funcionários e estrutura mínima de trabalho à instituição. Durante a presente pesquisa, não foi possível averiguar detalhadamente quantos e quais funções esses primeiros funcionários ocupavam; no entanto, segundo relatos da atual equipe, desde o início da década de 1990 o museu já contava com estagiários e um corpo funcional um pouco mais estruturado, a partir da coordenação de Conceição Molinaro.

Atualmente, o museu conta com 25 funcionários, ocupando as seguintes funções: 15 estagiários (arte-educadores, estudantes de artes, que realizam as atividades educativas, atendimento ao público, encenações, oficinas, saraus e demais ações de cunho educativo); 2 escriturários (responsáveis pela parte de Recursos Humanos, administração de recursos/solicitação de materiais, agendamento de visitas e demais atividades relacionadas a trâmites administrativos do museu); 1 servente (responsável por cuidados prediais); 2 monitoras de artes (atendimento de visitas e desenvolvimento de atividades educativas); 2 “ajudantes-gerais” (responsáveis pelo cuidado com o entorno da chácara); 1 coordenadora-geral. Há ainda as equipes de segurança e limpeza, mas estas são terceirizadas, não fazendo parte do efetivo da instituição.

Embora se trate de uma boa quantidade de profissionais, a instituição ainda é carente em pessoal de áreas técnicas, como documentação e conservação. Ademais, esbarra no problema de permanência dos estagiários. Embora sejam bons profissionais, seus contratos acabam no período de dois anos, inviabilizando a continuidade dos trabalhos de capacitação e amadurecimento na área museológica. Tal fato ocasiona uma repetição interminável de esforços para formação de equipe e, ao mesmo tempo, restringe-a, dados os limites de tempo e recursos a empenhar.

Em relação ao lugar que ocupa no organograma da Prefeitura Municipal de Taubaté, o MHFP Monteiro Lobato aparece da seguinte forma:

Quadro 10 - Localização do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato no organograma da Prefeitura Municipal de Taubaté.



Fonte: *website* da Prefeitura Municipal de Taubaté.

Ainda sobre a gestão deste museu, há um episódio muito interessante na administração museológica do Estado de São Paulo: o surgimento das Organizações Sociais de Cultura no âmbito da gestão pública. As Organizações Sociais de Cultura configuram-se como uma modalidade de administração prevista Lei Complementar n° 846/98, que admite a conversão de instituições sem fins lucrativos, que já trabalhem no ramo cultural, em Organizações Sociais, tutelando estas instituições a gestão direta de espaços públicos pertencentes à Secretaria de Estado da Cultura. A adoção desse modelo de gestão teve como objetivo dinamizar a administração desses equipamentos culturais e, da mesma forma, os recursos públicos neles investidos. Desta maneira, o governo do Estado de São Paulo assumiria uma posição muito mais acentuada de criador e gestor de políticas públicas, enquanto a execução de suas ações ficaria sob a responsabilidade destas OSs.

Em 2008, a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari), à época denominada Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari, firmou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Cultura, ficando responsável pela administração de oito museus estaduais, sendo eles: MHP Bernardino de Campos (Amparo); Museu Casa de Portinari (Brodowski); Museu Felícia Leirner[63] (Campos do Jordão); MHP Conselheiro Rodrigues Alves (Guaratinguetá); MHP Prudente de Moraes (Piracicaba); Casa de Cultura Paulo Setúbal (Tatuí); MHFP Monteiro Lobato (Taubaté) e MHP Índia Vanuíre (Tupã).

Sob a gestão da ACAM Portinari, o MHFP Monteiro Lobato passou por um processo de reestruturação, tanto física quanto administrativa e conceitualmente. Diversas ações relacionadas à manutenção e salvaguarda predial e do acervo, bem como o investimento na contratação e qualificação de funcionários, aprimoraram os serviços oferecidos pelo museu. Segundo Maria Cristina Lopes, o maior ganho desse período foi o processo de profissionalização da instituição.

Conforme os relatórios finais de gestão, concebidos pela ACAM Portinari e validados pela Secretaria de Estado da Cultura, sobre o trabalho desenvolvido entre 2008 e 2010, podem-se relacionar as seguintes iniciativas de qualificação da instituição museológica:

Quadro 11 - Atividades desenvolvidas no MHFP Monteiro Lobato entre os anos de 2008 e 2011.

PROGRAMA DE EDIFICAÇÕES: CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	
ANO	**ATIVIDADE**
2008	Elaboração de programa de manutenção predial e conservação preventiva;
	Elaboração de programa de controle de pragas;
	Elaboração/atualização de projeto de Bombeiros;
	Manutenção dos equipamentos de combate a incêndios.
2009	Vistorias: manutenção predial;
	Vistorias: combate a pragas;
	Vistoria: manutenção de equipamentos de combate a incêndios;
	Elaboração de projeto de restauro (arquitetura e complementares);
	Elaboração de projeto de segurança patrimonial.
2010	Manutenção e verificação dos equipamentos de combate a incêndios;
	Manutenção básica de limpeza e jardinagem;

[63] O Museu Felícia Leirner passou a integrar o contrato de gestão da ACAM Portinari entre os anos de 2009 e 2010.

	Elaboração de projeto arquitetônico de restauro e complementares;
	Sustentação da Jaqueira Histórica e manejo de árvores no parque arbóreo.

PROGRAMA DE ACERVO: CONSERVAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

ANO	ATIVIDADE
2008	Higienização do acervo;
2009	Higienização do acervo;
	Preenchimento de fichas catalográficas do acervo;
2010	Higienização do acervo;
	Manutenção e acompanhamento das condições de salvaguarda;
	Conferência, atualização e consolidação de dados;
	Estruturação de linhas de pesquisa relacionadas ao acervo.

PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E PROGRAMAÇÃO CULTURAL

ANO	ATIVIDADE
2008	Manutenção da exposição de longa duração;
	Entrega do novo pré-projeto museográfico;
2009	Manutenção da exposição de longa duração;
	Elaboração de projeto museológico/museográfico;
	Realização de exposições temporárias e itinerantes;
	Recepção de exposições temporárias/itinerantes;
2010	Manutenção da exposição de longa duração.

PROGRAMA DE SERVIÇO EDUCATIVO E PROJETOS ESPECIAIS

ANO	ATIVIDADE
2008	Visitação escolar;
	Realização de cursos, palestras e workshops;
2009	Realização de cursos, palestras e workshops;
	Elaboração de material educativo;
	Elaboração e execução de pesquisa de público;
	Elaboração de planejamento estratégico;
	Realização de semanas comemorativas;
	Elaboração de programação especial para inserção no calendário oficial - Semana de Museus/ Primavera de Museus/ Semana da Consciência Negra;
2010	Execução de programa de ação educativa.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

ANO	ATIVIDADE
2008	Elaboração de plano de comunicação;
2009	Execução das ações do plano de comunicação (site, folders, material de divulgação);
2010	Prosseguimento à implantação do plano de comunicação e concepção de relatórios.

Fonte: Relatório Final de Gestão - Contrato 029/2008, ACAM Portinari.

No decorrer de 2011, o MHFP Monteiro Lobato saiu do contrato de gestão sob responsabilidade da ACAM Portinari, tendo voltado aos cuidados da prefeitura municipal.

3.1.1.3. Etapa de municipalização

O município de Taubaté obteve a autorização formal para receber em doação o acervo estadual pertencente ao Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, pelo Decreto n° 44.735, de 3 de março de 2000, e ratificada pela Lei Estadual nº 13.209/2008. Cabe ressaltar que este foi o primeiro e único procedimento de municipalização da instituição, que não fora incluída nos decretos de doação dos acervos estaduais na década de 1990.

Após a consulta aos representantes municipais, sobre seu interesse em receber este acervo em doação, deu-se abertura ao Processo SC 1490/2009[64], em 29 de outubro de 2009, para efetivação de tal doação. Em cumprimento do art. 272 da Constituição do Estado, realizou-se no dia 23 de fevereiro de 2010, tendo a comunidade científica e população local aceitado a recepção de tais bens culturais em doação.

O termo final de doação do acervo estadual foi assinado em 20 de março de 2013, e posteriormente publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de abril de 2013, concluindo de fato a municipalização dos bens pertencentes ao MHFP Monteiro Lobato. As cláusulas estipuladas em tal contrato trazem os seguintes dispostos:

> **Contrato de Doação**
> PROCESSO SP DOC 13702/2010
> CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGO, DOS BENS MÓVEIS ADMINISTRADOS E INVENTARIADOS PELA SECRETARIA DA CULTURA, QUE CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA CULTURA, E O MUNICÍPIO DE TAUBATÉ.
>
> [...]
>
> CLÁUSULA PRIMEIRA
> Constituem objeto deste Contrato de Doação os bens móveis do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, administrados e inventariados pela Secretaria da Cultura, conforme discriminado no Anexo I, que é parte integrante deste Contrato de Doação.
>
> CLÁUSULA SEGUNDA

[64] Atualizado para SP DOC 13702/2010.

Pelo presente instrumento o DOADOR faz a presente doação, em caráter irrevogável e irretratável, dos bens móveis inventariados, conforme discriminado no Anexo I, e o DONATÁRIO aceita a doação dos bens, que deverão ser incorporados ao patrimônio municipal, com as condições expressas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA
São obrigações do DONATÁRIO:
3.1. Manter, preservar, divulgar e disponibilizar ao público o acervo museológico imaterial do museu bem como os bens móveis, sob orientação do Grupo Técnico de Apoio do Sistema Estadual de Museus – SISEM-SP, da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria da Cultura.
3.2. Garantir a destinação cultural dos bens.
3.3 Não transferir os bens a terceiros.
3.4. Providenciar a criação do museu no âmbito municipal, com dotação orçamentária inscrita na Lei de Diretrizes Orçamentárias para manutenção de utilidade pública, do quadro funcional e de programação compatível com as necessidades do museu.
3.5. Manter o museu integrante do Sistema Estadual de Museus.

PARÁGRAFO ÚNICO
Em caso de inadimplemento, o contrato será rescindido, com imediata reversão da doação, sendo os bens reincorporados ao patrimônio estadual, independentemente de qualquer indenização.

CLÁUSULA QUARTA
São obrigações do DOADOR, por meio do Grupo Técnico de apoio ao Sistema Estadual de Museus – SISEM-SP:
4.1. Orientar as ações do museu no que se refere ao cumprimento do contido na Cláusula Quarta.
4.2. Oferecer orientação técnica ao Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, para as ações museológicas e museográficas.

CLÁUSULA QUINTA
O DONÁTARIO aceita a presente doação, comprometendo-se a cumprir as condições estabelecidas na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SEXTA
Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer pendências oriundas deste contrato, não resolvidas no âmbito administrativo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas, para os fins de direito.

São Paulo, 20 de março de 2013.
MUNICÍPIO DE TAUBATÉ
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Um pouco antes da assinatura do contrato final de doação, em obediência à tramitação do processo de municipalização, o município de Taubaté publicou o Decreto Municipal n° 12.958, de 12 de março de 2013, que cria o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, no âmbito municipal. É interessante notar que, embora o município possuísse a opção de dar nova nomenclatura ao seu museu, escolheu por manter a denominação antiga e seu patrono, Monteiro Lobato.

Atualmente, a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, entende este processo como o primeiro efetivamente concluído das municipalizações, após os esforços das décadas de 1990 e 2000, respeitando toda a tramitação processual estipulada pela legislação sobre alienação de bens públicos.

3.1.2. MHP "Dom Pedro I e Dona Leopoldina" (Pindamonhangaba)

3.1.2.1. Breve panorama

Pelo Decreto n° 30.324, de 10 de dezembro de 1957, na cidade de Pindamonhangaba, foi autorizada a instalação do Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina, sob a tutela da Comissão Central, encarregada de instalar e superintender a organização e o funcionamento dos Museus Históricos e Pedagógicos no seio da Secretaria da Educação. Segundo tal decreto, as instituições museológicas nele criadas deveriam possuir “campo de investigação mais amplo que o estabelecido no Decreto n° 26.218”, de 3 de agosto de 1956, que instituíra os primeiros quatro Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. Segue-se a descrição de Vinício Stein Campos sobre a instalação deste museu:

> Pindamonhangaba é sob o ponto de vista estritamente histórico, uma das mais importantes cidades do vale do Paraíba. E a formosa terra do padre Faria, de Antônio Bicudo Leme, de Braz Estêves Leme, do barão Homem de Meio, conserva na sua paisagem urbana magníficos monumentos que resistiram à injúria do tempo e ao desinteresse das gerações, para trazer até nós, nas suas mensagens cheias de ensinamento e verdade, a palavra eloqüente desses tempos de ouro. E dentre os que restaram, guardando as marcas dos tempos idos, sobretudo dos períodos mais ilustres da cidade, procuramos preservar através da proteção do tombamento o solar do barão de Lesse, o admirável palacete "10 de Julho" e a Igreia que recolheu os restos mortais dos componentes da Guarda de Honra do príncipe, que o acompanharam a São Paulo e Santos e presenciaram o Grito da Independência/ no Ipiranga.
>
> O Museu de Pindamonhanqaba, embora já disponha de apreciável acervo, está aguardando a entrega, pela Prefeitura Municipal, do "Palacete 10 de Julho", para instalar-se condignamente, uma vez que é propósito do serviço inaugurar no salão nobre do solar uma cena histórica, reproduzindo em tamanho natural D. Pedro I e seus acompanhantes e numa sala vizinha a Reunião do Conselho do Estado, presidido por D. Leopoldlna, que deu ao príncipe a motivação para o rompimento de 7 de setembro. Dirige o museu com probidade e competência o Prof. Dr. João L. Salles (CAMPOS, 1972, p. 166).

O museu encontra-se instalado no chamado Palacete Visconde da Palmeira, antiga residência do visconde[65], construído no final do século XIX, em taipa de pilão. Tal edificação foi utilizada como moradia até 1913; entre 1913 e 1929 sediou a Escola de Pharmacia e Odontologia de Pindamonhangaba; em seguida, de 1931 a 1961, o palacete passou a abrigar o Ginásio Municipal, depois Ginásio Estadual e Escola Normal "João Gomes de Araújo". Após sessão solene na Câmara Municipal, no dia 8 de novembro de 1958, deu-se a instalação do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina no Palacete Visconde da Palmeira, dividindo espaço com o Colégio Estadual e Escola Normal "João Gomes de Araújo".

Em 1961, após a conclusão da nova sede da Escola Normal "João Gomes de Araújo", esta deixou o palacete, cedendo espaço para outras escolas estaduais. Já em 1973 deu-se início à obra de reforma do prédio para abrigar somente o MHP e, em 1978, ele todo é cedido pela instituição museológica. Em 1987, o edifício foi doado (Lei Municipal n° 2.154, de 7 de julho de 1987) pelo poder estadual ao município de Pindamonhangaba, sob a condição de que o município mantivesse ali as atividades do museu. Em 1969, o prédio foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), por meio do Processo 7.855/69, sob a Resolução de Tombamento de 11 de dezembro de 1969, que menciona:

> [...] foi construído [...] por ordem de um dos maiores fazendeiros de café da cidade, Antônio Salgado Silva, mais tarde, visconde de Palmeira. Herdou-o Antônia Salgado Filho, casada com Eloi Bicudo de Varella Lessa, razão pela qual também ficou conhecido por Solar do Barão de Lessa. A sua construção é eclética, em taipa de pilão e pau-a-pique, com terraço descoberto nos fundos, no nível do segundo pavimento, do qual se descortina uma ampla paisagem em direção ao rio Paraíba. As fachadas principais são ricamente ornamentadas, com platibanda decorada [...] e sacadas contínuas, em mármore de Carrara [...]. (CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 77, p. 8, 20/2/1974).

[65] Capitão Antônio Salgado Silva, depois barão e, por fim, visconde da Palmeira.

Figura 30 - Fachada do Palacete da Palmeira, sede do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP.

Figura 31 - Lateral direta do Palacete da Palmeira, com visão para o antigo pátio (2012).

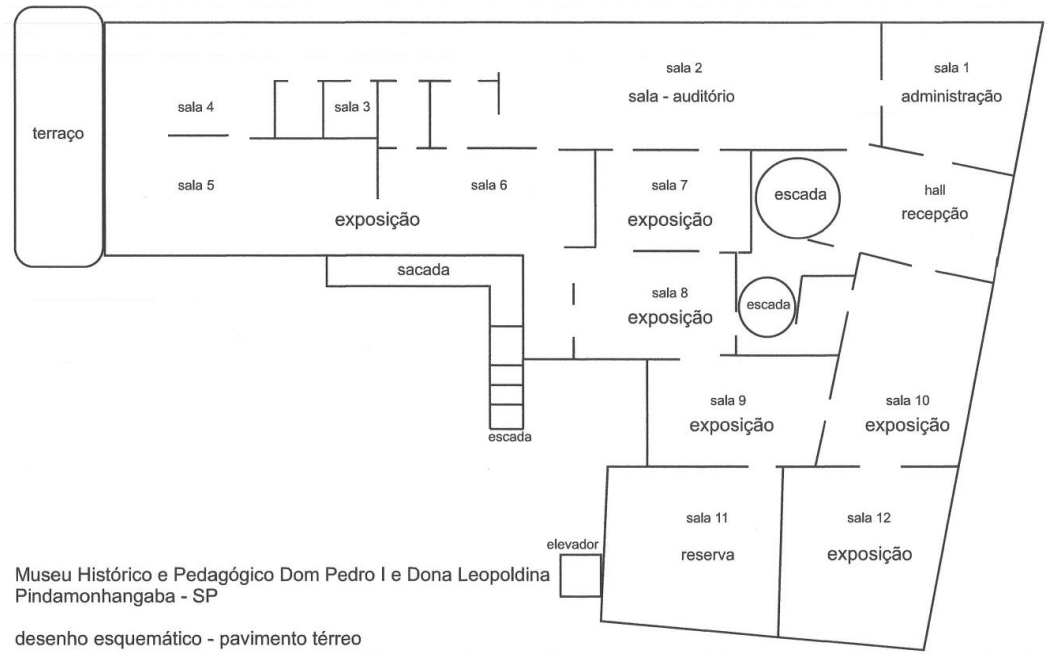
Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 32 - Sacada lateral direita do Palacete das Palmeiras (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

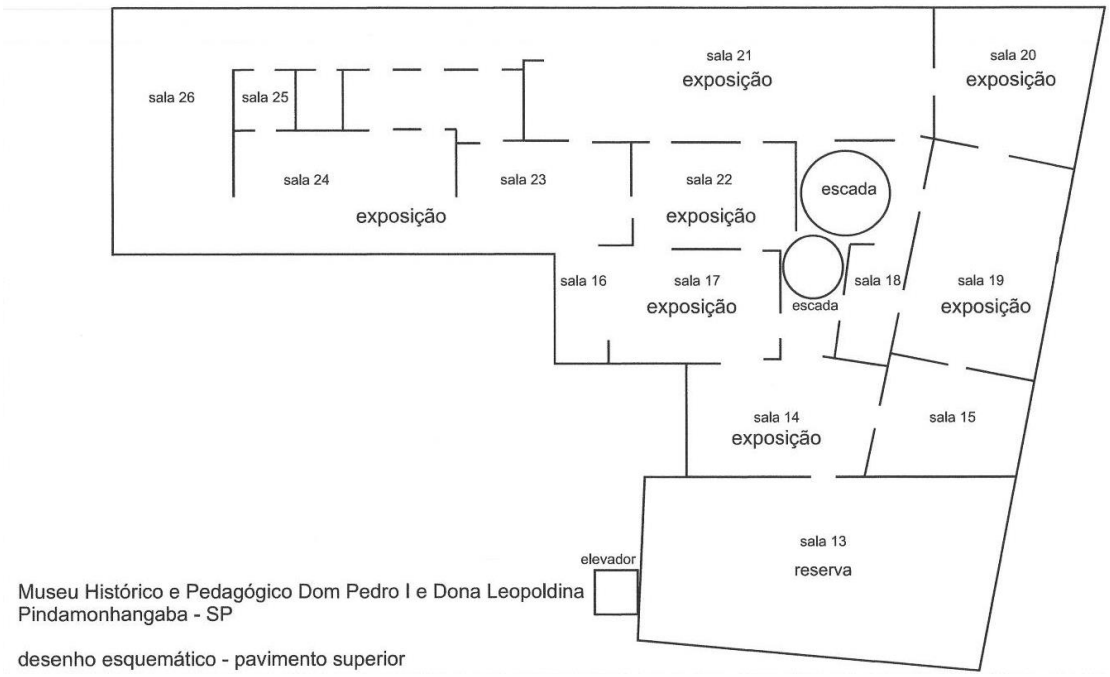
De acordo com as informações disponibilizadas no plano museológico do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina, concebido em 2012, o edifício do museu possui 3.059 m² em três pavimentos, tendo seu terreno o montante de 2.034 m². "No pavimento térreo há recepção, sala de administração, sala-auditório [...], sala de reserva técnica e 6 salas expositivas. No pavimento superior há 7 salas expositivas e reserva técnica, e, no pavimento inferior – porão, reserva técnica para livros, depósitos, áreas expositivas e sanitários" (Plano Museológico do MHP D. Pedro I e D. Leopoldina, 2012, p. 8).

Figura 33 - Desenho esquemático do pavimente térreo – MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012)



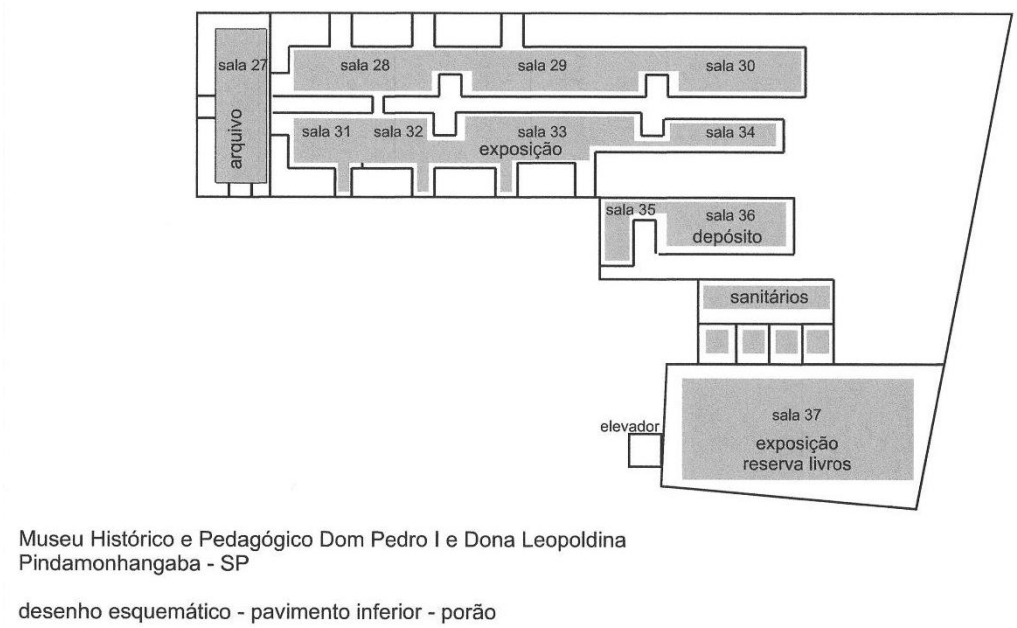
Fonte: Plano Museológico do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina, concebido pela museóloga Elisabeth Zolcsak em 2012.

Figura 34 - Desenho esquemático do pavimento superior – MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012).



Fonte: Plano Museológico do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina, concebido pela museóloga Elisabeth Zolcsak em 2012.

Figura 35 - Desenho esquemático do pavimento inferior (porão) – MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012).



Fonte: Plano Museológico do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina, concebido pela museóloga Elisabeth Zolcsak em 2012.

Pavimento térreo

Figura 36 - Hall de entrada do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 37 - Sala 10, destinada à exposição de parte da coleção Geraldo Alckmin (2013).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 38 - Sala 2, utilizada como auditório e espaço de eventos (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 39 - Sala 2 (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 40 - Vitrine com objetos da coleção G. Alckmin (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 41 - Exemplares da coleção G. Alckmin em exposição (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Pavimento superior

Figura 42 - Escada principal de acesso ao piso superior (2012).

Fonte: acervo da autora

Figura 43 - Claraboia com a nova ornamentação, concebida após a última reforma realizada no palacete, finalizada em 2008 (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 44 - Sala 19, exposição de longa duração (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 45 - Sala 17, exposição de longa duração (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 46 - Sala 26, exposição de longa duração (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

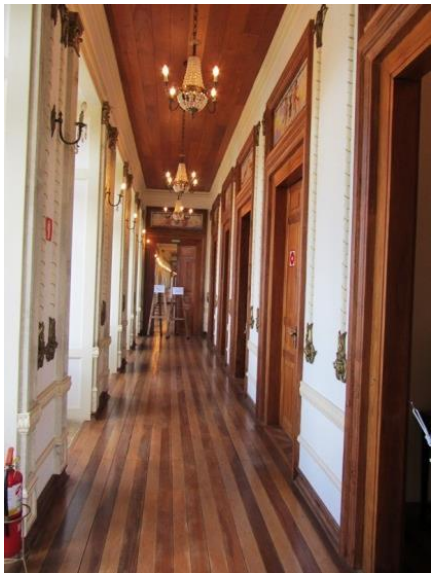
Figura 47 - Sala 20, exposição de longa duração (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 48 - Exposição de longa duração (2013).

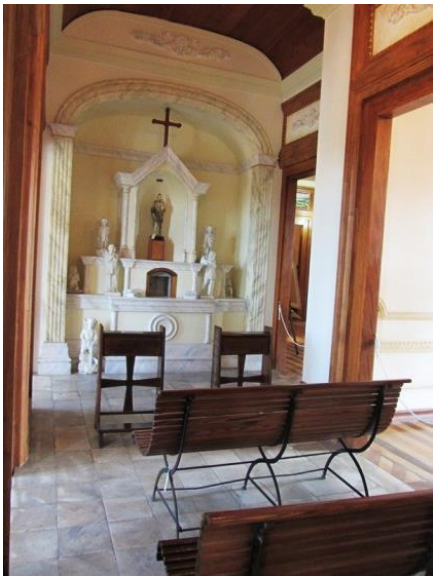
Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 49 - Corredor lateral esquerdo, área de circulação e exposições de curta duração (2012).



Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 50 - Pavilhão da sala 25, destinado à exposição de longa duração (2012).



Fonte: arquivo SISEM-SP

Pavimento inferior – Porão

Figura 51 - Vista dos fundos do Palacete das Palmeiras (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 52 - Acervo localizado no pavimento inferior, na ala do arquivo (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 53 - Biblioteca e arquivo (2012)

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 54 - Biblioteca e arquivo (2012)

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 55 - Entrada do porão, utilizado como área expositiva (2012)

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 56 - Detalhe original da ornamentação antiga das portas do palacete (2012)

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 57 - Prensa tipográfica (2013)

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 58 - Prensa tipográfica (2013)

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 59 - Fragmentos da ornamentação original do prédio e peças hidráulicas (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Figura 60 - Fragmentos da ornamentação original do prédio (2012).

Fonte: arquivo SISEM-SP

Após anos em seu último processo de restauro, o museu foi reaberto ao público em abril de 2008. No entanto, em 2012 firmou-se um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e o município de Pindamonhangaba, referente ao Inquérito Civil n° 43/04, promovido pela Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Pindamonhangaba. Tal termo intentou a recuperação de danos causados ao patrimônio histórico, por conta das intervenções praticadas sem a devida anuência do CONDEPHAAT e desrespeito às normas internacionais concernentes ao restauro de edifícios históricos. Ainda de acordo com tal documento (TAC), o município se comprometeu a elaborar projeto de restauro dos danos causados durante a obra dentro de 24 meses, observando as seguintes exigências[66] do órgão fiscalizador:

- ✓ apresentar proposta de uso das salas do edifício;
- ✓ demolir galpão e escada circular de acesso ao andar térreo no pátio;
- ✓ recuperar área ajardinada do antigo quintal;
- ✓ reformar sanitários instalados no piso inferior;
- ✓ redesenhar parte da fachada posterior;
- ✓ aproveitar peças originais do edifício armazenadas no porão;
- ✓ estancar processos de deterioração causados por luz solar e chuvas;
- ✓ divulgar ao público as alterações realizadas no edifício por meio de sala expositiva dedicada ao palacete e exibição de imagens antigas e atuais nos pontos possíveis (Plano Museológico do MHP D. Pedro I e D. Leopoldina, 2012, p. 13).

Em relação a seu acervo de perfil eclético, entre 2009 e 2010, o município realizou a contratação de uma empresa especializada, visando a que esta procedesse com o inventário e sua catalogação. Esta atividade foi registrada em fichas catalográficas e banco de dados, disponibilizada no site da Prefeitura Municipal. Ao

[66] Há, ainda, um impasse sobre tais exigências, fazendo com que boa parte delas ainda não tenha sido realizada.

todo, tal levantamento registrou o número de 18.602 itens, subdivididos nas seguintes tipologias:

Quadro 12 - Levantamento de acervo do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina, realizado em 2010.

Coleção bibliográfica (livros, revistas e jornais)	10.879 registros
Coleção fotográfica (negativos e positivos)	430 registros
Coleção audiovisual (discos e filmes em película e VHS)	3.521 registros
Coleção arquivística (documentos textuais)	660 registros
Coleção museológica (quadros, esculturas, bustos, móveis, vitrolas, rádios, relógios, máquinas e equipamentos, objetos da Revolução de 32, brinquedos, utensílios de uso doméstico e pessoal, objetos etnológicos, instrumentos musicais, moedas e cédulas)	3.112 registros
TOTAL	18.602

Fonte: arquivo do Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina

Ainda sobre seu acervo, vale ressaltar que o MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina recebe, periodicamente, itens que constituem a coleção Geraldo Alckmin, enviados pela equipe do Palácio dos Bandeirantes, para que fiquem sob a guarda do museu. Trata-se de objetos presenteados ao atual governador durante sua trajetória política no Estado de São Paulo e encaminhados a Pindamonhangaba desde 2006. São, aproximadamente, 2.500 objetos, também inventariados pela instituição museológica.

Sobre a frequência de visitação, poucos foram os registros encontrados na instituição. Há um desencontro de informações sobre o paradeiro de antigos livros de visitas. Atualmente, o que há de registros de visitação data de 2008, à época da reabertura do museu. Até 2012, observa-se a seguinte flutuação nos números de visitação:

Quadro 13 - Índices de visitação do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina.

Período	Visitantes
2008 (a partir de 14/4)	2.179
2009	5.952
2010	18. 213
2011	16. 453
2012 (até agosto)	9.313
TOTAL	52.110

Fonte: arquivo do Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina

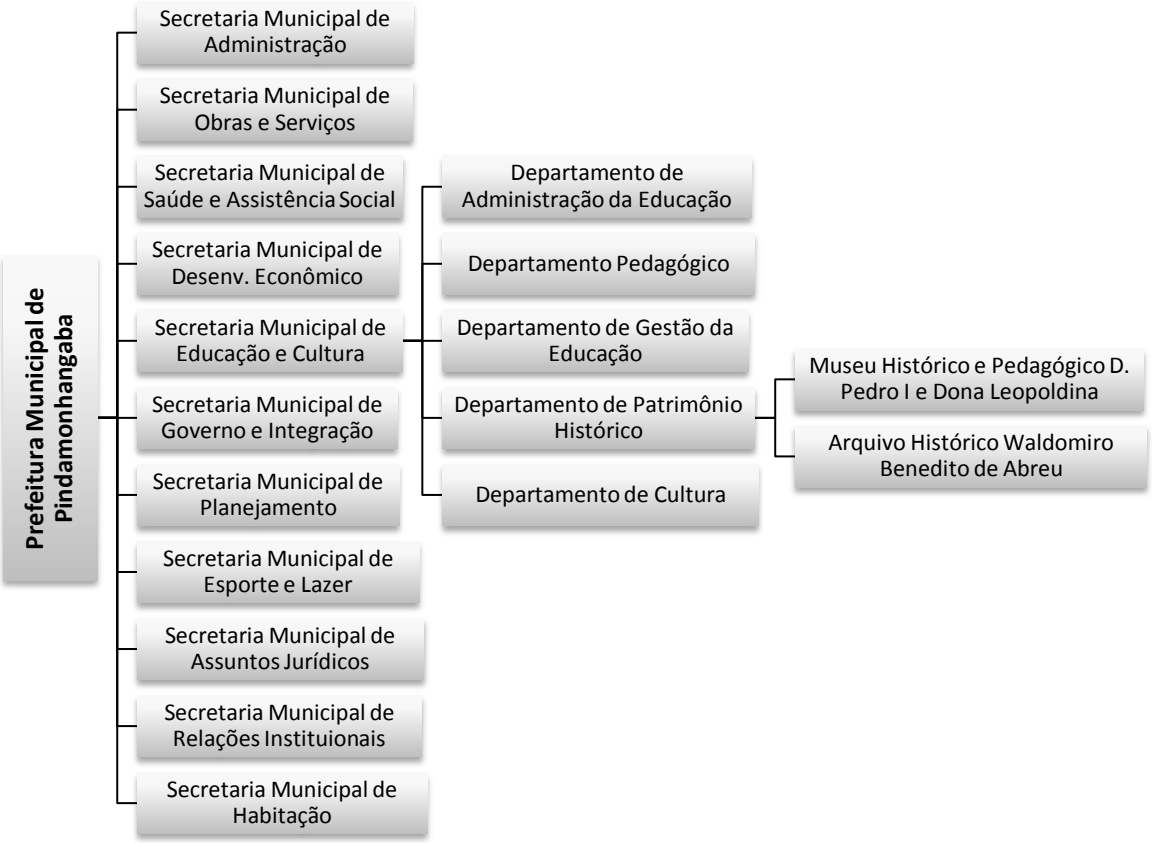
3.1.2.2. Sobre a gestão

Em pouco mais de dois anos, a instituição passou por quatro gestores (diretores) diferentes, tendo seu corpo funcional enfraquecido. Em 2012, o museu contava com 20 funcionários; ao final de 2013, contava com 15 profissionais, sendo quatro estagiários em período final de contrato. Apesar da diminuição de pessoal, o museu passou a funcionar em horários especiais, abrindo para a visitação aos finais de semana e, em alguns dias, no período noturno. Mesmo com estes esforços, segundo os funcionários, o número de público vem diminuindo desde o segundo semestre de 2013. Sobre seu corpo funcional, ao final do ano de 2013, como já mencionado, a instituição contava com 15 funcionários, entre efetivos da Prefeitura Municipal e estagiários. No entanto, nenhum destes profissionais foi concursado, de fato, para a atuação neste museu; trata-se de pessoal realocado de outros setores da administração municipal.

Ainda sobre sua equipe de trabalho, de acordo com visita realizada no final do ano de 2013, o Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina distribui seus funcionários nas seguintes tarefas: 1 assessor da Direção; 1 assessor administrativo; 1 escriturário; 2 pedreiros (equipe de apoio); 1 recepcionista; 1 auxiliar de serviços gerais; 1 monitor/atendente; 4 estagiários (atendimento/monitoria); 1 estagiário (arquivo); 1 estagiário (documentação) e 1 arquivista (recepcionista transferida ao arquivo). Embora cada profissional tivesse um campo de ação delimitado, toda a equipe desempenha múltiplas tarefas na instituição museológica, buscando sanar a ausência de profissionais especializados em determinadas tipos de atividades técnicas.

Em relação ao lugar que ocupa no organograma da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, o MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina aparece da seguinte forma:

Quadro 14 - Localização atual do MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina no organograma da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.



Fonte: *website* da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba

Atualmente, a instituição conta com dotação orçamentária própria. Tal recurso, entregue mensalmente ao museu, embora modesto, garante a aquisição mínima de materiais necessários às tarefas diárias e manutenção de suas exposições e eventos. Este valor não inclui os honorários dos funcionários, sendo estes descontados diretamente da folha de pagamento da Prefeitura Municipal. Segundo informações do antigo gestor da instituição em 2012, a Prefeitura tem destinado tal verba desde a reabertura do museu, em 2008.

3.1.2.3. Primeira etapa da municipalização: anos 2000

O município de Pindamonhangaba obteve autorização formal para receber em doação o acervo estadual, pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina, pelo Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000. Tal doação se deu pelo Processo SC 1628/01, aberto em 2001 e concluído, por meio da assinatura final

do termo de doação, em 15 de fevereiro de 2002. A tramitação deste processo, conforme mencionado no capítulo anterior, obedeceu à metodologia pré-estabelecida pelo DEMA, na qual o principal ponto seria a consulta e anuência dos gestores municipais, ou não, para a realização da doação dos acervos pelo Estado. À época, o aceite da municipalização veio pelo então prefeito, Vito Ardito Lerário.

O despacho que autorizou a concretização desta doação trazia os seguintes dizeres:

> Despachos do Secretário
>
> De 21-1-2002
> Processo SC. 1628/2001 - Interessado: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba - Assunto: Doação do acervo do Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina. Diante da instrução dos autos, bem assim do Parecer CJ/SC nº 019/2002 da Consultoria Jurídica da Pasta exarado às fls. 31/32, e com base na decisão governamental expressa no artigo 1º do Decreto n.º 44.735, de 3-3-2000, AUTORIZO a doação à Prefeitura de Pindamonhangaba do acervo museológico e dos bens móveis inventariados no Processo SC 1628/2001, discriminados no Anexo I que fará parte integrante do contrato de doação a ser celebrado. (D.O.E.; Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 112 (27), sábado, 9 de fevereiro de 2002).

Pelas informações encontradas nos arquivos da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, este processo de doação transcorreu tranquilamente, sendo concluído em um intervalo de tempo satisfatório. Nesse período, Marcos Ribeiro de Mendonça ocupava o cargo de secretário de Estado da Cultura de São Paulo.

3.1.2.4. Segunda etapa da municipalização: anos 2010 - 2014

Em decorrência do Parecer CJ/SC 249, de 2004, que constatou a falha na tramitação dos processos de doação de acervos estaduais aos municípios do interior paulista, ocasionando a paralisação desta ação e, consequentemente, a promulgação da Lei nº 13.209, de 29 de setembro de 2008, que autoriza a retomada de tais processos visando à sua regularização, no decorrer de 2010 foi reaberto o processo de doação do acervo pertencente ao MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina a Pindamonhangaba.

Nessa ocasião, novamente os gestores municipais foram procurados e consultados sobre o interesse, ou não, de proceder com a regularização da doação do

acervo, efetuada entre 2001 e 2002. Tendo recebido a confirmação da gestão municipal, deu-se continuidade à sua tramitação, observando o art. 272 da Constituição Estadual.

É interessante notar que neste novo período de doações dos acervos estaduais, ou de sua regularização, o Sistema Estadual de Museus desenvolve estratégias de apoio aos museus em municipalização, objetivando fortalecê-los e capacitá-los para esta transição das competências de gestão. Para tanto, a partir de 2010, intensificou-se a realização de palestras, cursos e oficinas de capacitação na área museológica por todo o Estado. Da mesma forma, também em 2010, empreendeu-se o início do Projeto Assessorias Técnicas que, por sua vez, culminou na concepção de Planos Museológicos em parceria com a Organização Social de Cultura ACAM Portinari.

Tais planejamentos museológicos, no decorrer de 2011, 2012 e 2013, foram voltados especificamente aos museus em municipalização, ou que em breve iniciariam tal processo. O projeto alcançou o MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina durante o segundo semestre de 2012, estreitando o contato da instituição com a UPPM e, em especial, com o SISEM-SP. A partir desta ação, a aproximação entre Estado e municípios se tornou mais efetiva, e embora ainda distante do ideal, abriu novo canal de comunicação onde as partes alcançaram maior liberdade para mediação de suas necessidades.

Quanto à regularização da doação do acervo estadual a Pindamonhangaba, a autorização para a realização da audiência pública, visando ao parecer da comunidade sobre tal processo, foi concedida pelo secretário de Estado da Cultura em 2012. Após os procedimentos locais de produção desta audiência, ela foi realizada em dezembro de 2013.

Na noite de 4 de dezembro de 2013 realizou-se audiência pública, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura, para ratificação da doação do acervo museológico estadual pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina, ao município. Tal audiência, efetuada na Prefeitura Municipal, contou com a participação da comunidade científica e cultural, bem como de representantes da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e gestores municipais. Na ocasião, a mesa da sessão foi composta por: Vito Ardito Lerário, prefeito municipal de Pindamonhangaba; Elisabeth Cursino, secretária de Educação, Cultura e Turismo; Mirian Midori, Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

/SEC-SP; Davidson Panis Kaseker, diretor do Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus, presidente da sessão.

Ao finalizar o período de questionamentos aberto aos participantes da audiência e suas respostas, o presidente da sessão prosseguiu para a deliberação, consultando os presentes e pedindo que as pessoas favoráveis à doação levantassem as mãos. Por unanimidade ficou o Estado de São Paulo autorizado a ratificar a doação do acervo do Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina.

Para a conclusão efetiva deste processo há ainda a pendência de criação, no âmbito municipal, de um museu municipal, por meio de lei ou decreto, para a recepção do acervo estadual, comprometendo-se o governo municipal a zelar por tal patrimônio. Sanada esta pendência, dar-se-á a assinatura do Termo final de doação.

3.2. Impressões gerais

Têm-se aqui dois casos interessantes na trajetória das municipalizações. No primeiro, MHFP Monteiro Lobato, nota-se quanto sua temática e patrono alcançaram apropriação por sua comunidade local, a ponto de os gestores municipais optarem pela permanência de sua nomenclatura à época da doação do acervo a Taubaté. Quanto ao segundo, MHP D. Pedro I e Dona Leopoldina, observa-se a vontade municipal de obter a posse de seu acervo, visto que aceitou passar por duas longas etapas da municipalização (a primeira, no início dos anos 2000).

Ambas as instituições, como acima mencionado, possuem quadro de profissionais significativo, diferentemente do que vigora nos demais museus desta rede e, da mesma forma, tal pessoal é provido unicamente pelas Prefeituras Municipais. Quanto à sua dotação orçamentária, imprescindível à estruturação destes museus, ambos contam com tal auxílio dos entes de gestão municipal e, embora necessitem de muito mais recursos, possuem o mínimo necessário para o desenvolvimento de suas atividades museológicas. Sobre sua frequência de visitação, há também resultados satisfatórios nos últimos anos. No entanto, quais destes fatos seriam frutos diretos da municipalização?

É certo que o fato de deter a posse legal de seus acervos dá a estas instituições, por um lado, legitimidade legal para investimentos municipais visando à sua conservação e salvaguarda. Do mesmo modo, fornece legitimidade, também, para a

deliberação sobre o destino destes acervos, sua gestão, cuidados e formas de extroversão. Por outro lado, a posse efetiva destas coleções ratifica a responsabilidade dos municípios em prover seu sustento e cuidados, como a contratação de funcionários e suprimento de materiais e equipamentos necessários à sua salvaguarda. Além de tudo, a posse destes acervos pelos municípios viabiliza que a comunidade local tenha maior influência sobre as deliberações ligadas a seu patrimônio, bem como tenha acesso à gestão direta destes museus, facilitando a realização de suas reivindicações e cobranças aos gestores sobre melhorias nestes equipamentos culturais. Certamente, são ganhos expressivos para a gestão destes acervos.

Todavia, ao que tudo indica, as consequências advindas da municipalização, nestes dois casos, trata-se muito mais das mudanças ocasionadas pelo processo das doações em si, do que de seus resultados finais, ou seja, a transmissão da posse legal dos acervos estaduais aos municípios. De fato, ambas as instituições museológicas já haviam sido absorvidas pela gestão municipal antes das tratativas de municipalização, como aconteceu com praticamente todos os Museus Históricos e Pedagógicos do Estado.

No caso do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, que desde a década de 1980 foi absorvido informalmente pela gestão municipal, mais importante do que os resultados da assinatura do termo final de doação do acervo, em 2013, foi o que precedeu esta municipalização. O processo, neste caso, entendido como as etapas necessárias à realização da doação, ligadas tanto às questões técnicas de estruturação da instituição para recepção de fato do acervo estadual, bem como aos procedimentos que envolveram diálogo e sensibilização dos gestores municipais às causas museológicas e chamaram a comunidade a discutir sobre o destino deste acervo.

A administração por meio de uma OS, sem sombra de dúvida, preparou a instituição para a recepção e gestão do acervo estadual; por meio das ações desenvolvidas entre 2008 e 2011, ligadas à estrutura física do museu, ações de comunicação, conservação, documentação e capacitação dos profissionais locais, instrumentalizou o museu, fortaleceu-o e qualificando-o para que, nesse momento de transição da gestão permanecesse firme e continuasse, por intermédio de seus próprios artifícios e métodos, oferecendo um trabalho de qualidade à comunidade. Segundo entrevista cedida por Maria Cristina Lopes, o maior impacto da administração

do MHFP Monteiro Lobato por uma OS foi a profissionalização que esta última trouxe à instituição.

Em relação à municipalização, no dizer de Tina Lopes, tratou-se da simples formalização "por direito", de uma situação que já existia "de fato" há muitos anos. No entanto, trouxe um impacto político positivo, diretamente ligado aos diálogos entre município e Estado sobre as necessidades e futuro do museu. Da mesma forma, as tratativas e realização da audiência pública para deliberação sobre o aceite, ou não, do acervo estadual pelo município, acarretou um olhar mais atento dos munícipes e órgãos públicos envolvidos, ponto muito positivo à instituição, sendo que esta precisa constantemente de apoiadores e parceiros no município para a continuidade de suas atividades e sua melhoria.

No caso do Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina, que está passando pelos trâmites de municipalização pela segunda vez, nota-se também que já há muito foi absorvido pela gestão municipal, porém, após sua primeira etapa de municipalização, no início dos anos 2000, passou a receber maior atenção por parte da Prefeitura. Tal fato se torna nítido quando são avaliados os relatórios de atividades da instituição, antes mesmo da finalização de seu último restauro e reabertura ao público (2008), onde há registros de todas as ações desempenhadas pela Prefeitura Municipal de cuidados prediais, infraestrutura para os funcionários, contratação de estagiários, contratação de serviços especializados para documentação do acervo, agenda cultural e dotação orçamentária fixa.

Atualmente, os reflexos da nova etapa de municipalização, chamada de "regularização", assim como no MHFP Monteiro Lobato, ligam-se muito mais ao processo da doação do acervo do que à sua formalização legal. Por ocasião da retomada de tal processo, a instituição passou a manter maior contato com o Sistema Estadual de Museus, reabrindo um canal de diálogo entre Estado e município. Também nesse momento, visando a fortalecer e estruturar a instituição para a conclusão desta transição de gestão, participou do projeto de assessoramento técnico do SISEM-SP, resultando na concepção de um planejamento museológico em 2012.

Há ainda uma série de mudanças que vêm sendo observadas nas instituições museológicas que estão passando pela municipalização e, entre elas, a possibilidade que tal processo vem abrindo da constituição de um corpo funcional técnico estável, ou seja, o provimento de cargos efetivos para o trabalho nos museus, algo raro no

contexto atual destas instituições do interior paulista. Tais instituições normalmente são equipadas com funcionários provenientes de diversas áreas do funcionalismo público municipal, e na maioria dos casos tais profissionais não possuem formação na área museológica, nem mesmo em disciplinas correlatas.

Nos dois casos aqui analisados, a inserção de cargos efetivos para os museus no quadro das prefeituras ainda não foi possível, mas em Taubaté já há tratativas para tal ação. Há outros casos, que no momento não foram estudados pela limitação de tempo, mas pode-se mencionar o exemplo do MHP Dr. Cesário Motta Júnior (Capivari), cujo termo de doação final do acervo estadual ao município foi assinado recentemente, em maio de 2014. Esse MHP, desde o início da retomada de sua municipalização, em 2010, foi concebido por decreto municipal como um museu para receber o acervo do Estado, e nesta ocasião conseguiu inserir um corpo técnico básico ao museu. Meses depois, o município conseguiu promover um concurso público e contratou, como corpo estável da prefeitura, uma técnica em museu e um historiador.

Tal fato se mostra de extrema importância a essas instituições, pois um de seus maiores problemas é a instabilidade de seus funcionários e a falta de capacitação museológica, inviabilizando assim o amadurecimento e qualificação de suas ações.

De maneira geral, toda a articulação gerada entre municípios, seus gestores de museus e Secretaria de Estado da Cultura, exigida pelo processo da municipalização, embora alcance resultados diversos em cada município, tem se apresentado, na maioria dos casos, positiva. Obviamente, não se pode ignorar que há outras políticas no âmbito museológico que vêm favorecendo esta discussão sobre os museus brasileiros, sua importância, necessidades e, acima de tudo, profissionalização. Experimenta-se um momento muito fecundo para tais discussões nos últimos anos, desde a criação do Instituto Brasileiro de Museus em 2009, do Estatuto de Museus também neste ano, e mais recentemente, a regulamentação do estatuto em 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora muito já tenha sido dito aqui, ainda são necessárias algumas reflexões sobre o processo de municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos, analisando seus possíveis impactos e mudanças nestes museus paulistas.

A. Ainda haverá uma rede de museus?

Antes de indagar se após o processo de doação dos acervos estaduais aos municípios do interior, conhecido como *municipalização*, ainda haverá uma rede de museus, cabe a seguinte pergunta: Em algum momento houve, de fato, uma Rede de Museus Históricos e Pedagógicos? Sabe-se que estes museus, a partir de 1958, passaram a ser entendidos como componentes de um único grupo – conjunto – mas será que eles realmente se articularam em rede?

Conforme já abordado, o idealizador dos quatro primeiros Museus Históricos e Pedagógicos de São Paulo, Sólon Borges do Reis, não tinha a intenção de que tais museus fossem acrescidos de outros nesta modalidade, e muito menos que estas instituições formassem uma rede. Apenas sob a direção de Vinício Stein Campos, estas primeiras quatro instituições, juntamente com as demais, criadas ao longo das décadas de 1960 e 1970, ganharam este *status*. Porém, o que havia nesse conjunto de museus para que fossem definidos como rede? Aliás, o que se entendia por rede naquele momento?

Ao observar os textos de Vinício Stein Campos, pode-se intuir que seu conceito pessoal de rede se aproximava muito mais do entendimento de um grupo de instituições, aglutinadas por uma determinada tipologia, submetidas a determinadas regras e metodologias de formação e funcionamento, sob a direção de uma gestão unificadora, do que a um conjunto de instituições articulando-se em mútuo apoio, buscando alcançar ganhos para todas as partes envolvidas. Tal pressuposto pode ser percebido no Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos[67] onde, em momento algum, são mencionadas ações integradas entre os atores da rede; pelo contrário, definem-se normativas de funcionamento destas instituições intensamente

[67] Ato n° 19, de 30 de abril de 1957.

“fechadas em si mesmas”, sugerindo que busquem apoio em estabelecimentos alheios à rede, como o Museu Paulista e o Arquivo do Estado de São Paulo.

Tomando-se como base o conceito de rede comumente adotado nos dias atuais – como conjunto de interligações, “conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 1999, p. 566), onde as fontes potenciais são conjugadas de maneira que toda e qualquer delas possa ser acessada e usufruída pelos elos a ela ligados e dependentes, caracterizada por uma organização horizontalizada, onde seus sujeitos são interligados em termos igualitários, sendo salvaguardada sua autonomia, no entanto, detendo cada um deles a corresponsabilidade nas articulações (LACASTA, 2009) – certamente aqui a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos não se enquadraria.

Por outro lado, ao se utilizar o conceito de sistema para entender o funcionamento deste conjunto de museus, talvez se encontre aporte maior nele, considerando-se que configura um grupo de elementos inter-relacionados, em regime hierárquico de dependência entre seus componentes, verticalizado, possuindo diretrizes e protocolos preestabelecidos por uma liderança em que prevalece o objetivo a alcançar (LACASTA, 2009, p. 24).

Porém, é imprescindível frisar que “rede” e “sistema” são termos polissêmicos, inter-relacionando-se sob várias perspectivas, sendo entendidos de formas distintas por diversos teóricos. Sendo assim, é possível que sejam interpretados de outras formas, mas ao se adotar a interpretação mais comum destes termos, sabe-se que são confundidos com frequência, usados indiscriminadamente, fazendo com que organizações com perfil de sistema sejam equivocadamente tratadas como rede, e vice-versa. Ana Azor Lacasta sentencia:

> No obstante, un repaso por algunas de las redes y sistemas de Iberoamérica nos demuestra que los términos no siempre designan los tipos de asociación que se han descrito en estas definiciones, que uno y otro se utilizan indistintamente y que, por ejemplo, estructuras claramente jerarquizadas a partir de una administración pública, que entran perfectamente en la definición de sistema son denominadas redes (LACASTA, 2009, p.24).

De qualquer forma, ao analisar a organização que Vinício Stein Campos deu aos Museus Históricos e Pedagógicos, nota-se que não se enquadraria, exatamente, a nenhuma das definições acima mencionadas. De fato, estas instituições, até poucos

anos atrás, realmente não trabalhavam em sistema, muito menos em rede. Não possuíam estratégias de ação conjunta, colaborativa. Na realidade, praticamente desconheciam a existência umas das outras. Como exemplo desta falta de comunicação entre os entes da "Rede" de Museus Históricos Pedagógicos, pode-se citar a documentação encontrada em pesquisas realizadas nos arquivos do MHP Prudente de Moraes, em Piracicaba, onde sua primeira gestora registrou todas as atividades de parceria com outras instituições museológicas, sendo que estas, em sua maioria, relacionavam-se com museus alheios à rede. Poucas são as informações que sinalizem alguma interação entre os museus idealizados por Stein.

Neste contexto, torna-se interessante retomar as informações de Waldisa Rússio, em texto concebido no ano de 1976, intitulado *Algumas considerações sobre uma política cultural para o Estado de São Paulo*, quando já nesse período aponta saídas de gestão à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, propondo o que pode ser entendido como o embrião do Sistema Estadual de Museus. Essa autora partiu da observação de que parte destes museus deveria retornar aos municípios (municipalização) que possuíssem meios de sustentá-los e dinamizá-los, devendo o Estado prover assessoramento técnico permanente a essas instituições; da mesma forma, sugere que alguns desses museus tornem-se de caráter regional, sendo tutelados pelo Estado, e menciona a "*sistematização* (ainda inexistente) da chamada 'rede' de museus do Estado".

Ainda, em relação ao cenário cultural geral de São Paulo, Waldisa evoca a necessidade da celebração de convênios intersetoriais e entrosamento das entidades congêneres, buscando a articulação em parcerias (sistemas/redes) nas diversas áreas da cultura, incentivando seu fortalecimento (GUARNIERI, 1976, pp. 57-68).

A partir dessas declarações fica nítido o entendimento de que, na época, a suposta "Rede" de Museus Históricos e Pedagógicos deveria adotar, realmente, a articulação conjunta, porém mais similar ao que se entende por sistema do que por rede, dadas as menções sobre a liderança do Estado neste processo de gestão e articulação. Mas que fique claro: aqui, a *liderança* do Estado difere completamente de *protagonismo* do Estado na gestão.

Com as iniciativas da Secretaria de Estado da Cultura em 1979, para a formação da Comissão de Dinamização dos Museus, possivelmente baseando suas primeiras ações nos resultados do diagnóstico realizado por Waldisa Rússio poucos anos antes

(1976), sobre a situação dos museus paulistas, deu-se início a uma ampla discussão em relação ao destino e relevância da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos que, por sua vez, culminou na reflexão, mais tarde mencionada por Beatriz Cruz, em 1990: “A quem compete gerir um patrimônio cultural? Deve o Estado determinar a coleta e a preservação da memória local?” (CRUZ, 1990).

Tais questionamentos fomentaram o entendimento de que, além da incapacidade do Estado em gerir esses museus, não haveria sentido que eles fossem administrados pelo poder estadual, dado o caráter eminentemente local da maior parte dessas coleções. E embora a solução coerente para essas instituições fosse sua devolução, de fato, aos seus municípios-sede, de maneira nenhuma poderiam ser deixadas à própria sorte, sem o assessoramento técnico do Estado, pois este anteriormente falhou em prepará-las para sua autogestão. Sendo assim, neste encadeamento de fatos e ponderações, nasceu a ideia do Sistema de Museus do Estado, como articulador das instituições museológicas paulistas e, sobretudo, estimulador de sua atuação colaborativa, estabelecendo sinergias locais e regionais.

A partir da criação oficial do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, tendo como uma de suas principais responsabilidades “promover a adoção de medidas visando à gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado” (Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986), sendo este também responsabilizado pelo apoio a essas instituições, torna-se evidente o intuito de dissolver a denominada Rede de Museus Históricos e Pedagógicos – que nunca atuou de fato como rede –, sendo esta absorvida pelo Sistema de Museus do Estado, ao qual se pretendia, eficazmente, a articulação de ações técnicas e estruturantes, com vistas ao amadurecimento desses museus e potencializando as trocas entre tais instituições.

Também neste sentido, o sistema tinha como objetivo aproximar as instâncias municipais, estaduais e federais, trazendo representantes de todas elaspara as discussões de políticas públicas museológicas e sua implementação. Buscava-se uma sinergia verdadeira no setor museológico do Estado.

Maria Ignez Mantovani, em entrevista para a concepção da atual pesquisa, traz um dado muito interessante sobre sua leitura em relação ao Sistema Estadual de Museus, hoje:

> Isto posto **(a criação do Sistema de Museus)**, era uma ideia, um jeito de alavancar uma força muito maior para a área, criando seminários, criando capacitação, criando trocas técnicas. É engraçado, porque muitas coisas que eu vejo hoje **(na atuação e articulação do Sistema Estadual de Museus)** estavam neste embrião (FRANCO, 2014. Grifos da autora).

A partir desta fala, observa-se o longo trajeto percorrido pelo Sistema Estadual de Museus: cerca de 28 anos para que realmente alcançasse um efetivo funcionamento sistêmico, onde tal estrutura favorecesse o apoio mútuo desses museus para inseri-los – por meio de seus representantes regionais, eleitos pelos profissionais de instituições museológicas e culturais de cada uma das regiões administrativas do Estado de São Paulo – nas discussões sobre políticas públicas e distribuição igualitária das ações de apoio técnico promovidas pelo poder estadual. Embora se saiba que tais conquistas são muito recentes, necessitando de fortalecimento e consolidação, pode-se intuir que o projeto de gestão baseado na articulação em sistema, apesar da fragilidade da maior parte das instituições envolvidas, vem se estruturando de forma positiva e possui boas perspectivas para o futuro.

Ainda há muito a desenvolver para que este sistema trabalhe de forma plenamente satisfatória, atingindo níveis significantes de engajamento pelos equipamentos museológicos de todo o Estado. Talvez este seja seu maior desafio atual: conquistar e convencer os gestores dos museus de todo o Estado a se envolverem com as atividades do sistema, colocando-se não apenas como "consumidores" das ações técnicas do Estado, mas como fontes potenciais de apoio às demais instituições envolvidas nesta modalidade de gestão participativa.

B. Os impactos da mudança de gestão

A doação dos acervos estaduais aos municípios que os sediam, conforme já vislumbrado no capítulo anterior, podem (e devem) trazer grandes modificações a estas instituições museológicas. Podem-se elencar, entre várias possibilidades de alteração: a legitimação de investimentos municipais para a salvaguarda destes acervos e demais atividades do museu; o provimento de cargos efetivos para estas instituições; a tomada de consciência dos gestores públicos municipais sobre sua responsabilidade junto a seus museus; a inserção da comunidade nas decisões relativas ao museu; e acima de tudo, o incentivo à estruturação, tanto técnica quanto

administrativa, que o processo de municipalização pode trazer a estes novos museus municipais.

No entanto, como mencionado, estas mudanças “podem” acontecer, mas a maioria não é garantida. Vê-se aqui a dependência direta das vontades políticas para que estas modificações em potencial se efetivem, a saber, a municipalização não possui efeitos “mágicos” que sanem todos os problemas destas instituições museológicas; na verdade, ela os evidencia. Sua potencialidade reside exatamente neste ponto, onde apresenta tanto ao poder público estadual, quanto ao municipal e à comunidade local as fragilidades destes museus, e chama a atenção para a necessidade (e possibilidade) de transposição destes problemas e a ressignificação destas instituições, por meio da regularização de seu *status* legal e profissionalização de suas atividades.

Na verdade, ao se observar os procedimentos adotados desde a Comissão de Dinamização de Museus, entre 1979 e 1982, objetiva-se o fortalecimento destas instituições museológicas do interior (por meio do desenvolvimento de atividades técnicas estruturantes, bem como o incentivo à articulação mútua entre seus pares), passa-se pela formação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo em 1986 (buscando articular estes museus entre si e fornecer-lhes apoio técnico), avança-se para a metodologia de trabalho concebida durante a primeira etapa das municipalizações em 1994 (visando a instrumentalizar estes museus por meio de convênios, para sua posterior doação aos municípios). Um pouco mais adiante, nos anos 2000, na segunda etapa das municipalizações, encontram-se as estratégias de ampliação da capacitação profissional às equipes destas instituições, até a fase atual, compreendendo o período entre 2008 e 2014, com a busca da qualificação profissional e administrativa destes museus, investindo em assessorias técnicas que resultaram na concepção de planos museológicos e acompanhamento técnico continuado aos museus em municipalização. E finalmente se notará que muitas e diversas foram as tentativas de sanar as falhas estruturais e de gestão das instituições pertencentes a esta rede; todavia, boa parte delas se mostrou ineficaz.

Embora, obviamente, tais ações tenham surtido muitos frutos positivos, na verdade, estes não alcançaram, nem de longe, os resultados esperados. Tal fato tornou-se evidente em 2012, quando o Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus efetivou uma pesquisa detalhada sobre as ações realizadas pelo sistema desde a sua formação (1986), constatando, por exemplo, que nestes 28 anos

de existência, sempre investiu de forma consistente e perene na capacitação dos profissionais do interior, por meio de cursos, oficinas, palestras e estágios técnicos. Entretanto, a falta de pessoal capacitado nestas instituições continua sendo uma das maiores queixas dos gestores municipais, e os pedidos por ações de formação na área museológica se encontram como uma das maiores demandas do sistema na atualidade. Afinal, por que ainda não foram alcançados os resultados planejados? Onde foram parar os funcionários capacitados ao longo dos últimos 28 anos?

Mesmo entendendo que parcela razoável da ineficácia destas atividades é devida a equívocos metodológicos por parte do Estado e à falta de investimentos em proporção adequada, há que se reconhecer que, da mesma forma, grande parte da motivação para o fracasso de muitas ações de apoio a esta rede de museus recai sobre as estruturas precárias de gestão de boa parte dos municípios que sediam estas instituições museológicas. Infelizmente, há um grande despreparo na gestão pública municipal e, em especial, em relação à Cultura. Não se pode ignorar que tais museus, pertencentes à rede, foram criados em comum acordo com as prefeituras dos municípios-sede e, na maior parte, por meio da solicitação formal dos representantes legais destas cidades. Sendo assim, estes também assumiram a responsabilidade, partilhada com o Estado, de gestão destas instituições museológicas.

Tais dificuldades das gestões públicas municipais, já em 1977, foram abordadas por Waldisa Rússio em sua dissertação de mestrado, baseada em sua experiência profissional como funcionária da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. Nesse estudo, Rússio aponta, entre as ideias centrais, a defasagem entre a modernização de outras organizações públicas e a estrutura precária dos museus, os resquícios coloniais que permanecem nas instituições culturais, em especial, relacionados aos recursos humanos e às relações de trabalho.

Nesse estudo, intitulado *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*, a autora efetua um apanhado histórico sobre os museus brasileiros e analisa seu sistema de gestão como um todo. Aqui, interessa relembrar o que ela demarca a partir do início da República, frisando algo que muito impactou e ainda impacta os museus na atualidade: a elitização não apenas do espaço, mas de seus funcionários. Descreve, baseando-se em Sérgio Buarque de Holanda, a trajetória acarretada pelo declínio do café e a mudança das famílias nobres para os centros urbanos, onde seus filhos começavam a ocupar funções públicas, porque estas ainda representavam certo poder, e completa:

> Como há, no brasileiro, um apego virtual às coisas da inteligência, dentro da própria burocracia se vai criar o conceito de que os mais inteligentes e talentosos dirigir-se-ão para as coisas da educação e da cultura, e, entre elas, o museu, ao qual agregam um conteúdo quase religioso (GUARNIERI, 1977, p. 42).

Nas décadas de 1940 e 1950, o crescimento econômico impulsionou os serviços públicos a se especializarem e se modernizarem a fim de fornecer uma estrutura adequada à industrialização. Nesse momento, São Paulo instituiu a contratação de muitas funções públicas por meio de concursos, almejando admitir profissionais mais qualificados para a racionalização do serviço público. No entanto, a área da Cultura não acompanhou tal onda de especialização (nem em nível estadual, nem em nível municipal).

Prosseguindo, a autora constata um problema crucial, que toca tanto a forma de gestão do Estado quanto das instituições museológicas nos municípios: a administração monocrática e autocrática, centrada em pessoas e não em procedimentos-padrão:

> O estilo de administração adotado não se baseia em sistemas, nem em grupos, mas na PESSOA; a incipiente rotinização se faz em termos das características da personalidade do chefe e não em função de normas objetivas; não há delegação de poderes (principalmente ao nível da direção central), e nem preocupação em formar equipe (GUARNIERI, 1977, p. 106).

A gestão que gira em torno de uma pessoa e não de objetivos claros e normas padronizadas, obviamente tende ao fracasso, tão logo essa “tal” pessoa se afaste da função, visto que o que rege a administração se baseia nas ideias pessoais de um único indivíduo. Aliás, um exemplo forte disto é a própria criação da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos. Passados os anos áureos do entusiasta e idealizador da rede, Vinício Stein Campos, quando este começou a ganhar mais idade e a se afastar dos cuidados diretos destas instituições museológicas, viu-se o declínio delas, e de igual forma, a perda de seu sentido de ser. Suas características e sentido foram enfraquecendo, juntamente com o alcance da influência de seu idealizador.

Com relação à especialização dos indivíduos (distribuição de tarefas e responsabilidades), a autora, fazendo uma comparação com a capital, inicia seu

discurso mencionando que “[...] no interior é quase ridículo pensar em divisão de trabalho pelo simples fato de inexistir com quem [...]” (GUARNIERI, 1977, p. 114). De fato, este é um problema que persiste até os dias atuais, salvo raras exceções, e que traz consigo uma parcela expressiva dos problemas destes museus.

Ainda sobre a ausência da divisão de trabalho nos museus do interior paulista, Guarnieri continua sua fala sobre a tendência desse em fomentar a autocracia, até como uma ferramenta defensiva dos gestores destas instituições, e relembra:

> Esta falta de especialização, que vai ser quase um denominador comum, gerará um diletantismo nocivo e reflexo de anseios de afirmação ou ascensão social que, por sua vez, impedirá a percepção da necessidade de racionalizar as atividades humanas no museu através da divisão de tarefas de acordo com características pessoais (biológicas, intelectuais, profissionais, habilidades específicas) de quem vai prestar os serviços (GUARNIERI, 1977, p. 115).

A partir disto, entra-se na discussão sobre o que é, possivelmente, um dos maiores problemas das estruturas de gestão dos museus do interior e que, segundo Waldisa Rússio, é uma realidade há muito vivenciada nestas instituições: a falta de formalismo, tanto nas relações de trabalho destes museus, como na gestão cultural como um todo. De acordo com a autora, o formalismo, de maneira sucinta, implicaria uma relação administrativa entre cargos e não entre indivíduos, ou seja, num relacionamento impessoal e formal. Tal formalismo “implica, ainda, normas que devem ser cumpridas para que a organização se mantenha (não se desestruture); essas normas devem ser objetivas e impessoais, prevendo relacionamento entre cargos e desempenho de funções atribuídas”. No entanto, aqui reside um dos conflitos que têm impedido o crescimento e a vitalidade destes museus; enquanto a sociedade vem buscando a racionalização e modernização na gestão pública, depara-se com uma instituição (museu) que resiste a esta dinamização, tanto em sua administração e organização de trabalho, quanto no recrutamento e divisão de tarefas de seu pessoal (GUARNIERI, 1977, pp. 115-118).

Sobre a forma de escolha dos dirigentes destas instituições nos municípios interioranos, Waldisa Rússio ressalta os traços expressivos do paternalismo político e a “velha estrutura patriarcal”, onde as influências familiares são determinantes nestas escolhas. Tal fato reflete-se na resistência que tais dirigentes, inseguros de suas funções em relação às tentativas de racionalização das atividades museológicas, bem

como na formalização de seus procedimentos e distribuição de cargos e funções. A despersonalização das atividades museológicas se torna ameaça a estas gestões autocratas. Desta maneira, os museus se tornam pequenos feudos, onde a profissionalização e a qualificação fazem-se, praticamente, inviáveis.

É alarmante notar que estas constatações, realizadas nos anos de 1976 e 1977, mostrem-se tão atuais, mesmo depois de quase 38 anos de sua menção. Embora existam exemplos de mudança na estratégia de administração da cultura em algumas prefeituras do Estado, infelizmente a maioria ainda administra seu sistema cultural de forma amadora, e seus museus, por sua vez, inserem-se neste contexto de precariedade, administrados com metodologias "caseiras", dada a falta de interesse por parte da gestão pública municipal. E quando há interesse, faltam conhecimento e pessoal da área museológica.

Como já mencionado, aqui não há a inocência de acreditar que a municipalização destes museus seja capaz de sanar todas estas falhas e lacunas que possuem e vêm se arrastando desde sua formação. No entanto, o que se espera é que, de alguma forma, este processo de doação dos acervos estaduais aos municípios configure-se como um momento de reflexão e ressignificação dos museus pertencentes à até então conhecida Rede de Museus Históricos e Pedagógicos. Vive-se um momento muito favorável para os museus em relação a políticas públicas e ao reconhecimento da sua importância por parte da sociedade. Obviamente, ainda se está longe de alcançar uma aceitação satisfatória dos museus pela população em geral, mas há uma abertura maior para que este cenário seja modificado.

A municipalização se apresenta como um momento muito propício para que uma série de equívocos sobre os conceitos de missão e gestão destas instituições sejam corrigidos e modernizados. Além da correção das contradições jurídicas, que dizem respeito à ingerência administrativa em relação a recursos municipais aplicados em acervos estaduais, o ensejo da doação destes acervos aos municípios também permite a *formalização* de museus de fato: municipais, criados por decreto ou lei municipal, onde se busca, com o maior afinco possível, prever estruturas mínimas de gestão a estas instituições, como organograma básico, provido por cargos efetivos do quadro da prefeitura (abrindo a possibilidade de concursos públicos para cargos específicos ao museu e funções especializadas) e garantia de dotação orçamentária para o sustento de tais instituições museológicas.

Guarnieri elucida:

> Quando, através de um ato jurídico ou político se define a existência de um museu, a rigor dever-se-ia, também, defini-lo formalmente, isto é: fixar-lhe a estrutura organizacional, as relações hierárquicas, os cargos, suas respectivas atribuições e pré-requisitos para preenchimento, etc. Definir-se-iam, assim, as funções técnicas e as políticas (de mando); a hierarquia nada mais seria que a sistematização das relações entre os cargos, considerados estes como o resultado da alocação de direitos e normas (não de habilidades), e pressupondo uma certa coesão entre os membros do grupo. A delegação de atribuições, como observa Thompson, seria exceção ao princípio que orienta a hierarquia, pois implicaria uma criação de relações a partir de autoridade não hierárquica, ao recair principalmente em técnicos ou em funcionários mais aptos (GUARNIERI, 1977, p. 116).

A *formalização* destes museus, no âmbito municipal, fornece subsídios concretos (legais) para que seus munícipes tenham a possibilidade de exigir as devidas providências por parte dos gestores municipais, para salvaguarda e extroversão destes acervos. Somando-se a isto os procedimentos exigidos para a doação destes acervos, propiciam também, por meio da realização de audiência pública e orientações básicas sobre a necessidade de formação de conselho consultivo para apoio à gestão das instituições, uma aproximação da população local; aproximação que depende, principalmente, do interesse público.

Ao longo de toda esta pesquisa, ao analisar os relatos de ex-funcionários da Secretaria de Estado da Cultura, dos municípios do interior paulista, documentação histórica, processos e relatórios técnicos, planejamentos e relatórios finais, ligados à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, torna-se evidente que a doença crônica que assola tais instituições, desde sua fundação, é a *descontinuidade.* A *descontinuidade* do planejamento institucional para estes museus, que ficam à mercê das trocas de governo que, normalmente descontentes com as políticas que os precederam, na nova gestão apagam o que anteriormente foi realizado e retrocedem nos projetos desenvolvidos para estas instituições. A *descontinuidade* no investimento de recursos humanos e financeiros, onde as equipes formadas, com frequência são dissolvidas pouco tempo depois, por se tratar de funcionários desviados de suas funções originais dentro das prefeituras municipais, gerando total instabilidade nas ações de estruturação dos museus. Do mesmo modo, a *descontinuidade* no investimento de recursos financeiros, onde projetos são iniciados e dificilmente concluídos por terem seus recursos empenhados em outras despesas municipais. A rotatividade dos gestores destes museus, bem como seus funcionários e, em muitos casos, dos gestores municipais de Cultura (que ditam as diretrizes a adotar por estas instituições) intensifica ainda mais a instabilidade destes equipamentos culturais.

Ao que tudo indica, o que se busca com o ensejo desta nova etapa de municipalização (e espera-se que seja a última), é a profissionalização e formalização destes museus, de forma que ingressem nas tendências de modernização da gestão pública e alcancem, deste modo, a estabilidade necessária para que possam, de fato, atuar como instituições de salvaguarda do patrimônio histórico-cultural destes municípios, como potenciais produtores de conhecimento e reflexão sobre esse patrimônio. Aqui, intenta-se a reversão do cenário encontrado por Waldisa Rússio nos anos de 1970, quando descreve a seguinte realidade destes museus:

> Museu-arquivo, museu-apêndice, museu indefinido, museu não especializado; exposição não expositiva; não valorização das exposições temáticas especiais; museus sem centro de interesse definido, não especializados no que diz respeito à área museológica e não especializados no que diz respeito às suas outras funções técnicas (pesquisa, serviços educativos, comunicação cultural, etc.) (GUARNIERI, 1977, p. 113).

C. Balanço geral sobre a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos

> Devo, enfim, confessar que estou mais interessado em trazer a cidade para o museu do que levar o museu à cidade [...]
>
> (Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses)

Reconhece-se como preliminar o estudo aqui realizado. Certamente a história, a trajetória e os resultados do processo de municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo, bem como de alguns outros museus estaduais localizados no interior requerem ainda muito aprofundamento, dadas as suas características tão singulares e peculiaridades de cada caso, sempre único. No entanto, por meio deste estudo foi possível vislumbrar um pequeno recorte deste tão significativo episódio da história dos museus paulistas, e entender um pouco melhor como se deu e seus antecedentes.

Em um de seus principais pontos, torna-se relevante compreender que a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos se tratou, na realidade, de uma herança da Secretaria de Estado da Educação à Secretaria de Estado da Cultura. De fato, a primeira não foi projetada dentro da Cultura e, por consequência, trouxe consigo as características conceituais de “secretaria-mãe”. Sendo assim, não se deve admirar

que ao adentrar na recém-criada Secretaria da Cultura (1979) haveria grande impacto, tanto de caráter conceitual como administrativo.

Por um lado, os novos gestores estaduais da Cultura viam a necessidade de mudança da missão, dos objetivos e da função social de tais museus, trabalhando sob a ótica de preservação do patrimônio histórico-cultural local – o que, de forma alguma, seria tarefa fácil ou curta. Por outro lado, tiveram que lidar com uma herança de mais de 50 museus por todo o Estado de São Paulo, para os quais não possuíam estrutura nem pessoal, e muito menos recursos financeiros. Para uma secretaria recém-criada, em período de estruturação, tal responsabilidade foi muito maior do que se poderia suportar naquele momento. Nesse contexto, é compreensível que, durante a década de 1980, essas instituições museológicas tenham enfrentado longos períodos de indefinição (indecisão) sobre como proceder e como operacionalizar as mudanças necessárias a cada uma delas.

Pode-se tomar também, como um de seus principais pontos, o reconhecimento do início de sua trajetória, com base real nos apontamentos e trabalho de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, por meio dos estudos decorrentes da Resolução de 17 de maio de 1976, que indicou a necessidade de realização de um diagnóstico amplo das instituições museológicas do interior e capital. Visava-se à concepção de diretrizes para um programa de dinamização desses museus do Estado quando, de fato, havia uma análise franca da situação desses museus do interior e sugeria-se, como possibilidade de estruturação e retomada de sentido dos programas, a doação desses acervos aos municípios que apresentassem condições de geri-los adequadamente. Da mesma forma, os primeiros apontamentos sobre a sistematização (atuação em sistema) dos equipamentos museológicos do Estado também nasceram nesse momento, advindos dos estudos de Guarnieri.

É interessante notar que os passos seguintes na história da municipalização dessa rede de museus ligam-se, em diversos momentos, ao legado de Waldisa, deixado por meio de seus alunos, integrantes das primeiras turmas do Curso de Museologia por ela formado e ministrado. É difícil não notar que praticamente todos os profissionais que estiveram à frente da questão da municipalização, e igualmente da criação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo – também em virtude do processo de municipalização – foram alunos de Waldisa Rússio e trabalharam em contextos próximos aos dela. Da mesma forma, verifica-se um encadeamento dos pressupostos estabelecidos por Waldisa em seu artigo: *Algumas considerações sobre*

uma política cultura para o Estado de São Paulo (1976), nas ações que precederam a formalização dos primeiros procedimentos da municipalização, e ainda na motivação que se dava para a realização de tal processo. Trata-se de constatação relevante.

Ainda sobre o processo de formação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, fato também relacionado às municipalizações e à necessidade de ressignificação desses museus do interior – outro capítulo muito importante na história da museologia paulista – faz-se necessário o desenvolvimento de estudos mais aprofundados. Neste sentido, é animador saber que já há projetos de pesquisa sobre tal episódio, em desenvolvimento por Luiz Fernando Mizukami, também aluno da primeira turma do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo[68].

D. A transformação identitária dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo

Desde o momento de sua municipalização, cada Museu Histórico e Pedagógico, além dos desafios de uma nova forma de gestão, enfrentará um desafio ainda maior, o de sua ressignificação. Este é um momento crucial de escolha de seu futuro junto às suas comunidades: tais museus pretenderão ser meramente municipais ou, muito mais do que isto, buscarão ser verdadeiros *museus de cidade*?

Toma-se aqui como conceito de *museu de cidade*, aquele proposto por Ulpiano T. Bezerra de Meneses, defendendo que “o museu de cidade deve ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e no seu presente), fruí-la, discuti-la, prever seu futuro, enfim, amá-la e preocupar-se com ela e agir em consequência”, e continua exemplificando que tal modalidade de instituição “deve, pois, dar conta da cidade – o que não quer dizer, é óbvio, esgotar esse objeto de atenção, mas enfrentá-lo na sua complexidade [...]” (MENESES, 2003, p. 260).

É certo que muitas dessas instituições museológicas, ao longo dos anos, independentemente do título de posse legal de seus acervos, foram paulatinamente tomando a forma de museu de cidade, explorando-a como foco central de discussão e estudos. No entanto, é notório que em sua maioria, os Museus Históricos e

[68] Tal pesquisa, intitulada *Sistemas de museus: atuação em rede, objetivos compartilhados – um estudo a partir do SISEM-SP*, propõe-se a estudar as alterações mais recentes no Sistema Estadual de Museus de São Paulo, resultado da nova legislação vigente na área museológica, buscando práticas modelares e projeção de novos parâmetros para atuação em sistemas e redes (I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM MUSEOLOGIA, 2013).

Pedagógicos se encontram longe deste conceito, apresentando-se como instituições rígidas, de discurso enciclopédico, afastadas dos focos de interesse de seu público central, alheias às renovações museológicas deste tempo.

Embora sabendo que não há (e nem deve haver) um modelo único de museus de cidade, necessitando tais instituições fazer uso de "soluções adaptadas a condições locais" e aos anseios de suas comunidades, Meneses dá bons indícios do que poderia ser um "norte" para a reestruturação conceitual destes novos museus municipais, mencionando que eles deveriam considerar a cidade como foco de estudo sob três aspectos: a) a *cidade como artefato*, entendida como segmento natural socialmente apropriado, o qual, de acordo com determinados padrões sociais, ganha "forma, função e sentido"; b) *como campo de forças*, local de "tensão, conflitos, interesses, energias em confronto constante, de natureza territorial, econômica, política, social, ideológica, cultural..."; c) *como representações sociais*, dando conta da complexidade existente nos imaginários sociais, nos valores, ideologias, expectativas, identidades e litígios da memória (MENESES, 2003, pp. 161-264).

Possivelmente, era a isto que Beatriz Cruz se referia em 1990, ao mencionar que a municipalização não deveria, de forma alguma, ser confundida com "prefeiturização" desses museus. Trata-se de algo muito maior, de uma proposta de devolução do patrimônio cultural a quem lhe é de direito, à população que constituiu essas coleções e, verdadeiramente, vê sua trajetória ali representada. A formalização da posse legal desses acervos por parte dos municípios, embora seja uma atitude de grande apoio à gestão dos museus, não passa de formalidade legal, residindo seu maior valor nas possibilidades que se abrem de correção dos erros passados, cometidos na formação desta rede de museus, e de sua ressignificação perante a sociedade.

REFERÊNCIAS[69]

ARQUIVOS

Arquivo do Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina. Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina, Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, Pindamonhangaba-SP.

Arquivo do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Cesário Motta Júnior. Museu Histórico e Pedagógico Dr. Cesário Motta Júnior, Prefeitura Municipal de Capivari, Capivari-SP.

Arquivo do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes. Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, Prefeitura Municipal de Piracicaba, Piracicaba-SP.

Arquivo do Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, SISEM-SP.

Arquivo dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, UPPM-SEC-SP.

Arquivo Vinício Stein Campos. Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, UPPM – SEC-SP.

BANCO DE DADOS/ BASE DE DADOS

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (São Paulo). Universidade de São Paulo. **Catálogo Eletrônico IEB/USP.** 2014. Disponível em: <http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/>. Acesso em: 9 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Museu Histórico Nacional. Instituto Brasileiro de Museus. **Biblioteca Virtual/ Museu Histórico Nacional.** 2014. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 5 jun. 2013.

[69] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. **Base de Legislação do Estado de São Paulo.** 2013. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/leis/legislacao-do-Estado/>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Governo do Estado de São Paulo. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo.** 2014. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/banco-de-dados/>. Acesso em: 1 jun. 2014.

SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Governo do Estado de São Paulo. **Escritórios Regionais:** Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. 2014. Disponível em: <http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=50&idd=151#descricao>. Acesso em: 9 mar. 2014.

SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Universidade de São Paulo. **DEDALUS:** Banco de dados bibliográficos da USP. 2013. Disponível em: <http://dedalus.usp.br/F?RN=8358199>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SÃO PAULO. Imprensa Oficial. Governo do Estado de São Paulo. **Diário Oficial.** 2013. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 26 maio 2013.

ENTREVISTAS/DEPOIMENTOS

CRUZ, Beatriz Augusta Correa da. *A municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos*. São Paulo, 1 abr. 2014. Entrevista a Ana Carolina Xavier Ávila.

FRANCO, Maria Ignez Zuccon Mantovani. *A municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos*. São Paulo, 6 mar. 2014. Entrevista a Ana Carolina Xavier Ávila.

JOBST, Diná Terezinha Camarinha Queiroz. *A municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos*. São Paulo, 12 mar. 2014. Entrevista a Ana Carolina Xavier Ávila.

LOPES, Maria Cristina Lopes. *A municipalização do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato*. Taubaté, 18 abr. 2014. Entrevista a Ana Carolina Xavier Ávila.

MACHADO, Cecília de Lourdes Fernandes. *A municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos*. São Paulo, 26 fev. 2014. Entrevista a Ana Carolina Xavier Ávila.

VIEIRA, Ana Maria da Costa Leitão. *A municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos*. São Paulo, 24 fev. 2014. Entrevista a Ana Carolina Xavier Ávila.

LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS JURÍDICOS

BRASIL. Decreto-Lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938. Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 22 dez. 1938.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 10 abr. 1939.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.077, de 8 de março de 1940. Cria, em São Miguel, Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, o Museu das Missões. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 11 mar. 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.096, de 29 de março de 1940. Cria, na Cidade de Petrópolis, o Museu Imperial. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 30 mar. 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.483, de 23 de abril de 1945. Cria o Museu do Ouro. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 25 abr. 1945.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 jan. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei nº 15.961, de 14 de agosto de 1946. Dispõe sobre instituição da Casa Euclideana. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 26.218, de 3 de agosto de 1956. Dispõe sobre a instalação de Museus Históricos e Pedagógicos em Batatais, Campinas, Guaratinguetá e Piracicaba. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 4 ago. 1956.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 30.324, de 10 de dezembro de 1957. Dispõe sobre a instalação de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 11 dez. 1957.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 33.980, de 19 de novembro de 1958. Dispões sobre a complementação da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado e dá

outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 20 nov. 1958.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.101, de 25 de junho de 1963. Institui a título precário, na Secretaria da Educação, o Serviço de Museus Históricos. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 49.165, de 29 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultural, educação física, esportes e turismo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 4.093, de 26 de julho de 1974. Altera a estrutura da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 7.730, de 23 de março de 1976. Reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979. Cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986. Institui o Sistema de Museus do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**.

SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989. Dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994. Autoriza a Secretaria da Cultura a celebrar convênio com municípios do Estado, objetivando a transferência para a administração pública municipal de museus estaduais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 39.395, de 19 de outubro de 1994. Substitui anexo e altera a redação de dispositivo que especifica do Decreto n. 38.947, de 26 de julho de 1994. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 9.475, de 30 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a normatização de audiência com a comunidade científica. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 44.735, de 3 de fevereiro de 2000. Autoriza a doação, a Municípios Paulistas, dos acervos dos museus pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Parecer PA nº 239, de 8 de julho de 2004. Bem público. Acervo de museus estaduais. Doação a Prefeituras Municipais, nos termos do Decreto estadual n. 44.735, de 3 de março de 2000. Artigo 272 da Constituição do Estado que alcança o patrimônio cultural e científico. Interpretação da norma regulamentar de forma a conformá-la com o artigo 272 da Constituição estadual. **Procuradoria Administrativa do Estado**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Parecer CJ/SC nº 249, de 25 de maio de 2004. Contrato de doação - Avaliação dos bens - dispensa de licitação - Aplicação das condicionantes do Art. 272 da CE - Dúvida suscitada - Dissensão do parecer PA 104/2004. Extensibilidade dos requisitos do art. 272 da CE aos museus da Secretaria da Cultura. **Consultoria Jurídica - Secretaria de Estado da Cultura**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Parecer PA nº 104, de 26 de março de 2004. Bem público. Patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da Administração. Venda de animais em leilão. Exegese do artigo 272 da Constituição do Estado. Norma de eficácia plena. Aplicação do princípio da razoabilidade a nortear o papel exegético do operador do Direito. Prevalência dos métodos sistemáticos e finalístico de interpretação. **Procuradoria Administrativa do Estado**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006. Reorganiza a Secretaria da Cultura e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 13.209, de 29 de setembro de 2008. Autoriza a doação do acervo dos museus estaduais aos municípios onde se localizem, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.035, de 2 de junho de 2011. Altera a denominação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo para Sistema Estadual

de Museus - SISEM-SP, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

LIVROS E PERIÓDICOS

BARROSO, Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dolt da Cunha. O Curso de Museus e Regulamento do Curso de Museus. **Anais do Museu Histórico Nacional,** Rio de Janeiro, v. 5, pp.191-204, 1944.

_____. **Introdução à Técnica de Museus.** Rio de Janeiro: Olímpica, 1946.

BOLETIM DOS MUSEUS. São Paulo: Departamento de Museus e Arquivos (DEMA), n. 1, 1990. Trimestral.

_____. São Paulo: Departamento de Museus e Arquivos (DEMA), n. 2, 1990. Trimestral.

_____. São Paulo: Departamento de Museus e Arquivos (DEMA), n. 3, 1990. Trimestral.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre museus.** 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2013. 159 pp.

_____. Instituto Brasileiro de Museus. Ministério da Cultura. **Museus em Números.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2001. Vol. 2.

_____. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO. (Org.). **Museus Históricos e Pedagógicos.** São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 1968. 18 pp. (catálogo).

. Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (Org.). **Museus: o que são, para que servem?** Brodowski: Secretaria de Estado da Cultura, 2011. 131 pp. (Coleção Museu Aberto).

CAMPOS, Vinício Stein. Taunay e a Museologia Histórica. **Revista do Arquivo Municipal,** São Paulo, v. 189, pp.161-167, 1977. Ano 40.

_____. **Elementos da Museologia.** São Paulo: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, s/d. 168 pp. Vol. 1.

_____. **Elementos da Museologia.** São Paulo: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, 1970. 141 pp. Vol. 2.

_____. **Elementos da Museologia.** São Paulo: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, 1972. 207 pp. Vol. 3.

_____. **O menino de Capivari.** São Paulo: Pannartz, 1982. 232 pp.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. 1: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.

CHAGAS, Mário de Souza. **A Imaginação Museal:** Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 2003. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CUNHA, Fabiana Lopes da. Histórias e Memórias de um "Museu Local": O Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos. **Patrimônio e Memória,** São Paulo, v. 4, pp.163-197, 2009.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de Museologia.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 98 pp. Tradução de: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury.

FERNANDES, Lia Silva Peres. Gustavo Barroso e o seu tempo. **Anais do Museu Histórico Nacional,** Rio de Janeiro, v. 35, pp.179-196, 2003.

FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopeia Bandeirante. Letrados, Instituições, Invenção Histórica (1870-1940).** São Paulo: Unesp, 2002.

FIGUEIREDO, Betânia Golçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Museus:** dos Gabinetes de Curiosidade à Museologia Moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

FRANCO, Maria Ignez Zuccon Mantovani. **Museu da Cidade de São Paulo:** um novo olhar da Sociomuseologia para uma megacidade. 2009. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Museologia, Departamento de Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Algumas considerações sobre uma política cultural para o Estado de São Paulo (1976). In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; ARAÚJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes (orgs.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2010. Cap. 2. pp. 57-68. Vol. 1.

. Museus de São Paulo (1980). In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; ARAÚJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes (orgs.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2010. Cap. 7. pp. 103-118. Vol. 1.

_____. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento.** 1977. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Departamento de Escola Pós-graduada de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Herança Rural. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. Cap. 3.

I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM MUSEOLOGIA, 2013, São Paulo. **Caderno de Resumos do I SINPEM.** São Paulo: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, 2013. 181 pp.

LACASTA, Ana Azor. Políticas públicas y redes de museos: articulación y fortalecimento de las instituciones museísticas em Iberoamérica. **Redes de Museos de Iberoamérica,** Espanha, 2009.

LIZOTT, Joana Soster. **O Culto da Saudade no Sul do Brasil:** a influência do pensamento de Gustavo Barroso nos Museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense. 2011. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Museologia, Departamento de Departamento de História e Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

LOVE, Joseph. **A locomotiva:** São Paulo na Federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Museus históricos: da celebração à consciência histórica. In: **Como explorar um museu histórico.** São Paulo: Museu Paulista, 1982. (Apostila de curso).

_____. O museu de cidade e a consciência da cidade. **Seminário Internacional Museus & Cidades,** Rio de Janeiro, pp.255-282, 2003.

_____. Para que serve um museu histórico? In: **Como explorar um museu histórico.** São Paulo: Museu Paulista, 1982. (Apostila de curso).

MISAN, Simona. Os Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. **Anais do Museu Paulista,** São Paulo, v. 16, pp.175-204, 2008.

_____. **A implantação dos museus históricos e pedagógicos do Estado de São Paulo (1956-1973).** 2005. 274 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História Social, Departamento de Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MOUTINHO, Mário Canova. Definição evolutiva da Sociomuseologia: proposta para reflexão. In: **XIII ATELIER INTERNACIONAL DO MINOM**. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, 2007.

NEME, Mário Abdo. Utilização cultural do material de museu. **Anais do Museu Paulista,** São Paulo, pp.7-62, 1964.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÉCAULT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: **Parcerias Público-Privadas.** São Paulo: Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, n. 78, 2013. Anual. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/TEMP/351785b7-f95f-475a-8359-81ce98ef5ecd.pdf>. Acesso em: 01 out. 2014.

SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à Unirio. **Anais do Museu Histórico Nacional,** Rio de Janeiro, v. 39, pp.10-25, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A Escrita do Passado em Museus Históricos.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SCHWARCZ, Lilian K. Moritz. **Os Guardiões da nossa história oficial:** os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros. São Paulo: Idesp, 1989. 79 pp.

SILVA, Tathianni Cristini da. Mário Neme: um intelectual polígrafo. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.** São Paulo: ANPUH-SP, 2011. pp. 1 - 15.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

RELATÓRIOS TÉCNICOS/ DOCUMENTOS TÉCNICOS

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI (São Paulo). Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **Relatório Final de Gestão - Contrato 029/2008:** Período: 14/7/2008 a 13/7/2011. Brodowski: ACAM Portinari, 2011. 126 pp.

COMAMBI PROJETOS (São Paulo). Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **Plano Museológico: Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina.** São Paulo: ACAM Portinari, 2012. 31 pp.

EXPOMUS (São Paulo). Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **Plano Museológico: Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato.** São Paulo: ACAM Portinari, 2010. 82 pp.

RAMOS, Sandra; RUEGENBERG, Luara Palley de Barros. **Procedimento Operacional Padronizado (POP).** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2013. 8 pp. (documento técnico).

SÃO PAULO. Departamento de Museus e Arquivos. **Relatório de Atividades do DEMA e GTSM - 1998.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1998. 19 pp. (relatório técnico).

. Departamento de Museus e Arquivos. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **Relatório de Atividades - 2001.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2001. 18 pp. (relatório técnico).

. Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. **Relatório do Sistema Estadual de Museus de São Paulo - 1986 a 2006.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2006. 32 pp. (relatório técnico).

. Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. **Sistema Estadual de Museus - 2008.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2008. 61 pp. (relatório técnico).

_____. Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **Plano Museológico: Museu Histórico e Pedagógico Dr. Cesário Motta Júnior.** São Paulo: ACAM Portinari, 2010. 84 pp.

. Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. **SISEM - Sistema Estadual de Museus de São Paulo - 2010.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2010. 159 pp. (relatório técnico).

. Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **Relatório de Atividades do Sistema Estadual de Museus de São Paulo - SISEM-SP: 2012**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2012. (relatório técnico).

WEBSITES

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. **Secretaria da Cultura.** 2013. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2013.

. Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **SISEM-SP:** Sistema Estadual de Museus de São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.sisemsp.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2014.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI (Brodowski). Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **ACAM Portinari:** Organização Social de Cultura. 2012. Disponível em: <http://acamportinari.org/>. Acesso em: 7 maio 2012.

PINDAMONHANGABA. Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba. Governo do Estado de São Paulo. **Prefeitura de Pindamonhangaba**. 2014. Disponível em: <http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2014.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal de Taubaté. Governo do Estado de São Paulo. **Prefeitura Municipal de Taubaté.** 2014. Disponível em: <http://www.taubate.sp.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2014.

. Museu Histórico Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato. Prefeitura Municipal de Taubaté. **Museu Monteiro Lobato.** 2014. Disponível em: <http://www.museumonteirolobato.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BRASIL. Instituto de Estudos Brasileiros. Ministério da Cultura. **Museu Histórico Nacional.** 2013. Disponível em: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Instituto de Estudos Brasileiros. Ministério da Cultura. **Museu Imperial.** 2013. Disponível em: <http://www.museuimperial.gov.br/>. Acesso em: 15 maio 2013.

BRASÍLIA. Instituto Brasileiro de Museus. Ministério da Cultura. **Portal do Instituto Brasileiro de Museus.** 2013. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/>. Acesso em: 26 jul. 2013.

APÊNDICE I

APÊNDICE 1

LEVANTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS PERTENCENTES À REDE DE MUSEUS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS E DEMAIS MENCIONADAS NOS DECRETOS RELACIONADOS ÀS MUNICIPALIZAÇÕES*

R.A. **	N° Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização					Decreto de "criação/autorização de instalação"	Status do processo de municipalização	Data
Campinas	1	Americana	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. João da Silva Carrão"	1	1		1	1	s/n° de 20/01/1971	Processo a regularizar	
Campinas	2	Amparo	Museu Histórico e Pedagógico "Bernardino de Campos"	2	2				33.980 de 19/11/1958	Processo em andamento	
Araçatuba	3	Andradina	Museu Histórico e Pedagógico "Regente Feijó"	3	3		2	2	33.980 de 19/11/1958	Processo a reiniciar	
Araçatuba	4	Araçatuba	Museu Histórico e Pedagógico "Marechal Rondon"		4		3	3	44.029 de 04/11/1964	Processo em andamento	
Central	5	Araraquara	Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria"	4	5		4	4	33.980 de 19/11/1958	Processo em andamento	
S. J. dos Campos	6	Areias	Museu Histórico e Pedagógico "D. Matheus de Abreu Pereira"			1			s/n° de 28/10/1970	Extinto	1994
Sorocaba	7	Avaré	Museu Histórico e Pedagógico "Saldanha Marinho" (Anita Ferreira de Maria)		6		5	5	s/n° de 05/06/1970	Processo em andamento	
S. J. dos Campos	8	Bananal	Museu Histórico e Pedagógico "Barão Homem de Melo"			2			s/n° de 28/09/1970	Extinto	1994
Franca	9	Batatais	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"		7		6	6	26.218 de 03/08/1956 - 33.980 de 19/11/1958	Processo em andamento	
Bauru	10	Bauru	Museu Histórico e Pedagógico "Morgado de Mateus"	5	8				33.980 de 19/11/1958	Processo a reiniciar	
Araçatuba	11	Bilac	Museu Histórico , Pedagógico e Literário "Olavo Bilac"			3			s/n° de 11/09/1970	Extinto	1994
Sorocaba	12	Botucatu	Museu Histórico e Pedagógico "Pe. Vicente Pires de Mota" ("Francisco Blasi")		9				42.251 de 27/07/1963	Processo a reiniciar	
Ribeirão Preto	13	Brodowski	Museu Casa de Portinari						25.126 de 02/07/1969 s/n° de 08/04/1970		
S.J. dos Campos	14	Caçapava	Museu Histórico e Pedagógico "Ministro José de Moura Resende"		10		7	7	47.624 de 23/01/1967	Processo a regularizar	
S. J. dos Campos	15	Cachoeira Paulista	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Costa Júnior"				8	8	s/n° de 28/10/1970	Processo em andamento	

R.A. **	Nº Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização					Decreto de "criação/autorização de instalação"	Status do processo de municipalização	Data
Campinas	16	Campinas	Museu Histórico e Pedagógico "Campos Sales"						26.218 de 03/08/1956 33.980 de 19/11/1958	Sem informações	
Campinas	17	Capivari	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Cesário Motta Júnior"	6			9	9	30.324 de 10/12/1957	Municipalizado	mai/14
Campinas	18	Casa Branca	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Taunay e Afonso de Taunay"	7	11		10	10	32.203 de 10/05/1958 - 33.980 de 19/11/1958	Processo em andamento	
S.J. do Rio Preto	19	Catanduva	Museu Histórico e Pedagógico "Governador Pedro de Toledo"		12		11	11	51.782 de 07/05/1969	Processo a regularizar	
S. J. dos Campos	20	Cruzeiro	Museu Histórico e Pedagógico "Major Novais"				12	12	s/nº de 24/09/1969	Processo em andamento	
R. M. São Paulo	21	Diadema	Museu Histórico e Pedagógico "João Ramalho"			4			s/nº de 17/02/1971	Extinto	1994
Ribeirão Preto	22	Dumont	Museu Histórico e Pedagógico "Santos Dumont"	8	13		13	13	52.019 de 11/06/1969	Processo a reiniciar	
R.M. São Paulo	23	Embu	Museu Histórico, Folclórico e Artístico "Luiz Gonzaga"	9					49.307 de 13/02/1968	Sem informações	
Franca	24	Franca	Museu Histórico e Pedagógico "Imperador D. Pedro II"			5			32.230 de 13/05/1958 - 33.980 de 19/11/1958	Extinto	1994
S. J. dos Campos	25	Guaratinguetá	Museu Histórico e Pedagógico "Conselheiro Rodrigues Alves"						26.218 de 03/08/1956 - 33.980 de 19/11/1958	Processo em andamento	
R. M. São Paulo	26	Guarulhos	Museu Histórico e Pedagógico "Conselheiro Crispiniano"			6			s/nº de 28/10/1970	Extinto	1994
R. M. B. S.	27	Itanhaém	Museu Histórico e Pedagógico "Padre José de Anchieta"			7			33.980 de 19/11/1958	Extinto	1994
Sorocaba	28	Itapetininga	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Fernando e Júlio Prestes de Albuquerque"		14		14	14	33.980 de 19/11/1958	Processo a regularizar	
Campinas	29	Itapira	Museu Histórico e Pedagógico "Comendador Virgolino de Oliveira"				15	15	1.015 de 02/02/1973	Processo a regularizar	
Central	30	Itápolis	Museu Histórico e Pedagógico "Alexandre de Gusmão"		15		16	16	46.795 de 22/09/1966	Processo a regularizar	
Sorocaba	31	Itu	Museu de Arte Religiosa e Música Sacra "Padre Jesuíno do Monte Carmelo"		16		17	17	36.615 de 23/05/1960	Processo em andamento	
Bauru	32	Jaú	Museu Histórico e Pedagógico "Jorge Tibiriçá"			8			33.980 de 19/11/1958	Extinto	1994

R.A. **	N° Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização					Decreto de "criação/autorização de instalação"	Status do processo de municipalização	Data
Campinas	33	Jundiaí	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Parnaíba"			9			s/n° de 11/03/1971	Extinto	1994
Campinas	34	Limeira	Museu Histórico "Major José Levy Sobrinho"	10	17		18	18	42.987 de 26/01/1964	Processo a regularizar	
Bauru	35	Lins	Museu Histórico e Pedagógico "Presidente Albuquerque Lins"			10			s/n° de 27/11/1969	Extinto	1994
S. J. dos Campos	36	Lorena	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Arnolfo Azevedo"			11			50.665 de 05/11/1968	Extinto	1994
Campinas	37	Mococa	Museu Histórico e Pedagógico "Marques de Três Rios"	11	18				38.628 de 19/06/1961	Processo a reiniciar	
R.M. São Paulo	38	Mogi das Cruzes	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Mauá"	12			19	19	33.980 de 19/11/1958	Processo a regularizar	
Campinas	39	Mogi Guaçu	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Sebastião José Pereira"	13	19		20	20	s/n° de 30/07/1970	Processo a regularizar	
Campinas	40	Mogi Mirim	Museu Histórico e Pedagógico "Presidente João Teodoro Xavier"	14	20		21	21	40.857 de 29/09/1962	Processo a reiniciar	
Campinas	41	Monte Mor	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Carlos de Campos"	15	21		22	22	49.351 de 29/02/1968	Processo a regularizar	
Franca	42	Orlândia	Museu Histórico e Pedagógico "Lucas Monteiro de Barros"				23	23	41.161 de 10/12/1962	Processo em andamento	
Marília	43	Ourinhos	Museu Histórico e Pedagógico "Antônio Carlos de Abreu Sodré"						52.034 de 12/06/1969	Sem informações	
Araçatuba	44	Penápolis	Museu Histórico e Pedagógico "Fernão Dias Pais"	16			24	24	33.980 de 19/11/1958	Processo a regularizar	
S. J. dos Campos	45	Pindamonhangaba	Museu Histórico e Pedagógico "Dom Pedro I e Dona Leopoldina"				25	25	30.324 de 10/12/1957 - 33.980 de 19/11/1958	Processo em andamento	
Campinas	46	Pinhal (atual Pinhalzinho)	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Vergueiro César"						47.574 de 18/01/1967	Sem informações	
Campinas	47	Piracicaba	Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes"				26	26	26.218 de 03/08/1956 - 33.980 de 19/11/1958	Processo em andamento	
Sorocaba	48	Piraju	Museu Histórico e Pedagógico "Ataliba Leonel"			13			s/n° 08/10/1969	Extinto	1994
P. Prudente	49	Pirapozinho	Museu Histórico e Pedagógico "Cacique Tibiriça"		22		27	27	52.020 de 11/06/1969	Processo a reiniciar	

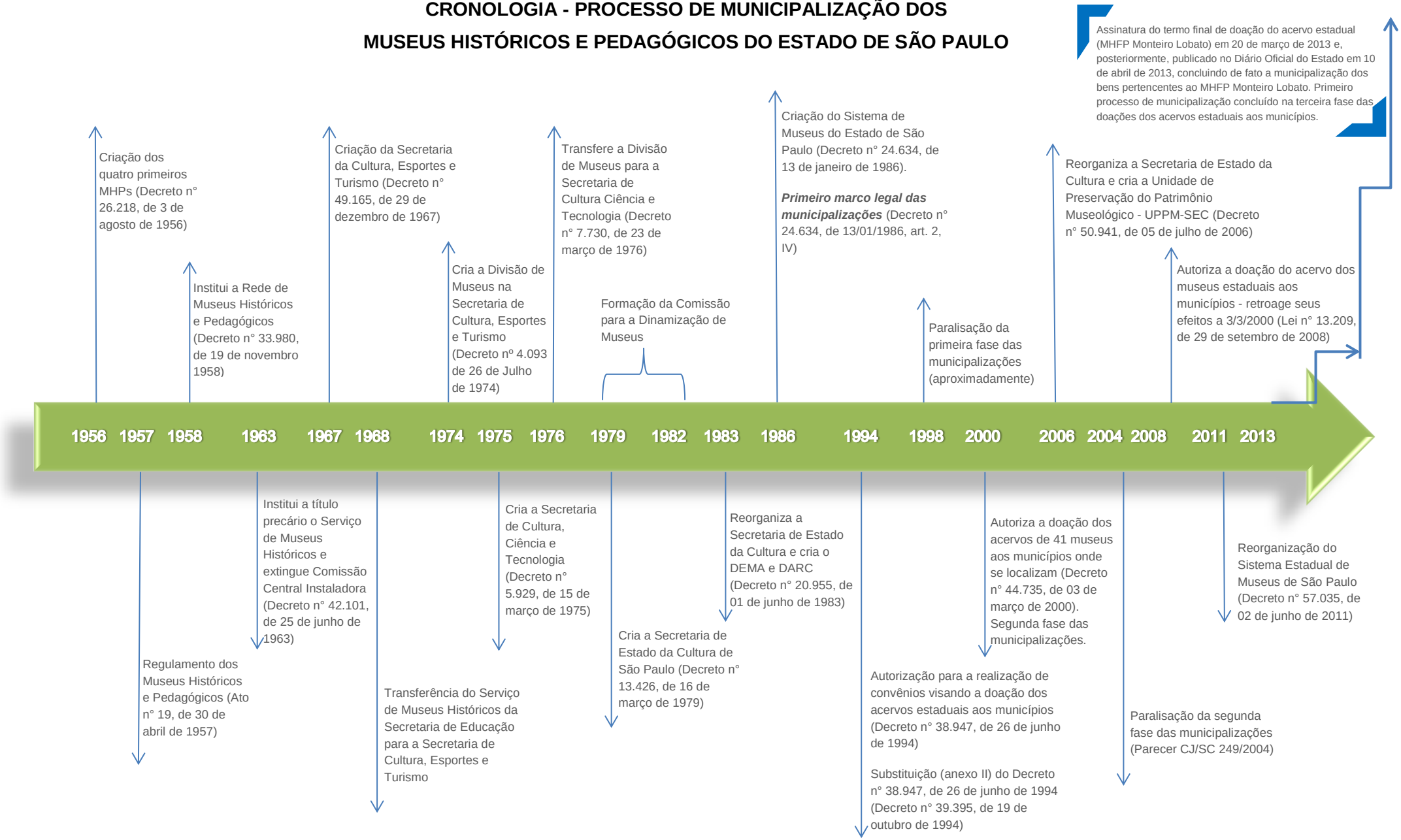
R.A. **	N° Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização					Decreto de "criação/autorização de instalação"	Status do processo de municipalização	Data
Campinas	50	Pirassununga	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Fernando Costa"		23		28	28	33.980 de 19/11/1958	Processo a reiniciar	
Sorocaba	51	Porto Feliz	Museu Histórico e Pedagógico " Das Monções"	17	24				30,324 de 10/12/1957 - 33.980 de 19/11/1958 - s/n° de 17/09/1970	Processo em andamento	
Central	52	Porto Ferreira	Museu Histórico e Pedagógico "Professor Lourenço Filho"		25		29	29	30.324 de 10/12/1957 s/n° de 17/09/1970	Processo a regularizar	
Presidente Prudente	53	Presidente Prudente	Museu Histórico e Pedagógico "Senador Vergueiro"			14			33.980 de 19/11/1958	Extinto	1994
Ribeirão Preto	54	Ribeirão Preto	Museu Histórico e Pedagógico "Altino Arantes"			15			33.980 de 19/11/1958	Extinto	1994
Campinas	55	Rio Claro	Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"	18	26		30	30	40.445 de 23/07/1962	Processo a reiniciar	
Central	56	Santa Rita do Passa Quatro	Museu Histórico e Pedagógico "Zequinha de Abreu"				31	31	51.370 de 05/02/1969	Processo a regularizar	
R. M. São Paulo	57	Santana de Parnaíba	Museu Histórico e Pedagógico "Anhanguera"			16			40.444 de 23/07/1962	Extinto	1994
R. M. São Paulo	58	Santo André	Museu Histórico e Pedagógico "Américo Brasiliense"			17			47.185 de 21/11/1966	Extinto	1994
R.M.B. S.	59	Santos	Museu Histórico e Pedagógico "Dos Andradas"						30.324 de 10/12/1957 - 33.017 de 02/07/1958 - 33.980 de 19/11/1958	Sem informações	
R.M. São Paulo	60	São Bernardo do Campo	Museu Histórico e Pedagógico "Antônio Raposo Tavares"		27		32	32	40.858 de 29/09/1962 - 40.975 de 05/11/1962	Sem informações	
Central	61	São Carlos	Museu Histórico e Pedagógico "Cerqueira César"			18			33.980 de 19/11/1958	Extinto	1994
Campinas	62	São João da Boa Vista	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Armando Salles de Oliveira"		28		33	33	47.577 de 18/01/1967	Processo a regularizar	
Franca	63	São Joaquim da Barra	Museu Histórico e Pedagógico "Barão de Pinto Lima"		29		34	34	s/n° de 21/01/1970	Sem informações	
Campinas	64	São José do Rio Pardo	Casa de Cultura Euclides da Cunha		30		35	35	15.961 de 14/08/1946	Processo em andamento	
Campinas	65	São José do Rio Pardo	Museu Histórico e Pedagógico "General Francisco Glycério"			19			s/n° de 11/09/1970	Extinto	1994
S.J. do Rio Preto	66	São José do Rio Preto	Museu Histórico e Pedagógico "Dom João VI"		31		36	36	33.980 de 19/11/1958	Processo a reiniciar	

R.A. **	N° Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização					Decreto de "criação/autorização de instalação"	Status do processo de municipalização	Data
S. J. dos Campos	67	São Luiz do Paraitinga	Museu Histórico e Pedagógico "Oswaldo Cruz"				37	37	s/n° de 11/03/1971	Processo a regularizar	
Sorocaba	68	São Manuel	Museu Histórico e Pedagógico "Padre Manoel da Nóbrega"				38	38	s/n° de 25/03/1970	Processo a regularizar	
Sorocaba	69	São Roque	Museu Histórico e Pedagógico "Barão de Piratininga"			20			47.678 de 27/01/1967	Extinto	1994
S. J. dos Campos	70	São Sebastião	Museu Histórico de Arte Sacra "D. Duarte Leopoldo e Silva"			21			43.039 de 06/02/1964	Extinto	1994
R.M.B.S	71	São Vicente	Museu Histórico e Pedagógico "Martim Afonso de Souza"						33.980 de 19/11/1958	Sem informações	
Campinas	72	Serra Negra	Museu Histórico, Artístico, Folclórico e Pedagógico			22			s/n° de 23/12/1970	Extinto	1994
Sorocaba	73	Sorocaba	Museu Histórico e Pedagógico "Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar"						30.324 de 10/12/1957 - 33.980 de 19/11/1958	Sem informações	
Sorocaba	74	Tatuí	Museu Histórico e Pedagógico "Marquez de Monte Alegre"						40.890 de 04/10/1962	Sem informações	
Sorocaba	75	Tatuí	Casa de Paulo Setúbal				39	39	40.754 de 13/09/1962	Processo em andamento	
S. J. dos Campos	76	Taubaté	Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico "Monteiro Lobato"				40	40	33.909 de 04/11/1958 - 33.980 de 19/11/1958 - 47.940 de 27/04/1967	Municipalizado	abr/13
Sorocaba	77	Tietê	Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico "Cornélio Pires"		32		41	41	33.909 de 04/11/1958 - 33.980 de 19/11/1958	Processo a regularizar	
Marília	78	Tupã	Museu Histórico e Pedagógico "Índia Vanuíre"	19					46.789-A de 20/09/1966		
S. J. dos Campos	79	Ubatuba	Museu de Pesca de Ubatuba			23			47.694 de 30/01/1967	Extinto	1994
Campinas	80	Vinhedo	Museu Histórico e Pedagógico "Pereira Barreto"			24			s/n° de 11/03/1971	Extinto	1994
S. J. do Rio Preto	81	Votuporanga	Museu Histórico e Pedagógico "José Vieira Couto de Magalhães"			25			s/n° de 14/10/1969	Extinto	1994

R.A. **	Nº Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização	Decreto de "criação/autorização de instalação"	Status do processo de municipalização	Data

19	Decreto Nº 38.947, de 26 de julho de 1994 - ANEXO II - Autoriza celebração de convênio visando transferência da administração dos museus para os municípios.
32	Decreto Nº 39.395, de 19 de novembro de 1994 - Altera Anexo II do Decreto Nº 38.947, de 26 de julho de 1994 .
25	Decreto Nº 38.947, de 26 de julho de 1994 - ANEXO III - Ficam extintos os museus constantes neste anexo.
41	Decreto Nº 44.735, de 03 de março de 2000 - Autoriza a doação, a Municípios Paulistas, dos acervos dos museus pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado de São Paulo.
41	Lei Nº 13.209, de 29 de setembro de 2008. - Autoriza a doação do acervo dos museus do estaduais aos municípios onde se localizem, retroagindo a 3 de março de 2000.

*	Listagem elaborada a partir da análise dos decretos de criação destes museus, posterior legislação sobre a doação destes acervos aos municípios do interior e verificação da documentação de registro sobre a tramitação dos processos formais de doação.
**	R.A. - Região Administrativa Dados sobre Regiões Administrativas baseados da divisão utilizada pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo até o ano de 2013.

APÊNDICE II

CRONOLOGIA - PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DOS MUSEUS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO